



Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável

Nayara Rodrigues Marques

**Pós-Desenvolvimento e Turismo:
estudo de proposições**

Tese de doutorado

Brasília
Novembro, 2025

Nayara Rodrigues Marques

Pós-Desenvolvimento e Turismo: estudo de proposições

Tese de doutoramento submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Aprovado por:

Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento (CDS/UnB)

(Orientador – Presidente da Banca)

Prof. Dr. André Cunha

(Examinador interno)

Prof. Dr. Sandro Carnicelli

(Examinador externo)

Prof. Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara

(Examinadora externa)

Prof. Dra. Cristiane Barreto

(Examinadora Interna - substituta)

Brasília-DF, 30 de novembro de 2025.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rp

Rodrigues Marques, Nayara
Pós-Desenvolvimento e Turismo: estudo de proposições /
Nayara Rodrigues Marques; orientador Elimar Pinheiro do
Nascimento. Brasília, 2025.
172 p.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Sustentabilidade. 2. Pós-desenvolvimento. 3. Turismo.
4. Desenvolvimento turístico. 5. Costa Rica. I. Pinheiro do
Nascimento, Elimar, orient. II. Título.

Agradecimentos

Agradeço imensamente ao meu orientador, à família e amigos(as) que me acompanharam nesta jornada. À turma de doutorado e todo CDS/UnB, todos(as) professores(as), que contribuíram para minha formação, assim como aos integrantes das bancas de qualificação, de pré-defesa e de defesa. A todos(as) pesquisadores(as) do LETS/UnB e do GEPPOT/UFRN, assim como aos autores(as) dos artigos publicados ao longo do doutorado. Aos tutores, entrevistados(as) e todos(as) que apoiaram o intercâmbio e a pesquisa de campo na Costa Rica. Meus agradecimentos, também, ao apoio das equipes da Rede Terra, da Amplia Mundo e do Ministério do Turismo neste processo.

RESUMO

A atual crise ambiental – simultaneamente civilizatória – evidencia os limites da lógica do crescimento contínuo e do próprio desenvolvimento sustentável. Nesse debate, emergem diferentes propostas e práticas de transição tanto para a sustentabilidade forte quanto para o pós-desenvolvimento. Porém, em geral, não aprofundam o suficiente sobre qual o papel e as contribuições das viagens na transformação social que propõem, ainda que muitas vezes valorizem o tempo livre, a economia da experiência e o ecoturismo. Esse contexto nos leva às perguntas: quais as relações dos movimentos pós-desenvolvimentistas com o turismo? Como a sustentabilidade do fenômeno turístico se relaciona com os movimentos do pós-desenvolvimento? O objetivo geral desta pesquisa, visando responder a essas perguntas, é analisar criticamente as proposições provenientes do pós-desenvolvimento para os diferentes tipos de turismo do século XXI. Os conceitos centrais que embasam este trabalho são: sustentabilidade, pós-desenvolvimento e turismo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, contextualizada e multimétodos. A pesquisa evidencia as contradições entre a lógica de crescimento econômico contínuo e a necessidade de alternativas diante das crises socioambientais que marcam o século XXI, especialmente no turismo. O estudo de caso da Costa Rica ilustra essas tensões: embora reconhecida por políticas de sustentabilidade, o turismo local segue permeado por práticas desenvolvimentistas, em especial pela expansão imobiliária e busca de crescimento contínuo. A análise das proposições do pós-desenvolvimento revela um conjunto diverso de ideias — de caráter pragmático a utópico — que nem sempre se configuram como total negação do desenvolvimento. Identificaram-se proposições diretamente relacionadas ao turismo, como limites ao turismo de massa e promoção do turismo de base comunitária, e outras indiretas, ligadas à gastronomia, cultura, mobilidade, economia solidária, energia e saúde, que reconfiguram os territórios turísticos e fortalecem cadeias produtivas locais. Apesar das limitações próprias a uma tese, conclui-se que, embora desafiador, é possível vislumbrar formas de turismos que incorporem as proposições pós-desenvolvimentistas, indo além das práticas convencionais, e pouco eficientes, de sustentabilidade. O pós-desenvolvimento se apresenta não apenas como crítica, mas como horizonte de ação, oferecendo caminhos concretos para diferentes tipos de turismo (ex.: ecoturismo, turismo de base comunitária, turismo regenerativo, turismo rural, entre outros) diante das crises socioambientais do século XXI.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Pós-desenvolvimento; Turismo; Desenvolvimento turístico; Costa Rica.

ABSTRACT

The current environmental crisis—simultaneously a civilizational crisis—highlights the limits of both continuous economic growth and the very notion of sustainable development. Within this debate, diverse proposals and practices emerge that advocate transitions toward strong sustainability and post-development. However, these proposals rarely delve deeply into the role of travel and tourism in the social transformation they envision, even when they emphasize leisure, the experience economy, and ecotourism. This context raises the following questions: What are the relationships between post-development movements and tourism? How does the sustainability of the tourism phenomenon intersect with post-development perspectives? To address these questions, this research aims to critically analyze post-development propositions for twenty-first-century tourism. The central concepts underpinning this study are sustainability, post-development, and tourism. This is a qualitative, context-driven, multi-

method investigation. The findings highlight the contradictions between the logic of infinite economic growth and the need for alternatives in the face of the socio-environmental crises of the twenty-first century, particularly within tourism. The case study of Costa Rica illustrates these tensions: despite its global recognition for sustainability policies, the country's tourism remains shaped by developmentalist practices, especially real-estate expansion and the pursuit of continuous growth. The analysis of post-development propositions reveals a diverse set of ideas—ranging from pragmatic to utopian—that do not constitute an outright rejection of development. Propositions directly related to tourism include setting limits on mass tourism and promoting community-based tourism, while indirect propositions—linked to gastronomy, culture, mobility, solidarity economy, energy, and health—reshape tourism territories and strengthen local production chains. Despite methodological limitations, this thesis concludes that it is possible, though challenging, to envision forms of tourism that incorporate post-development propositions, moving beyond conventional sustainability practices. Post-development emerges not only as a critique but also as a horizon for action, offering concrete pathways for diverse types of tourism (e.g. ecotourism, community-based tourism, regenerative tourism, rural tourism, among others) in response to the socio-environmental crises of the twenty-first century.

Keywords: Sustainability; Post-development; Tourism; Tourism development; Costa Rica.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. Imagem com países em que foram identificados estudos de caso.....	47
2. Resultados da análise e síntese temática das proposições pós-desenvolvimentistas.....	48
3. Localização da Costa Rica e principais destinos visitados.....	91
4. Placas de terrenos à venda em Uvita, Costa Rica.....	95
5. <i>Scenarios for ecotourism in Brazil by 2035</i>	118
6. <i>Empirical framework of the future of ecotourism in Brazil</i>	127
7. <i>Scenario points for intervention and risks</i>	128

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Síntese das proposições mais frequentemente mencionadas nas publicações analisadas.....	51
Quadro 2. Categorias, frequência de ocorrência e trechos de respostas sobre a sustentabilidade do fenômeno turístico na Costa Rica.....	93
Quadro 3. <i>Synthesis of methods</i>	114
Quadro 4. <i>Synthesis of the results</i>	116
Quadro 5. <i>Future drivers of ecotourism in Brazil</i>	117

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Classificação temática das proposições e práticas identificadas (ordem decrescente da quantidade total de proposições em cada tema)	49
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABETA	<i>Association of Ecotourism and Adventure Tourism Companies</i>
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
Cooprena	<i>Consortio Cooperativo Red Ecoturística Nacional</i>
CST	Certificado de Sustentabilidade Turística
DS	Desenvolvimento Sustentável
EES	Empreendimentos econômicos solidários
GDP	<i>Gross Domestic Product</i>
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT	Instituto Costarriquenho de Turismo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
ISTO	<i>International Social Tourism Organisation</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
RIL	Revisão integrativa de literatura
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
UNB	Universidade de Brasília
WEF	<i>World Economic Forum</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PÓS-DESENVOLVIMENTO	21
2. ALTERNATIVAS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM LIMITES E AS PROPOSIÇÕES DO PÓS-DESENVOLVIMENTO	39
3. SOSTENIBILIDAD, TURISMO Y POSDESARROLLO: ESTUDIO DE CASO DE COSTA RICA	79
4. ECOTOURISM IN BRAZIL BY 2035: FOUR SCENARIOS TO LEVERAGE SOCIOCULTURAL AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY	108
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
APÊNDICES	168
I. ANÁLISE DE DISCURSOS APLICADA A CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	168
II. PLÁSTICOS DE USO ÚNICO NO TURISMO COSTEIRO: UM DEBATE URGENTE.....	169
III. SUSTENTABILIDADE INCLUSÃO E RESILIÊNCIA NOS PLANOS ESTADUAIS DE RETOMADA DO TURISMO APÓS A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL	170
IV. AGENDA CLIMÁTICA E O TURISMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE ADAPTAÇÃO FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	171
V. VOZES DO BRASIL PROFUNDO	172

INTRODUÇÃO

Esta tese é apresentada em forma de quatro artigos, que correspondem aos quatro primeiros capítulos. O artigo de número um já foi publicado no livro *Introdução ao desenvolvimento sustentável*, organizado por quatro professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB)¹, assim como o de número um na revista *Mercator*. Os outros dois foram enviados para publicação, o terceiro à revista *El Periplo Sustentable* e o último à revista *Journal of Ecotourism*. Ademais, durante o doutorado (2021 a 2025) publiquei com meu orientador e colegas outros cinco artigos, cujos resumos e referências se encontram nos apêndices. Todos eles têm relações, diretas ou indiretas, com meus estudos e tema de pesquisa.

O campo da sustentabilidade reflete uma preocupação comum de diferentes atores-chave — governo, sociedade política, mercado, terceiro setor, mídia, academia — em relação ao futuro das espécies no planeta Terra e ao enfrentamento de ameaças à continuidade da sociedade humana (Du Pisani, 2006; Marquardt, 2006; Nascimento, 2020). Esses desafios, além do uso descomedido de recursos e serviços ecossistêmicos em relação ao tempo de regeneração natural, perpassam por questões como: o desequilíbrio na relação natureza-sociedade causado pelos seres humanos, a velocidade da redução da biodiversidade das espécies, a fragmentação e a destruição de habitats, as mudanças climáticas e o aquecimento global, a poluição, o uso crescente e desmedido dos agrotóxicos na produção agrícola, o excesso de consumo, entre muitos outros (Marquardt, 2006; Wilson, 1997; Terborgh, 2015; Rockström *et al.*, 2023). Essas questões foram evidenciadas em diferentes obras a partir dos anos 1960 (Boulding, 1966; Carson, 1969; Meadows *et al.*, 1972) e amplamente divulgadas a partir do lançamento do Relatório Brundtland (Brundtland, 1988), após o final dos anos 1980 (Du Pisani, 2006; Mensah, 2019).

Desde a segunda metade do século XXI, os limites do crescimento econômico ficaram mais evidentes, assim como os limites do uso dos ditos recursos naturais para a produção (Meadows *et al.*, 1972). No entanto, o fortalecimento gradativo da proposta do desenvolvimento sustentável (DS), após a publicação do Relatório Brundtland, não gerou resultados satisfatórios até os dias de hoje - 2025 (Campagna; Guevara; Le Boeuf, 2017; Nascimento; Tasso, 2019; Rockström *et al.*, 2023). Com essa ausência de resultados, muitos indicadores ligados ao DS têm piorado, a ver: a continuidade da grande aceleração do

¹ Santos et al. *Introdução ao desenvolvimento sustentável*. Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2025.

antropoceno, o desrespeito às fronteiras planetárias dos sistemas biofísicos, o acúmulo de gases de efeito estufa e o fato de que seria preciso, pelo menos, de mais de um planeta para atender às necessidades básicas das sociedades atuais diante da pegada ecológica global atual (O'Neill *et al.*, 2018; Rockström *et al.*, 2009; Steffen *et al.*, 2015a; 2015b; Rockström *et al.*, 2023).

Dessa forma, a exacerbação da atual crise ambiental, aparentemente, evidencia o fracasso da proposta do desenvolvimento sustentável (Latouche, 2009; Martine; Alves, 2015; Theys; Guimont, 2019; Rockström *et al.*, 2023). Essa adjetivação da noção de desenvolvimento, representa um paradigma instrumentalista (Campagna; Guevara; Le Boeuf, 2017), mostrou-se um oxímoro² (Redclift, 2005) e um trilema³ (Martine; Alves, 2015, p. 434).

Nesse contexto, o campo da sustentabilidade é marcado por diferentes perspectivas, em uma gradação que vai desde um alinhamento ao ideal de crescimento econômico e substitutibilidade do capital natural (sustentabilidade fraca) até a oposição à lógica do crescimento e da insubstituibilidade da Natureza (sustentabilidade forte) (Hopwood; Mellor; O'Brien, 2005; Neumayer, 2013; Almeida, 2018). Ou seja, vai desde abordagens alinhadas à noção de desenvolvimento — desigual — até alternativas ao desenvolvimento e ao próprio DS (Kaul *et al.*, 2022). Na distinção dicotômica, entre tipologias de sustentabilidade fraca e sustentabilidade forte, esse segundo grupo adota uma perspectiva crítica, se aproximando de teorias e práticas ligadas aos movimentos do pós-desenvolvimento, do decrescimento e do bem viver.

O Pós-desenvolvimento é uma noção “guarda-chuva”, nascida no século XX, a partir de uma leitura crítica dos efeitos nocivos do modelo de desenvolvimento criado com o surgimento da revolução industrial – modelo baseado no uso intensivo de carbono, na degradação ambiental e no aumento das desigualdades sociais.

O Pós-desenvolvimento compreende iniciativas transformadoras, movimentos e perspectivas distintas (ex.: decrescimento, bem viver, desenvolvimento a escala humana, economia social e solidária, economia de Francisco, economia Donut's, etc.), e até divergentes, que buscam ou inspiram alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante, baseado no crescimento econômico contínuo e no uso intensivo de carbono (Kothari *et al.*, 2021). Escobar (2011) o define como um projeto que estuda mundos e conhecimentos que as ciências apagaram ou compreenderam obliquamente. Kothari *et al.* (2021) o define como uma “miríade

² Trata-se de uma contradição em si, considerando que o modelo vigente incorpora o princípio do crescimento econômico contínuo em um planeta finito (Latouche, 2009; Redclift, 2005).

³ Trata-se de um trilema devido à dificuldade em se “conciliar crescimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade ambiental” (Martine; Alves, 2015, p. 434).

de críticas sistêmicas e maneiras de viver para além do paradigma” do desenvolvimento (Kothari *et al.*, 2021, p. 29).

Nas diferentes pesquisas e publicações que tratam sobre o pós-desenvolvimento (Georgescu-Roegen, 2013; Escobar, 2021; Hickel *et al.*, 2022; Kothari *et al.*, 2021), é possível identificar exemplos de proposições e práticas para transformação da realidade atual, como: redução da desigualdade social, diminuição do consumo, necessidade de mudança na relação entre humanos e outras espécies para que seja mais harmoniosa (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021, Escobar, 2021); redução da produção desnecessária, ou seja, ostentatória (Hickel *et al.*, 2022; Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; realocização, valorizando a produção local, que dispensa grandes deslocamento e emissão de CO₂ (Latouche, 2009; Escobar, 2021); priorização do uso de energias renováveis (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021); agricultura local, orgânica, para todos (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021); cultura da paz e não-violência (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021); e valorização do lazer (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012).

As proposições e práticas pós-desenvolvimentistas tratam de temas como governança e geopolítica, cultura e educação, agricultura e alimentação, produção e consumo, natureza, energia, turismo, finanças éticas e não especulativas, entre outros (Marques; Nascimento, 2025). Algumas proposições frequentemente mencionadas nos estudos analisados são:

- (i) descentralização da tomada de decisões, fortalecendo o poder local e participativo, envolvendo mais os humanos;
- (ii) restauração ou revalorização dos conhecimentos indígenas, locais e de povos tradicionais;
- (iii) equilíbrio/harmonia/reciprocidade ou reintegração entre seres humanos e Natureza;
- (iv) visão de mundo ecocentrista ou biocentrista e adoção dos direitos da Natureza;
- (v) promoção da interculturalidade e da diversidade;
- (vi) soberania alimentar e promoção da agroecologia;
- (vii) fomento de economias alternativas, com apoio a moedas, crédito e sistemas de câmbio não especulativos (ex.: banco de tempo);
- (viii) garantir sistemas renováveis, descentralizados, de convivência e de propriedade da comunidade (Marques; Nascimento, 2025).

Em meio a essa diversidade de proposições e práticas, pergunta-se aqui: quais as relações dos movimentos pós-desenvolvimentistas com o turismo? Como a sustentabilidade do fenômeno turístico se relaciona com os movimentos do pós-desenvolvimento?

Visando responder a essas perguntas, o objetivo geral desta pesquisa é analisar criticamente as proposições provenientes do pós-desenvolvimento para os diferentes tipos de turismo do século XXI. Tendo como objetivos específicos:

- I. Identificar e examinar as alternativas pós-desenvolvimentistas;
- II. Identificar, mapear e analisar criticamente as proposições e práticas de transição provenientes dos movimentos pós-desenvolvimentistas;
- III. Analisar criticamente a sustentabilidade do fenômeno turístico e suas relações com os movimentos do pós-desenvolvimento.
- IV. Elaborar cenários futuros para o ecoturismo no Brasil;

Note-se que há uma lacuna de conhecimento sobre o pós-desenvolvimento no Sul global e também sobre análises de casos práticos de decrescimento e bem-viver ou similares no turismo e suas contradições (Fletcher *et al.*, 2019; Hanaček *et al.*, 2020; Higgins-Desbiolles *et al.*, 2019). Ainda que existam trabalhos sobre o tema em periódicos de turismo como, por exemplo, o *Journal of Sustainable Tourism*, *Tourism Geographies*, *Tourism Management* e outros citados nas referências, poucos tratam especificamente sobre casos mais concretos em realidades latino-americanas.

Paralela a esta lacuna, acentua-se o problema atual do *overtourism*, conforme pesquisa de Tasso *et al.* (2024) - que consultou trinta pesquisadores de notório saber no campo do Turismo. Esses autores concluíram, entre outros pontos, que é necessário ampliar as pesquisas sobre o *overtourism*, visando “identificar impactos/externalidades negativas” e “estimular e fortalecer iniciativas alternativas ao modelo vigente” (Tasso *et al.*, 2024, p. 17). O *overtourism* está relacionado ao excesso de número de turistas, grande massificação, desrespeito à capacidade de carga e percepção negativa subjetiva das pessoas afetadas (Milano, 2018; Milano; Novelli; Cheer, 2019).

Destaque-se que o *overtourism* é apenas um dos tipos de externalidades ou impactos negativos do turismo, outras são, por exemplo: poluição plástica, gentrificação, inflação dos preços e custo de vida dos residentes, especulação imobiliária, exclusão socioproductiva, emissões de CO₂ e outras contribuições para o aquecimento global e as mudanças climáticas (Tasso *et al.*, 2024; Navarro-Drazich *et al.*, 2023). A tentativa de minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos no turismo mostra a complexidade envolvida na busca por sua sustentabilidade (Tasso *et al.*, 2024). O turismo é aqui compreendido como um complexo processo de natureza humana, um fenômeno social, cultural e econômico, vinculado ao deslocamento de pessoas para fora do seu local de residência habitual. Esse fenômeno engloba inter-relacionamentos entre produção e serviços, relações de hospitalidade e trocas interculturais (Moesch, 2002; ONU Turismo, 2008). Trata-se, portanto, de um fenômeno diverso que ocorre no tempo livre do sujeito turístico, sendo plural e mais amplo que as limitadas conceituações economicistas do turismo, as quais escamoteiam sua força social (Higgins-Desbiolles, 2006).

Considerando que os pesquisadores do turismo “pouco têm explorado, compreendido ou contribuído com representações alternativas fundamentais ao sistema que rege o funcionamento do turismo” (tradução nossa)⁴ (Cave; Dredge, 2020, p. 511), a relevância desta pesquisa se embasa na necessidade de se dar visibilidade às discussões e às ações comunitárias que se distanciam do modelo econômico vigente e se conectam às propostas da sustentabilidade forte e do pós-desenvolvimento na América Latina, promovendo o turismo regenerativo nessa região (Cave; Dredge, 2020).

Essas discussões e ações diferem de pesquisas desenvolvimentistas-reformistas, que não promovem transformações sociais reais para além da visão estritamente economicista que desequilibra a dinâmica natural, gera ou omite os impactos socioambientais e têm uma visão instrumentalista e limitada da Natureza — tida apenas como fornecedora de recursos para o uso antropocentrista e local de depósito de dejetos. Assim, propõe-se a contribuir com o chamado de Cotterrel *et al.* (2019) para a diversificação da discussão de sustentabilidade no turismo, para além de um ponto de vista prioritariamente econômico.

Pesquisas sobre o turismo que dialogam com o pós-desenvolvimento são escassas. Entre elas, destacam-se os trabalhos de Cave e Dredge (2020), de Ruttenberg (2022), que adotam o modelo teórico-metodológico das economias diversas proposto por Gibson-Graham (2008), assim como o trabalho de Alcântara e Carranza (2024). Registre-se que, até 2022, pesquisa nos Anais dos Seminários da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR realizados desde 2012 não identificou trabalhos relevantes sobre este tema⁵. Também não foram identificados trabalhos sobre as relações entre o pós-desenvolvimento e o turismo nas bases do *Travel and Tourism Research Association* (TTRA).

As correntes do decrescimento ou da prosperidade sem crescimento já foram ou estão sendo analisadas no contexto do turismo internacional (Fletcher *et al.*, 2019; Sharpley, 2020; Higgins-Desbiolles, 2021). A alternativa do bem viver, por sua vez, é uma vertente que ganhou visibilidade no início do século XXI na América Latina. Destaque-se que a maioria das pesquisas identificadas que tratavam do tema deste projeto na América Latina ou no Brasil conectaram o turismo com essa alternativa do bem viver (Alcântara; Grimm; Sampaio, 2018;

⁴ “have done little to explore, understand or contribute much needed alternative renderings of the tourism operating system”

⁵ Pesquisa com os termos sustentabilidade forte, pós-desenvolvimento, decrescimento e bem viver realizada em janeiro de 2023 em <https://www.anptur.org.br/portal/wiew/anais/anais.php>. O único trabalho identificado tratava do decrescimento econômico como pano de fundo para o tema principal (hospitalidade em ambientes virtuais), disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/15/1180.pdf>

Alcantara; Sampaio, 2017; Peña Forero, 2020; Vargas; Zuñiga; Alcantara, 2020; Vicencio Murillo; Bringas Rábago, 2014).

No entanto, ainda é preciso ampliar e consolidar esse debate, dar visibilidade ao tema, especialmente nas interconexões entre os três conceitos centrais desta tese: sustentabilidade, pós-desenvolvimento e turismo. Neste sentido, com um foco mais específico, esta pesquisa se alinha às propostas da agenda de pesquisa de Fletcher *et al.* (2019), ou seja, busca analisar casos práticos de decrescimento, bem viver ou similares no turismo e suas contradições. E mais, contribuir para o debate levantado por Hall (2022, p. 4), sobre como o turismo precisa avançar para além do paradigma dominante (que nomeia de “*Brundtland as usual*”), especialmente para a proposta de compreender “Como a principal métrica e o motor subjacente do sistema de turismo podem ser deslocados do crescimento para o desenvolvimento sustentável e/ou decrescimento?” (Tradução nossa)⁶.

Nota-se que o debate – em nível internacional – avançou, mas ainda é insuficiente para ampliar a disseminação de suas práticas nas sociedades, especialmente quando saímos da esfera acadêmica ou do Norte Global. Por exemplo, a Espanha é um dos países em que há registro de destinos que optaram voluntariamente pelo decrescimento para diminuir os impactos negativos do fluxo de turistas, caso de Calviá em Maiorca, nas ilhas Baleares (Valdivielso; Moranta, 2019). Também na Espanha, o projeto *Overtourism & Degrowth*⁷ está em desenvolvimento, visando reduzir a massificação nociva do turismo.

Malta e Amsterdã são outras cidades com casos já registrados na literatura (Bramwell, 2006; Kuenen, 2022). A primeira, com análise aprofundada do debate sobre os limites do crescimento nessa ilha, desde o nível micro até o nível estrutural e suas disputas de poder (Bramwell, 2006). E, a segunda, devido ao trabalho de Kuenen (2022), que analisou as estratégias de prevenção do *overtourism* e de promoção do turismo sustentável implementadas para a recuperação da pandemia de COVID-19.

Milano e Koens (2022, p. 227), em outro trabalho recente, analisaram o paradoxo do *overtourism* em paralelo à lógica do decrescimento, concluindo que a forma como o decrescimento está delineado atualmente possibilita que seja seguido por estratégias claras de “diversificação econômica e reformulação do tecido social e econômico das sociedades contemporâneas para ajudar o turismo a florescer mais equitativo no longo prazo”.

⁶ "How can the core metric and underlying driver of the tourism system be shifted from growth to sustainable development and/or degrowth?"

⁷ Mais informações disponíveis em <https://overtourism-degrowth.uib.eu/Project-description/>

Além disso, justifica-se que esta é uma pesquisa contextualizada em um período de crise ambiental e crise sanitária global e nacional, e que, portanto, deve superar e resistir aos desafios que a ciência brasileira enfrenta, promovendo o conhecimento científico de alta qualidade e rigor acadêmico. Ademais, a crise pandêmica acentuou os impactos, que já eram desproporcionais, nas comunidades mais vulneráveis (Higgins-Desbiolles, 2020; 2019).

Desse modo, esta pesquisa se justifica em sua proposição de dar suporte para uma transição que estabeleça um turismo que promova justiça social e qualidade de vida para todos, presentes no repertório do pós-desenvolvimento, de forma a avançarmos para além de abordagens dicotômicas. Nessa linha, Acosta (2021, p. 95, tradução nossa) destaca que o turismo é uma das questões pendentes neste mundo em transição e que superar esta complexa realidade exige “um esforço de longo prazo e profundas transformações, inclusive dentro da estrutura de múltiplas transições”.

Outro exemplo da relevância social do tema desta tese se embasa em Valdivieso e Moranta (2019), que concluem que o debate sobre o decrescimento no turismo tem efeitos constitutivos na ação social. É mais do que uma abordagem para lidar com o *overtourism* e demais impactos negativos do turismo, sendo capaz de moldar sujeitos sociais e políticos, pois se trata, também, “de uma luta social onde o discurso sobre o decrescimento turístico ajuda novos sujeitos políticos democráticos a se unirem e se organizarem na sociedade civil” (2019, p. 13, tradução nossa).

Para alcançar o objetivo geral desta tese (analisar criticamente as proposições provenientes do pós-desenvolvimento para os diferentes tipos de turismo do século XXI), foram elaborados quatro artigos que serão apresentados a seguir. Os recursos metodológicos utilizados foram direcionados principalmente para uma abordagem qualitativa, com diferentes estratégias para cada um dos artigos elaborados. Para a revisão de literatura adotou-se a revisão integrativa de literatura (RIL), que busca gerar novos conhecimentos sobre o tema, quando sintetiza e critica a literatura representativa sobre o tópico escolhido (Torraco, 2016). Em resumo, para ilustrar, foram adotados: construção de cenários, elaboração de roteiros semiestruturados para realização de entrevistas em pesquisa de campo, observação não participante, registros fotográficos, análise de conteúdo e descrição narrativa. Também se realizou um estudo de caso, que optou por analisar o destino Costa Rica como campo de observação tendo em vista tratar-se de um país referência no turismo dito sustentável.

Nesse contexto, o primeiro artigo da tese – intitulado *Alternativas ao desenvolvimento sustentável: o pós-desenvolvimento* (Marques; Nascimento; Araújo, 2025) – foi publicado como capítulo do livro *Introdução ao desenvolvimento sustentável* (Santos et al., 2025) e visa

examinar as alternativas pós-desenvolvimentistas apresentadas no livro *Pluriverso* (Kothari *et al.*, 2021).

Esse capítulo resume os antecedentes do movimento do pós-desenvolvimento, trata da sua origem, conceito e das suas características gerais, assim como apresenta três grandes grupos de alternativas pós-desenvolvimentistas (as que se ligam aos estilos de vida de povos originários; as que remetem a religiões e filosofias; e as que se vinculam a experiências concretas). Três proposições alternativas mais disseminadas na cultura ocidental (decrescimento, economia solidária e agroecologia) são enfatizadas, apresentando os seus pontos comuns e os seus traços utópicos. Com este capítulo, reflete-se sobre as insuficiências do desenvolvimento (inclusive o sustentável) e identifica-se os fatores que levaram à emergência das propostas pós-desenvolvimentistas.

No segundo artigo - *Alternativas ao crescimento econômico sem limites e as proposições do pós-desenvolvimento* (Marques; Nascimento, 2025) - o objetivo foi identificar, mapear e analisar criticamente as proposições e práticas de transição provenientes dos movimentos pós-desenvolvimentistas. Aborda o conceito de pós-desenvolvimento, aprofundando a discussão iniciada no primeiro artigo. Este foi publicado na revista *Mercator* (2025). Em seu método, foi realizada revisão integrativa de 45 artigos acadêmicos revisados por pares, seguida de análise e síntese temática.

Ao total, 415 proposições foram identificadas e classificadas em 13 temas e 53 categorias, sendo que essa variedade reflete a diversidade e as contradições dos movimentos pós-desenvolvimentistas, que apresentam múltiplas iniciativas transformadoras em diferentes territórios. Dentre as características das proposições analisadas, observou-se que parte delas é compatível com o desenvolvimento sustentável ou com o modelo de uso intensivo de carbono. O mapeamento realizado contribui para dar visibilidade e compreender as interfaces entre as proposições pós-desenvolvimentistas, possibilitando compreender os caminhos para a criação e implementação de iniciativas pluriversais.

O terceiro artigo, *Sostenibilidad, turismo y posdesarrollo: estudio de caso de Costa Rica* (coautores: Marques; Nascimento; Cisneros), objetivou analisar criticamente a sustentabilidade do fenômeno turístico e suas relações com os movimentos do pós-desenvolvimento, desenvolvendo uma linha de raciocínio que identifica em que medida o turismo dito sustentável incorpora as proposições do pós-desenvolvimentismo, que compreende uma ampla plêiade de proposições. Abordou principalmente os conceitos de sustentabilidade (fraca-forte), pós-desenvolvimento e turismo, e será enviado para a revista *El*

Periplo Sustentable. Adotou-se o estudo de caso de um país referência em sustentabilidade na América Latina, a Costa Rica, como estratégia de investigação.

Localizada na América Central, a Costa Rica é reconhecida por sua rica biodiversidade e florestas tropicais, possuindo uma população de cerca de cinco milhões de habitantes e se destacando internacionalmente como um *hotspot* de biodiversidade, com mais de 25% de seu território sob alguma modalidade de proteção ambiental (INEC, 2024; SINAC, 2024). Com uma economia baseada no setor de serviços, o turismo desempenha papel central, apoiado por uma ampla oferta de destinos voltados para segmentos como ecoturismo, sol e praia, turismo cultural, de base comunitária, entre outros, e forte fluxo de turistas internacionais, principalmente da América do Norte (INEC, 2024; ICT, 2024). Esse país também se destaca por ser referência devido à articulação de práticas e políticas públicas para a sustentabilidade no turismo na perspectiva empírica e de seu posicionamento de mercado (UNEP, 2012; GSTC, 2020; El Pais, 2025; Travepulse, 2023; Visit Costa Rica, 2025). Isso por conta, dentre outros, de seu programa de pagamento por serviços ambientais, do Certificado de Sustentabilidade Turística (CST) e do Programa Bandeira Azul Ecológica.

O quarto, e último artigo, evidencia como o *status quo* do setor do turismo é direcionado pela ideologia do crescimento contínuo, com foco no ecoturismo no Brasil, e intitula-se *Ecotourism in Brazil by 2035: four scenarios to leverage sociocultural and environmental Sustainability* (Marques *et al.*, no prelo). O objetivo do artigo é elaborar cenários futuros para o ecoturismo no Brasil, de modo a “propor caminhos analíticos capazes de conduzir os atores do ecoturismo, dos setores público e privado, rumo a um futuro desejado, e direcionar políticas, ações e investimentos em uma direção comum” (p. 2). Este artigo foi enviado para publicação na revista *Journal of Ecotourism*, estamos executando a revisão do texto com base nas sugestões dos revisores após aprovação na primeira fase de revisão pelos pares.

Aplicando a abordagem de cenários futuros, identificamos as variáveis e os stakeholders mais importantes na trajetória futura do ecoturismo no Brasil, refletindo também seu desenvolvimento sustentável na América Latina. Foram abordados dezoito fatores internacionais e nacionais que podem moldar o futuro do ecoturismo brasileiro, envolvendo questões como comportamento, recursos tecnológicos, pesquisa científica e disponibilidade de capital. Os quatro cenários (Nichos Pujantes, Brasil: Terra do Ecoturismo, Muitos Oásis Nacionais, e Devagar, quase parando) têm elementos comuns: todos eles crescem, embora em ritmos diferentes. Além disso, todos apresentam riscos, com certos pontos críticos compartilhados para intervenção. O estudo busca incentivar o cenário Brasil: Terra do Ecoturismo porque retrata um cenário econômico dinâmico com a consolidação de novos

serviços e destinos. Ele destaca o ecoturismo como protagonista no fortalecimento de serviços e destinos turísticos sustentáveis, conservação de biomas e criação de benefícios para as comunidades.

Além desses, durante o doutorado, também foram publicados outros cinco títulos: dois artigos e três capítulos de livro em coautoria com diversos(as) autores(as), os quais estão incluídos no apêndice desta tese. São artigos que, embora não estejam no foco da tese, com ela dialogam de forma diferenciada. Eles mostram, sobretudo, a preocupação da autora com práticas e proposições pós-desenvolvimentistas concretas, conflitos em contexto de desenvolvimento turístico, efeitos nocivos do turismo na natureza, ações governamentais sobre o turismo e a relação mudanças climáticas e turismo.

Primeiramente, o capítulo *Análise de discursos aplicada a conflitos socioambientais em contextos de desenvolvimento turístico* (Fazito; Marques, 2022), publicado no livro *Turismo, Sustentabilidade e COVID-19: entre incertezas e esperanças* (Brasileiro et al., 2022), apresenta uma discussão teórico-metodológica importante, sobre o estado da arte da aplicação da análise de discurso inspirada em Foucault no estudo de crises ou conflitos socioambientais em contextos de desenvolvimento turístico, assim como trata sobre o tema da pandemia de Covid-19 e turismo.

O segundo, no mesmo livro, é o capítulo *Plásticos de uso único no turismo costeiro: um debate urgente* (Costa et al., 2022), que trata sobre a poluição por plásticos de uso único no litoral brasileiro e nos oceanos e reflete sobre o posicionamento do turismo diante deste desafio tão atual. Dentre os resultados da pesquisa de campo realizada, demonstra-se que o tema dos plásticos de uso único não está na agenda prioritária do setor de turismo brasileiro. Esse capítulo evidencia como os impactos negativos do turismo tendem a crescer, e apresenta uma reflexão própria sobre a “farsa” de que o turismo é uma atividade limpa de degradação ambiental.

O terceiro capítulo do mesmo livro *Sustentabilidade, inclusão e resiliência nos planos estaduais de retomada do turismo após a pandemia da covid-19 no Brasil* (Lunas; Lunas; Marques, 2022) analisou se as diretrizes e ações dos governos federal e estaduais, em seus planos de retomada a partir da COVID-19, incorporaram requisitos preconizados por organismos internacionais e instituições representativas tidas como fundamentais para o enfrentamento da crise atual enquanto procuram preparar os sistemas turísticos para crises futuras. Evidenciou-se que a retomada se faz sobretudo na hegemonia econômica, sem atentar para as consequências sobre o meio ambiente e sem preocupação de distribuição das riquezas. Além disso, em geral, os planos pautaram-se apenas por ações emergenciais de curto prazo,

sem alinhamento direto com estratégias globais divulgadas pela Organização Mundial do Turismo.

No artigo *Agenda climática e o turismo no Brasil: contribuições para políticas públicas de adaptação frente às mudanças climáticas* (Gil; Marques; Andrade, 2023) – publicado na Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo/RBTur – analisaram-se as principais políticas nacionais de mudanças climáticas e as políticas públicas de turismo no Brasil, no contexto das diretrizes internacionais sobre turismo e mudanças climáticas no período de 2003 a 2022. Evidencia-se o aumento dos eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas advindas sobretudo da emissão de gases de efeito estufa, assim como a inoperância dos governos em responder de forma eficaz aos novos desafios. Há um baixo nível de integração entre as políticas climáticas e as políticas de turismo, o que reflete no não engajamento do setor nas questões climáticas e na falta de protagonismo do Brasil nos diálogos internacionais sobre esse tema.

O último artigo, *Vozes do Brasil Profundo* (Nascimento; Marques, 2024), publicado na revista *REALIS*, foram analisadas experiências práticas de como evitar as mazelas do desenvolvimento baseado em uso intensivo de carbono. O artigo analisa as proposições do movimento Teia dos Povos, a partir de dois livros *Por Terra e território* (2021) de Joelson Ferreira e Erahsto Felício e *A terra dá, a terra quer* (2023) de Antônio Bispo do Santos. Conclui pela constatação de que as experiências analisadas se enquadram nas iniciativas denominadas de pós-desenvolvimentistas, em que coletivos humanos buscam uma autonomia em relação às instituições da modernidade, a revalorização das identidades culturais e se propõem a (re)criar uma relação menos antropocêntrica entre humanos e natureza.

Diante da urgência de se enfrentar as múltiplas crises socioambientais que marcam o início do século XXI, esta tese busca ampliar o escopo das reflexões sobre os diferentes tipos de turismo, indo além da racionalidade do crescimento econômico e incorporando os aportes teóricos e práticos do pós-desenvolvimento. Com base nas proposições pós-desenvolvimentistas e na análise de experiências concretas do destino Costa Rica, busca-se contribuir para a construção de caminhos plurais, que desafiem a lógica do crescimento ilimitado e dar visibilidade a alternativas comprometidas com a sustentabilidade forte no turismo. A seguir, apresentamos o primeiro artigo da tese.

1. ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PÓS-DESENVOLVIMENTO

Capítulo de livro (2025)

MARQUES, N. R.; NASCIMENTO, E.; ARAÚJO, R. C. Alternativas ao desenvolvimento sustentável: o pós-desenvolvimento. In Santos *et al.*, **Introdução ao desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2025.

*Nayara Rodrigues Marques
Renata Camargo de Araújo
Elimar Pinheiro do Nascimento*

Resumo

O desenvolvimento sustentável (DS) não se desvinculou da ideologia do crescimento econômico. Ele é insuficiente para equacionar os atuais desafios da humanidade, ainda que tenha gerado iniciativas importantes. Isso abriu caminho para alternativas, que podem ser agrupadas na expressão “pós-desenvolvimento”. Este capítulo visa identificar e examinar essas alternativas pós-desenvolvimentistas. Resume os antecedentes do movimento do pós-desenvolvimento e trata da sua origem e das suas características gerais. Apresenta três grandes grupos de alternativas pós-desenvolvimentistas: (i) as que se ligam aos estilos de vida de povos originários; (ii) as que remetem a religiões e filosofias; e (iii) as que se vinculam a experiências concretas. O texto aprofunda o tratamento das três proposições alternativas mais disseminadas na cultura ocidental: o decrescimento, a economia solidária e a agroecologia, enfatizando os seus pontos comuns e os seus traços utópicos. A leitura do texto permitirá que (i) os interessados reflitam sobre as insuficiências do desenvolvimento (inclusive o sustentável), (ii) identifiquem os fatores que levaram à emergência das propostas pós-desenvolvimentistas e (iii) se posicionem nos debates sobre as condições desejáveis para as sociedades humanas contemporâneas. Ao final do capítulo, será possível responder as seguintes questões: Por que o movimento do pós-desenvolvimento se opõe à proposta do desenvolvimento sustentável e à ideologia do crescimento? Quais as características comuns às várias alternativas pós-desenvolvimentistas? O que as alternativas pós-desenvolvimentistas sugerem para reduzir o consumismo?

Introdução

A vida surgiu na Terra há cerca de 3,6 bilhões de anos e só progrediu para formas mais complexas quando a percentagem de oxigênio na composição da atmosfera chegou a 23% (Lovelock, 1991). Essa composição está hoje alterada, com o crescimento da participação de gases como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O). Steffen *et al.* (2018)

identificaram processos de retroalimentação que podem conduzir a Terra a um aquecimento contínuo, acompanhado por um desequilíbrio na composição da atmosfera que pode ameaçar a continuidade da vida. Cerca de um milhão de espécies estão atualmente ameaçadas de extinção. Para alguns estudiosos (Kolbert, 2015; Cowie *et al.*, 2022), estamos vivenciando a sexta extinção em massa da vida na Terra.

O ser humano vem se integrando na teia da vida como uma ameaça a ela (Moore, 2022). Essa ameaça se agravou a partir da revolução industrial no século XVIII, que fez crescer aceleradamente o consumo humano de recursos naturais e de energia, levando a uma participação crescente de CO₂ na composição da atmosfera. Esse consumo chegou a níveis inéditos após a Segunda Guerra Mundial, quando a aceleração do crescimento econômico levou a uma crise ecológica denunciada desde os anos 1970 (Meadows *et al.*, 1972; Ehrlich, 1970). Uma resposta, construída a partir de um apelo global da ONU por uma ação coordenada para enfrentar essa crise, foi a do desenvolvimento sustentável (DS) (World Commission on Environment and Development, 1987). Contudo, o DS tem se revelado insuficiente para compreender e enfrentar essa crise, apesar de esforços consideráveis nesse sentido (Ripple *et al.*, 2017; Campagna; Guevara; Le Boeuf, 2017).

Apesar das muitas críticas que recebeu, alguns autores consideram o DS uma proposta viável. Para Veiga (2008), ele é a grande utopia do século XXI. A proposta do DS, após enfrentar anos de resistência nos meios empresariais e políticos, foi reforçada pelo seu formulador original, a ONU, na forma dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015. Os ODS têm recebido a adesão de pesquisadores renomados (VEIGA, 2010; Weizsäcker; Wijkman, 2018; Clark; Harley, 2020).

Em um contexto de incertezas e riscos globais (Nascimento, 2020), os humanos terão que decidir entre persistir nos caminhos do desenvolvimento tradicional, ou do desenvolvimento sustentável, ou criar novos caminhos. As alternativas propostas correntemente podem ser agrupadas sob a expressão “pós-desenvolvimento”. O objetivo deste capítulo é identificar e examinar alternativas pós-desenvolvimentistas apresentadas no livro *Pluriverso* (Kothari *et al.*, 2021). Antes, porém, abordamos sucintamente os antecedentes do pós-desenvolvimento.

Antecedentes: o desenvolvimento, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável

As proposições do pós-desenvolvimento se contrapõem tanto à noção tradicional de desenvolvimento quanto à noção de DS. Embora essas duas noções sejam focalizadas em outros capítulos deste livro, é relevante tratar delas brevemente aqui.

Desenvolvimento é uma noção de múltiplos sentidos, utilizada em diversas áreas do conhecimento - economia, sociologia, psicologia, biologia, pedagogia, entre outras. Para os fins desta seção, ela se refere ao desenvolvimento econômico e social das sociedades humanas. Nisbet (1969) considera que a noção de desenvolvimento é, sobretudo, uma metáfora que ganhou força no mundo ocidental a partir do século XVIII. Originalmente, foi associada à ideia de progresso: uma marcha linear do inferior ao superior, de sociedades produtoras de poucas riquezas materiais para produtoras de muitas riquezas, mais modernamente uma marcha de sociedades subdesenvolvidas para sociedades desenvolvidas (Rostow, 1960). Com o Iluminismo do século XVIII, a ênfase na razão indicou que os humanos podiam progredir na compreensão do mundo, dominá-lo e transformá-lo segundo as suas necessidades e vontades, percorrendo um processo civilizatório, para usar a expressão de Elias (1990).

A noção contemporânea de desenvolvimento foi construída após a Segunda Guerra Mundial. Teve um primeiro uso público no famoso discurso de posse do presidente estadunidense Harry S. Truman, em janeiro de 1949. Ele argumentou que perseguir o desenvolvimento deveria ser a meta de todos os países pobres, que ele chamou pioneiramente de subdesenvolvidos. Desde então, e pelo menos até 1989, em meio à Guerra Fria, o desenvolvimento foi objeto de muitos debates entre estudiosos (Cowen; Shenton, 2005). Como afirma Agostinho (2007), a ampla aceitação do discurso do desenvolvimento levou mais da metade dos países e a maioria da humanidade a serem vistas e a se verem como subdesenvolvidas, o conceito que fazia contraponto com desenvolvidas. Essa parte da humanidade passou a perseguir o objetivo de crescer economicamente de forma contínua tal como os povos das sociedades ricas. Assim, o crescimento econômico virou sinônimo de desenvolvimento, apesar de serem duas formulações distintas (Sen, 2010).

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de desenvolvimentismo reinou, mas surgiram ou ressurgiram duas desconfiças em relação a ele. A primeira desconfiça era se o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países capitalistas seria viável a longo termo para esses países e os demais países (Furtado, 1974). A segunda era se esse desenvolvimento poderia criar um futuro melhor para a humanidade. Hoje, apesar de muitos estudiosos ainda acreditarem que o nosso futuro será o de um mundo melhor (Pinker, 2018; Smil, 2021), outros pensam o inverso (Wallace-Wells, 2019; Gilding, 2014). Ademais, há crescentes desconfiças epistemológicas quanto à nossa capacidade de prever o futuro (Taleb, 2008; Morin, 2007), o que deixa a questão em aberto.

Na década de 1970, a humanidade começou a aprender que o desenvolvimento econômico, da forma pela qual ele operava, era inviável. Isso ocorreu principalmente por

influência das obras de Meadows *et al.* (1972) e de Georgescu-Roegen (1971), entre outras. Simultaneamente, a ONU começou a formular alternativas. A primeira nasceu em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia. Esse evento resultou do trabalho de Maurice Strong e Ignacy Sachs, que propuseram o conceito de ecodesenvolvimento. O conceito sofreu a oposição do governo estadunidense, entre outros, mas continuou a ser discutido depois de encerrado o evento de Estocolmo. Na década seguinte, a mesma ONU divulgou outra formulação, o desenvolvimento sustentável (DS), que alcançou aceitação e prestígio. Ela foi apresentada num documento intitulado *Our Common Future*, mais conhecido como Relatório Brundtland (World Commission on Environment and Development, 1987). Ele definiu o “novo modelo” de desenvolvimento como aquele que “atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas [necessidades]”. Esse “novo modelo” se contrapôs frontalmente, entre outros autores, às afirmações Meadows *et al.* (1972) e de Georgescu-Roegen (1971, 2012), para quem meio o ambiente natural preservado e o desenvolvimento econômico eram mutuamente compatíveis.

Não obstante, o DS ganhou adesões e, desde a década de 1990, enveredou por dois caminhos: (i) a descarbonização; e (ii) a desmaterialização da economia – ou seja, reduzir o uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) e reduzir o uso de recursos naturais por bem-produzido. Em Léna e Nascimento (2012), vários autores abordam esta temática. Recentemente, o DS trilha um terceiro caminho, o da requalificação do consumo, que tem três dimensões: (i) a redução pura e simples do consumo nos segmentos sociais mais abastados; (ii) a reutilização e a reciclagem dos produtos (economia circular); e (iii) a eliminação do uso de plásticos e produtos nocivos à natureza (agrotóxicos etc.).

Apesar de numerosas propostas e iniciativas, os resultados da implantação do DS têm sido pífios. Ripple *et al.* (2017) mostraram como os sinais de degradação ambiental persistem nessas iniciativas. Rockstrom (2020) chamou a atenção para o fato de que houve sucessivos recordes de temperaturas altas no planeta, com aumento do número de incêndios florestais, episódios de secas, desglaciação e inundações de cidades. Meadows (2022) concordou com essas avaliações do DS, afirmando em entrevista recente que o DS não é mais possível, pois a humanidade está vivendo de um modo que vai além da capacidade da Terra de nos sustentar. Ele considera inevitável o declínio de nossa civilização.

O pós-desenvolvimento: origens e ideias gerais

O pós-desenvolvimento nasce de uma dupla refutação: (i) ele refuta o modelo de desenvolvimento econômico vigente, tido como inviável a longo termo; (ii) e ele refuta a proposta do DS, como uma contradição em si, um oxímoro. Portanto, para o pós-desenvolvimento tanto o modelo vigente quanto o modelo proposto são inviáveis, pois incorporam o princípio do crescimento econômico contínuo em um planeta finito. Em outras palavras, ambos apoiam a ideologia hegemônica do mundo moderno, a ideologia do crescimento. Latouche (2006, p. 11) chama essa ideologia de “religião do crescimento”.

Escobar (2007) informa que o termo pós-desenvolvimento foi usado pela primeira vez em 1991, em um colóquio realizado em Genebra (Suíça). As principais obras que discutem o pós-desenvolvimento foram publicadas a partir dos anos 1990 por diferentes autores Wolfgang Sachs, Arturo Escobar, Gilbert Rist, Majid Rahnema, Victoria Bawtree, Vandana Shiva, Gustavo Esteva e Joan Martínez-Alier, entre outros (Kothari *et al.*, 2021). Aparentemente, o trabalho mais abrangente sobre o pós-desenvolvimento é o dicionário organizado por Kothari *et al.* (2021), intitulado *Pluriverso*, na versão em português.

Escobar (2011) define pós-desenvolvimento como um projeto que estuda mundos e conhecimentos que as ciências apagaram ou compreenderam obliquamente. *Pluriverso* o define como uma “miríade de críticas sistêmicas e maneiras de viver para além do paradigma” do desenvolvimento. (Kothari *et al.*, 2021, p. 29). As alternativas propostas pelo pós-desenvolvimento apontam em geral para um estilo de vida (produção e consumo) situado fora do paradigma do desenvolvimento, sem a sua lógica de produção mercantil, de acumulação de riqueza (e desigualdades) e de degradação ambiental. Essas alternativas buscam reduzir desigualdades sociais, melhorar a distribuição das riquezas e mudar a relação entre os humanos e a natureza (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021; Escobar, 2021).

Note-se que estilos de vida alternativos ao desenvolvimento contemporâneo existem há milhares de anos nas culturas de povos originários de todos os continentes. Esses povos precederam o desenvolvimento em milhares de anos e hoje inspiram alternativas pós-desenvolvimentistas. Com o agravamento da crise ecológica (Rees, 2019), essas alternativas ganharam visibilidade e se juntaram a outras, provindas da sociedade moderna, como a proposição de Raworth (2019) ou aquelas contidas nas diversas propostas de “outra economia”, como as que aparecem nos textos de uma coletânea organizada por Castells (2019). Raworth propõe, singela e resumidamente, que o mundo adote duas linhas de regulação. A primeira, que poderíamos denominar de linha da dignidade, define o mínimo de bens e serviços que todo ser humano deveria ser capaz de acessar (não apenas renda, mas serviços e bens). A segunda, uma

linha superior, ou ecológica, define o que cada humano pode consumir sem destruir a possibilidade de outros terem uma vida digna.

No entanto, Gibson-Graham (2005) afirma que o pós-desenvolvimento não deve propor modelos, e sim priorizar e dar visibilidade às vozes marginalizadas, com as suas culturas específicas que não devem ser destruídas. A visão do pós-desenvolvimento não propõe “modelos escaláveis”, a serem replicados universalmente. Dessa forma permite que as alternativas ao desenvolvimento possam ser vistas e vivenciadas como “locais de experimentação produtiva”, ao mesmo tempo em que podem servir como “caminhos de resistência” (Kaul *et al.*, 2022, p. 1155).

Esses “locais de experimentação” e “caminhos de resistência” estão, em parte, sintetizados em dezenas de verbetes constantes em *Pluriverso*. Essa obra tem três partes: a primeira trata de temas introdutórios; a segunda registra iniciativas reformadoras e propostas para “melhorar” o desenvolvimento; e a terceira reúne, em 85 verbetes, as alternativas transformadoras que os autores sugerem como pós-desenvolvimentistas. Ressalte-se que, rigorosamente, nem todas essas iniciativas podem ser definidas como pós-desenvolvimentistas. Apesar disso, os critérios dos autores para selecionar essas alternativas evidenciam a lógica pós-desenvolvimentista do local e da resistência, lógica essa que se traduz nos seguintes critérios: controle justo dos meios de produção; relações de apoio mútuo entre humanos e não-humanos; acesso a modos de vida significativos para todas as pessoas; justiça na distribuição horizontal (hodierno) e intergeracional (amanhã) de benefícios; eliminação das discriminações de gênero, classe, etnia, raça, casta e sexualidade; e difusão da paz (Kothari *et al.*, 2021). Essa situação só pode ser atingida com a interrupção do crescimento econômico global e com a adoção de estilos não universais de produção, consumo e de vida.

Os três grandes conjuntos de propostas pós-desenvolvimentistas

Quem imagina que encontrará uma receita para criar uma sociedade inspirada pelo pós-desenvolvimento, livre da lógica do crescimento, global e universalmente factível, terá uma grande decepção. O pós-desenvolvimento não propõe modelos, nem universalismos. Os autores de *Pluriverso* apresentam propostas de valor desigual, distribuídas por todos os continentes e com origens teóricas distintas. Como eles acreditam que as soluções para as mazelas do desenvolvimento serão múltiplas, e não únicas, as propostas geralmente têm alcance local. A maioria, aliás, contempla reflexões ou descrições de práticas de vida diferentes do padrão ocidental ou das cosmovisões dominantes. Algumas se inspiram nas culturas de povos originários, outras em religiões ou filosofias e outras ainda em movimentos culturais

modernos. A título de ilustração, seguem alguns exemplos que constam em *Pluriverso*, divididos em três grupos.

O primeiro grupo reúne alternativas inspiradas pelos estilos de vida de povos originários de todo o mundo. Muitas são desconhecidas por não especialistas. Seguem alguns exemplos. A *agaciro*, que indica valor, autoestima e dignidade, vem de Ruanda. É um projeto anticolonial expresso organizacionalmente na *Agaciro Development Foundation*. A ecologia jainista, da tradição mais antiga do hinduísmo, na Índia, é centrada no princípio da não-violência, inclusive com animais e plantas, pois considera que todos os seres vivos merecem respeito e consideração. O *hurai* é um “conceito anti-anthropocêntrico que coloca a natureza, os animais e os deuses na frente dos seres humanos, apresentando outra noção de bem-estar e defendendo o povo das mazelas da modernização” (Kothari *et al.*, 2021, p. 366). A espiritualidade da terra, também denominada neopaganismo, animismo ou panteísmo, abrange a senciência, a sacralidade e a ação consciente em relação à natureza. O *minobimaatisiwin*, da cultura *anishinaabe*, no Canadá, significa uma visão holística do mundo e prega o relacionamento amoroso entre a Terra e os outros seres vivos. O *nayakrishi andolon* ou novo movimento agrícola, dos camponeses do Bangladesh, coordena mais de 300 mil unidades familiares focalizadas na conservação da biodiversidade, na noção operacional de propriedade comum e na troca de insumos e conhecimentos. Finalmente, temos o *ubuntu*, do conceito sul-africano de humanidade, cuja obrigação moral é “cuidar dos outros” (Kothari *et al.*, 2021, p. 559).

Nesse grupo de iniciativas destaca-se para nós, latino-americanos, o bem viver, que surge de filosofias dos antigos povos dos Andes, como *sumak kawsay* (Quéchua). Está presente também entre os seus descendentes e outros povos originários, como os Aymarás (*suma qamaña*), Guaranis (*ñandereko*), Kichwas (*allin kawsay*), Mapuches (*küme morgen*) e Ashaninkas (*kametsa asiake*). É uma noção de vida em harmonia com a natureza, indivíduos e comunidades, que permite repensar múltiplas formas de redesenhar as lógicas de produção, distribuição e consumo de bens e as instituições sociais e políticas. O bem viver, em algumas de suas manifestações, tem uma conotação de resistência ao colonialismo europeu. Influenciou as constituições aprovadas recentemente no Equador (Plano Nacional para o Bem Viver) e da Bolívia, que reconhecem os direitos da natureza, plantas, animais e outros. O seu projeto passa pela horizontalidade do poder, pela autogestão e pela democracia radical, que possibilitam a construção de uma visão holística da vida (Acosta, 2016).

O segundo grupo de ideias geradas pelo pós-desenvolvimento considera alternativas que remetem a religiões e filosofias mais recentes. Alguns verbetes de *Pluriverso* tratam de algumas dessas proposições idealizadas por autores de distintas proveniências. Eis alguns

exemplos. O ecoanarquismo propõe a autossuficiência, o autogoverno e a maximização da independência, por meio da vida coletiva abrigada em economias locais de pequena escala. Há o ecofeminismo, que rearticula as questões de gênero, equidade social, justiça e integridade da natureza. Temos ainda a Felicidade Interna Bruta (FIB), adotada no Butão (Cavalcanti, 2015), a teologia da libertação (Frei Beto, 2021), a ecologia profunda (Naess; Rothenberg, 2009) e o ecossocialismo (Löwy, 2012 e 2022), entre outros.

Merece destaque, nesse grupo, o convivialismo, a filosofia da arte de viver juntos. Blaso e Ciccoto Junior (2021) lembram que a palavra convivialismo vem da aglutinação de três palavras ou expressões: *convivium* (banquete), *bonun vitae* (boa vida) e *con-vivere* (viver junto). O convivialismo nasce do movimento criado por intelectuais em torno da teoria da dádiva, do antropólogo Marcel Mauss (2003), retrabalhada recentemente por Caillé (2001), Godbout (1999) e, no Brasil, por Nunes e Martins (2001) e Martins (2017; 2023). A teoria da dádiva propõe que o princípio de dar-receber-retribuir seja a base das relações sociais. As obras de Gorz (1975) e Illich (1973) também influenciaram o convivialismo.

Nascimento (2021) aponta que, para o convivialismo, o principal obstáculo à prosperidade humana é o descomedimento. Trata-se da perda do sentido de limites (conceito de *hybris* ou húbris), o desejo de possuir mais e mais que expressa a falta de percepção sobre as consequências do crescimento econômico desmesurado (Boisvert, 2010). Para controlar a *hybris*, o convivialismo propõe cinco princípios: (i) a comum naturalidade, a convivência harmoniosa com a natureza, por termos com ela uma relação de interdependência; (ii) a comum humanidade, pois somos filhos da mesma espécie, alocados no mesmo planeta, com um destino comum; (iii) a comum socialidade, que valoriza as relações de cooperação para a construção de coisas comuns e melhores; (iv) a oposição criadora, por meio de uma comunicação não-violenta, que respeita a plena expressão de todos; e (v) o princípio da legítima individualização, pelo qual cada pessoa pode expandir a sua própria individualidade, desde que respeite os outros princípios (Caillé, 2013; Internationale Convivialiste, 2020, p. 35-45; Nascimento, 2020).⁸

O terceiro grupo de verbetes que consta em *Pluriverso* nos remete a experiências mais concretas (movimentos, organizações e práticas) que ocorrem no mundo inteiro, geralmente como expressões locais, ou movimentos intelectuais, como é o caso do decrescimento. Eis alguns exemplos: ecovilas; agroecologias; permacultura; economia solidária; moedas alternativas. Há também a autonomia zapatista, baseada no sul do México, que organiza os

⁸ Uma tradução do Segundo Manifesto Convivialista consta do site do Ateliê de Humanidades: <https://ateliêdehumanidades.com/convivialismo/>

camponeses em uma proposta de vida democrática, solidária e à margem do estado. Finalmente, há a economia democrática do Curdistão, baseada em princípios de emancipação de gênero e em ecologia, defensora do confederalismo democrático e da autonomia democrática como modelos organizacionais.

Decrescimento, economia solidária e agroecologia: três proposições em disseminação

Esta seção dá destaque ao decrescimento, à economia solidária e à agroecologia (Bocato-Franco; Nascimento, 2013). As duas últimas têm registros de casos práticos no Brasil e interfaces com o primeiro.

Do ponto de vista ecológico e econômico, o decrescimento pode ser definido como a redução da escala de produção e consumo que vise melhorar o bem-estar humano e favorecer as condições ecológicas (Schneider *et al.*, 2010). Conforme Kallis (2011), decrescimento é a redução socialmente sustentável e equitativa da quantidade de matéria-prima e de energia que uma sociedade extrai, processa, transporta e distribui para o consumo e que, na maioria das vezes, retorna para o ambiente natural na forma de resíduos. É também, contudo, uma alternativa política que pretende, por meio de um processo democrático, promover mudanças radicais na orientação das instituições políticas e econômicas, no nível macro, e dos valores e aspirações pessoais, no nível micro. Aliás, sob o ponto de vista político, ele é um *slogan* cujo objetivo é romper com o produtivismo econômico e com a ideologia dominante do desenvolvimentismo e do crescimento ilimitado.

Os estudiosos do decrescimento (Latouche, 2009; Martinez-Alier *et al.*, 2010; Schneider *et al.*, 2011; Léna; Nascimento, 2012; Nascimento; Tasso, 2019) concordam que “é impossível que haja um modelo de decrescimento único, com um programa político geral válido em todos os casos, mesmo no âmbito dos países do Norte e do Sul” (Bocato-Franco; Nascimento, 2013, p. 44). As implicações e o significado do decrescimento e as suas respectivas políticas serão diferentes em cada contexto. No Norte é preciso, no geral, reduzir o consumo; no Sul, o consumo de bens essenciais deve ser ampliado entre os setores mais carentes, que não tem acesso a esses bens essenciais, e reduzido em outros segmentos sociais. Mas, ambos terão elementos comuns, como, por exemplo, a crítica à modernidade ocidental, a luta pela redução das desigualdades, a defesa da autonomia cultural dos povos, a redução da produção e do consumo de determinados bens (como armas e automóveis), o prolongamento do ciclo de vida das mercadorias por meio da reutilização e reciclagem (que inspiram a economia circular). Isso significa, entre outras coisas, que o decrescimento deve dialogar com

experiências locais, sobretudo nos países do Sul, em busca de uma economia de baixo impacto ecológico (Martinez-Alier *et al.*, 2010).

A economia solidária pode ser definida como um conjunto de práticas e de relações econômicas e sociais fundadas na colaboração solidária e inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza e de capital (FBES, 2005). Ela tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associativa, o respeito às liberdades individuais e a busca por solidariedade e igualdade (Singer, 2002). Os proponentes da economia solidária concebem as atividades produtivas como meio para suprir as necessidades humanas, e não para acumular riquezas.

No Brasil, os “empreendimentos econômicos solidários” (EES) são uma das formas de concretização da economia solidária. Trata-se de formas de auto-organização socioeconômica, com administração democrática por meio da autogestão (França Filho, 2007; Lechat *et al.*, 2007; Singer, 2002). Os EES têm os compromissos de criar trabalho, de beneficiar a comunidade ou um coletivo e de adotar mecanismos decisórios baseados numa estrutura democrática. Johanisova *et al.* (2012) consideram que os EES contribuem para o decrescimento porque não enfatizam a maximização do lucro e buscam dar resposta às necessidades reais da população. Eles sustentam que a busca pelo crescimento fica atenuada quando a produção busca satisfazer necessidades reais.

A agroecologia é a ciência da aplicação da ecologia a agroecossistemas sustentáveis. Ela se fundamenta nos conhecimentos e técnicas desenvolvidos por agricultores, num processo de experimentação contínua (Altieri, 2012). É uma forma de manejo dos recursos naturais apoiada na ação coletiva e em cultivos diversificados, em contraposição à lógica da monocultura (Sevilla Gusmán, 2001; 2002). A agroecologia é um tipo de conhecimento interdisciplinar, porque articula a ciência com os saberes populares e tradicionais. Simultaneamente, é um movimento social que reúne camponeses praticantes da agroecologia (Altieri, 2012). No Brasil, muitos camponeses são mobilizados na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002, e na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2004.

A ênfase na escala local é um elemento-chave da agroecologia, na medida em que ela realça o valor das comunidades e o abastecimento dos mercados locais (Altieri, 2012). O resgate e a conservação de sementes crioulas e de variedades locais de animais domésticos, a diversificação dos sistemas produtivos, a valorização do autoconsumo, a limitação da propriedade privada, a promoção do trabalho solidário e a restrição ao desperdício são

elementos comuns da agroecologia e do decrescimento (Altieri, 2012; ANA, 2006; Sevilla Gusmán, 2001; Van Griethuysen, 2012).

Há cinco convergências entre essas três proposições (decrescimento, economia solidária e agroecologia): (i) o foco na gestão de uma economia local; (ii) o controle dos sistemas produtivos pelos produtores, com propriedades de extensão limitada; (iii) a estratégia de transformação social de “baixo para cima”; (iv) o uso parcimonioso dos recursos naturais e a distribuição das riquezas; e (v) o esforço de recuperação dos conhecimentos, técnicas, valores e hábitos tradicionais.

Vemos, portanto, que essas alternativas ao desenvolvimento têm especificidades e diferenças, de acordo com cada contexto e cada território em que estão inseridas. Para além dos discursos e das elaborações teóricas, na prática o pós-desenvolvimento acontece em experiências locais, com foco em estratégias de transformação que convergem na busca por equidade, bem-estar e sustentabilidade ecológica, como mostram Kaul *et al.* (2022) a partir de estudos de casos. Indivíduos, coletivos, comunidades, redes e iniciativas variados vêm protagonizando experiências que procuram evitar a reprodução de instituições da modernidade capitalista. Não se trata de alternativas que por si sós sejam modelos para ‘salvar o mundo’, e sim de experiências que, de alguma forma, podem trazer lições importantes a serem aprendidas e compartilhadas.

Considerações finais

Essas reflexões sobre o pós-desenvolvimento devem ser completadas por referência às proposições de Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), bem resumidas por Cechin (2010). Ele propõe a proibição da produção de todos os materiais bélicos; a redução programada da população; o fim de todo e qualquer desperdício de energia; a extinção das “bugigangas”; o fim da moda; a oferta de produtos que possam ser consertados; o fim da obsolescência programada; a redução das jornadas de trabalho; e a ampliação das horas de lazer.

Edgar Morin (1921-) (2011) reflete extensamente sobre as reformas indispensáveis para, como diria Krenak (2019), adiar o fim do mundo (dos humanos). Ele parte do princípio de que vivemos uma policrise. Por isso, reformas parciais no plano econômico ou ambiental são insuficientes. É preciso introduzir um conjunto de reformas sistêmicas, abrangendo, entre outras, as dimensões da política, da demografia, da família, do uso de energia, da cidade, do consumo e do trabalho. Todas essas reformas têm que ser levadas a cabo, em conjunto, de forma sistêmica e em modo de retroalimentação.

Há uma proliferação extraordinária de reflexões e proposições para vencer as prisões do desenvolvimentismo, que alguns preferem chamar de alternativas sistêmicas (Azzelini, 2023; Solon, 2019; Ferreira; Felício, 2021). O que existe de comum entre as muitas proposições, filosofias e práticas que compõem o amplo universo do pós-desenvolvimento? De forma resumida, todas rejeitam clara e contundentemente o modelo de economia baseado no crescimento econômico, pois ele leva inapelavelmente à destruição das condições de vida, tanto dos humanos quanto de outras espécies. Para reduzir o consumismo, pregam a vida comedida, austera e restrita aos bens indispensáveis à vida digna (Latouche, 2021). Criticam toda e qualquer ostentação. Para elas, a felicidade não depende da posse de bens, mas sim no bom relacionamento com a natureza, com os animais e com os outros humanos. Ela reside também no prazer de fazer coisas agradáveis ou úteis para si próprio e para os outros, o que significa abandonar a lógica produtivista da acumulação. Todas as alternativas primam por abominar as desigualdades enormes entre os humanos.

Embora não ocorra em todas as alternativas pós-desenvolvimentistas, há também uma rejeição às soluções homogêneas, universalizantes. Há uma valorização generalizada e profunda do local, da sociobiodiversidade, dos costumes específicos de cada povo e cada comunidade. A maioria dessas alternativas valoriza a diversidade (teórica e prática), em todos os continentes. De maneiras variadas, todas recebem o sopro da utopia, do sonho, do desejo de construir uma sociedade distinta, justa e que respeite a natureza. É relevante destacar, no entanto, que essa dimensão utópica implica também limitações à disseminação e à aceitação das ideias pós-desenvolvimentistas. Essas dimensões representam desafios para a sua operacionalização, especialmente em um contexto da crise ecológica globalizada ou de um mundo em metamorfose (Beck, 2018). Grande parte da visão utópica reside na crença de que as mudanças locais podem se articular umas com as outras e modificar a dinâmica global da economia capitalista.

No entanto, nada indica que o somatório de experiências locais crie um mundo novo. Nem todos os proponentes do pós-desenvolvimento partilham dessa ilusão. Alguns preferem imaginar que experiências pequenas, locais e marginais, podem, ao longo do tempo, ganhar fama e visibilidade capazes de induzir outras comunidades a seguir caminhos similares ou parecidos, enquanto a economia capitalista entra em colapso. Afinal, o colapso do sistema é uma ideia cada vez mais disseminada na atualidade (Gilding, 2014; Masaro, 2021).

Ainda que existam lacunas a preencher nos campos teórico e empírico do pós-desenvolvimento, apresentar e destacar as suas alternativas permite que as pessoas se

mobilizem para buscar e imaginar outros presentes e futuros possíveis, para além do modelo dominante de desenvolvimento capitalista.

Referências bibliográficas

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

AGOSTINHO, A. Post-development: unveiling clues for a possible future. In: ZIAI, A. (org.). **Exploring Post-development, theory and practice, problems and perspectives**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

ANA – Associação Nacional de Agroecologia. Carta Política do II ENA. Encontro Nacional de Agroecologia, 2006. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/download/carta-politica-do-ii-ena/>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

AZZELINI, D. **O movimento autogestionário mundial**: uma perspectiva marxista. São Paulo: Lutas anticapital, 2023.

BECK, U. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BLASO, V.; CINCOTTO JR, S. Convivialidade, porque sonhos não envelhecem. **Revista BIS**, ano 12, n. 53, p. 45-47, 2021.

BOCCATO-FRANCO, A. A.; NASCIMENTO, E. P. do. Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergências. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 21, p. 43-56, 2013.

BOISVERT, R. Convivialism: a philosophical manifesto. **The Pluraliste**, v. 5, n. 2, p. 57-68, 2010.

CAILLÉ, A. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 26-56, 2001.

_____. O Convivialismo: uma ideia nova para evitar a catástrofe. **Instituto Humanistas Unisinos**, v. 11, 2013.

CAMPAGNA, C.; GUEVARA, D.; LE BOEUF, B. Sustainable development as deus ex machina. **Biological Conservation**, v. 209, p. 54-61, 2017.

CASTELLS, M. **Outra economia é possível**: cultura e economia em tempos de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

CAVALCANTI, C. A concepção de desenvolvimento do Butão: uma aplicação inédita dos princípios da economia ecológica. **Ciência e Ambiente**, n. 50, p. 5-16, 2015.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Senac, 2010.

CLARK, W. C.; HARLEY, A. G. Sustainability Science: Towards Synthesis. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 45, p. 331-386, 2020.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. *Doctrines of development*. London; New York: Routledge, 2005.

COWIE, R. H.; BOUCHET, P.; FONTAINE, B. The Sixth Mass Extinction: fact, fiction or speculation? **Biological Reviews**, v. 92, n. 2, p. 640-663, abr. 2022.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

EHRlich, P. **The population Bomb**. California: A Sierra Club Ballantine Book, 1970.

ESCOBAR, A. "Post-development' as concept and social practice. In: **Exploring Post-Development: Theory and Practice. Problems and Perspectives**. 1. ed. Routledge, p. 18-31, 2007.

_____. **Encountering development**: the making and unmaking of the Third World. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2011.

FBES – **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Carta de Princípios da Economia Solidária. 2005. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território**: por caminhos da revolução dos povos do Brasil. Arataca (Ba): Teia dos povos, 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, v. 7, p. 155–174, 2007.

FREI BETO. **Gustavo Gutiérrez, pai da teologia da libertação**. Instituto Humanitas Unisinos, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/611080-gustavo-gutierrez-pai-da-teologia-da-libertacao>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

_____. **O Decrescimento**: entropia, ecologia, economia. Org. Nicholas Grinevald, Ivo Rens; Trad. Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Surplus possibilities: postdevelopment and community economies. **Singapore Journal of Tropical Geography Lecture Series**, v. 26, n.1, p. 4-26, 2005.

GILDING, P. **A grande ruptura**: como a crise climática vai acabar com o consumo e criar um novo mundo. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GORZ, A. **Ecologie et politique**. Paris: Galilée, 1975.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Sintra: Editora Europa-América, 1973. Disponível em: <<http://library.lol/main/47196EE79A74E40BF81E4B52D91289A3>>.

INTERNATIONALE CONVIVIALISTE. **Second manifeste convivialiste: pour un monde post-néolibérale**. Paris: Actes du Sud, 2020.

JOHANISOVA, N.; CRABTREE, T.; FRANKOVÁ, E. Social enterprises and non-market capitals: a path to degrowth? **Journal of Cleaner Production**, v. 38, p. 7–16, 2012.

KALLIS, G. In defence of degrowth. Elsevier, **Ecological Economics**, v. 70, p. 873–880, 2011.

KAUL, S.; AKBULUT, B.; DEMARIA, F.; GERBER, J.-F. Alternatives to sustainable development: what can we learn from the pluriverse in practice? **Sustainability Science**, v. 17, p. 1149-1158, 2022.

KOLBERT, E. **A Sexta Extinção**: uma história não natural. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. **Pluriverso**: um dicionário do Pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LATOUCHE, S. **Le pari de la décroissance**. França: Fayard, 2006.

_____. **La apuesta por el decrecimiento**: ¿Cómo salir del imaginário dominante? 2. ed. Barcelona: Icaria, 2009.

_____. **La abundância frugal como arte de vivir**. Vilassar del Dart: El viejo Topo, 2021.

LECHAT, N. M. P.; RITTER, C.; LEMES, F. R. M.; SCHIRMER, T. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Civitas. Revista de Ciências Sociais, v. 7, p. 175–194, 2007.

LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (Orgs.). Enfreitando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LOVELOCK, J. As Eras de Gaia: a biografia da nossa Terra viva. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

LÖWY, M. O que é o ecossocialismo? São Paulo: Cortez, 2022.

_____. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecosocialista, p. 147-156. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade sem crescimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARTINEZ-ALIER, J.; PASCUAL, U.; VIVIEN, F.; ZACCAI, E. Sustainable de-growth: mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological Economics**, v. 69, p. 1741–1747, 2010.

MARTINS, P. H. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 163-196, 2017.

_____. **Políticas da dádiva**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2023.

MASARO, L. O grande medo do colapso. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 9, n. 3, p. 247-272, dez. 2021.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. *Limites do Crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MEADOWS, D. Il faut mettre fin à la croissance incontrôlée, le cancer de la société. *Le Monde*, abr. 2022.

MOORE, J. *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

MORIN, E. **Vers l'abîme?** Paris: L'Herne, 2007.

MORIN, E. *La voie. Pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Fayard, 2011. (A via para o futuro da humanidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013).

NAESS, A.; ROTHENBERG, D. *Vers l'écologie profonde*. Marseille: Wildproject, 2009.

NASCIMENTO, E. P. do. Convivialismo: que bicho é este? **Revista Será?**, v.15, 2021.

_____. **Um mundo de risco e incerteza**: conquistar a sustentabilidade, reinventar a democracia e eliminar a nova exclusão social. Brasília: FAP, 2020.

NASCIMENTO, E. P. do; TASSO, J. P. F. Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições. **Paper do NAEA**, v. 28, n. 1, 2019.

NISBET, R. *Social Change and History: Aspects of the Western Theory of Development*. New York: Oxford University Press, 1969.

NUNES, B. F.; MARTINS, P. H. Apresentação: dádiva e solidariedades urbanas. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1 e 2, p. 9–23, 2001.

PINKER, S. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

REES, W. E. *End game: the economy as eco-catastrophe and what needs to change*. **Real World Economics Review**, n. 87, p. 132-148, 2019.

RAWORTH, K. **Economia donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

RIPPLE, W. J.; WOLF, C.; NEWSOME, T. M.; GALETTI, M.; ALAMGIR, M.; CRIST, E.; MAHMOUD, M. I.; LAURANCE, W. F. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. **BioScience**, v. 67, n. 12, p. 1026–1028, 2017.

ROCKSTRÖM, J. **10 years to transform the future of humanity or destabilize the planet**. TED Talk, 10 out. 2020. Disponível em: https://www.ted.com/talks/johan_rockstrom_10_years_to_transform_the_future_of_humanity_or_destabilize_the_planet.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SACHS, I. A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTINEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability: introduction to this special issue. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, p. 511–518, abr. 2010.

SCHNEIDER, F.; BAYON, D.; FLIPO, F. Decrecimiento: 10 preguntas para comprenderlo y debatirlo. Mataró: Editor El Viejo Topo, 2011.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia de Bolso, 2010.

SEVILLA GUSMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, p. 35-45, 2001.

_____. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, p. 18–28, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMIL, V. *Grand Transitions: How the Modern World Was Made*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

OLON, P. **Alternativas sistêmicas**. São Paulo: Elefante, 2019.

STEFFEN, W.; ROCKSTRÖM, J.; RICHARDSON, K. et al. Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. **PNAS**, v. 15, n. 33, p. 8252-8259, 2018.

TALEB, N. N. **A lógica do cisne negro**: o impacto do altamente improvável. 19. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2008.

VAN GRIETHUYSEN, P. Bona diagnosis, bona curatio: how property economics clarifies the degrowth debate. **Ecological Economics**, v. 84, p. 262–269, 2012.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: SENAC, 2010.

WALLACE-WELLS, D. **A Terra inabitável**: uma história do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEIZSÄCKER, E. U. von; WIJCKMAN, A. Come on!: capitalism, short-termism, population and the destruction of the Planet – A Report to the Club of Rome. Springer, 2018.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987.

2. ALTERNATIVAS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM LIMITES E AS PROPOSIÇÕES DO PÓS-DESENVOLVIMENTO

Artigo publicado na revista Mercator (2025)

MARQUES, Nayara Rodrigues; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro.

RESUMO

O modelo econômico intensivo em carbono encontrou forte questionamento nos anos 1970-1980, levando à disseminação do desenvolvimento sustentável após os anos 1990 que, por sua vez, entrou em questionamento nessas últimas décadas. Nesse contexto, emergiu o Pós-desenvolvimento, formado por movimentos culturais com um conjunto de proposições e iniciativas distintos, que visam criar alternativas ao modelo de crescimento econômico ilimitado. Mais recentemente, duas frentes pós-desenvolvimentistas ganharam maior visibilidade: o Decrescimento e o Bem Viver. Assim, este artigo visa identificar, mapear e analisar criticamente as proposições e práticas de transição provenientes dos movimentos pós-desenvolvimentistas. Para isso, foi realizada revisão integrativa de 45 artigos acadêmicos revisados por pares, seguida de análise e síntese temática. Assim, 415 proposições foram identificadas e classificadas em 13 temas e 53 categorias. Dentre as características das proposições analisadas, nota-se que parte delas é compatível com o desenvolvimento sustentável ou com o modelo de uso intensivo de carbono. Essa variedade de temáticas, categorias e proposições reflete a diversidade e as contradições dos movimentos pós-desenvolvimentistas, que apresentam múltiplas iniciativas transformadoras em diferentes territórios. O mapeamento realizado contribui para dar visibilidade e compreender as interfaces entre as propostas do Pós-desenvolvimento, possibilitando compreender os caminhos para a criação e implementação de iniciativas pluriversais.

Palavras-chave: Pós-desenvolvimento; Decrescimento; Bem Viver; Sustentabilidade; Alternativas econômicas.

ABSTRACT

The carbon-intensive economic model faced strong challenges in the 1970s and 1980s, leading to the widespread adoption of sustainable development after the 1990s. However, sustainable development itself has been increasingly questioned in recent decades. As a result, post-development emerged, characterized by a set of distinct propositions and initiatives that seek alternatives to the model of unlimited economic growth. More recently, two post-development movements have gained greater prominence: Degrowth and Buen Vivir. This article aims to identify, map, and critically analyse the propositions and transition practices associated with the post-development movement. To achieve this, an integrative review and thematic synthesis were conducted based on peer-reviewed academic articles. A total of 415 propositions were identified across 45 articles, which were classified into 13 themes and 53 categories. Among the characteristics of the analysed propositions, some are found to be compatible with sustainable development or the carbon-intensive model. This diversity of themes, categories, and propositions reflects the scope and contradictions of the post-development movements, which encompasses multiple transformative initiatives being studied and implemented worldwide. The synthesis conducted contributes to shedding light on and understanding the

interfaces between the proposals of Post-Development, offering insights into the pathways for creating and implementing pluriversal initiatives.

Keywords: Postdevelopment; Degrowth; Buen Vivir; Sustainability; Economical Alternatives.

RESUMEN

El modelo económico intensivo en carbono fue objeto de un fuerte cuestionamiento en las décadas de 1970-1980, lo que llevó a la difusión del desarrollo sostenible después de los años 1990, el cual, a su vez, ha sido cuestionado en las últimas décadas. Como resultado, surgió el Posdesarrollo, un conjunto de proposiciones e iniciativas distintas que buscan alternativas al modelo de crecimiento económico ilimitado. Recientemente, dos frentes post-desarrollistas han ganado mayor visibilidad: el Decrecimiento y el Buen Vivir. En este contexto, este artículo tiene como objetivo identificar, mapear y analizar críticamente las proposiciones y prácticas de transición provenientes de los movimientos del Posdesarrollo. Por eso, se realizó una revisión integrativa de 45 artículos académicos revisados por pares, seguida de una síntesis temática. Así, se identificaron y clasificaron 415 proposiciones en 13 temas y 53 categorías. Entre las características de las proposiciones analizadas, se observa que parte de ellas es compatible con el desarrollo sostenible o con el modelo de uso intensivo de carbono. Esta diversidad de temas, categorías y proposiciones refleja el alcance y contradicciones del movimiento post-desarrollista, que presenta múltiples iniciativas transformadoras que se están estudiando e implementando en todo el planeta. El análisis realizado contribuye con la visibilidad y con la comprensión de las interfaces entre las propuestas del Posdesarrollo, lo que puede permitir entender los caminos para la creación e implementación de iniciativas pluriversales.

Palabras-clave: Posdesarrollo; Decrecimiento; Buen Vivir; Sostenibilidad; Alternativas Económicas.

1. Introdução

O recente agravamento da crise ambiental parece evidenciar as limitações da lógica do crescimento econômico sem limites, intensivo em carbono, e do próprio desenvolvimento sustentável, já que este contém a noção de crescimento econômico em suas propostas, como explicitam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Vide o 8º – Trabalho decente e crescimento econômico (Latouche, 2009; Martine; Alves, 2015; Theys & Guimont, 2019; Rockström *et al.*, 2023; ONU, 2024).

Para alguns autores, essa adjetivação de “sustentável” na noção de desenvolvimento representa um paradigma instrumentalista (Campagna; Guevara; Le Boeuf, 2017), mostrando-se um oxímoro (Latouche, 2009; Redclift, 2005). Ou, ainda, representa um trilema, considerando a dificuldade em se “conciliar crescimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade ambiental” (Martine; Alves, 2015, p. 434).

Esse cenário tem fomentado debates sobre alternativas ao modelo econômico vigente, que é intensivo em carbono, ameaça os limites planetários seguros e justos (Rockström *et al.*, 2023), e frequentemente prioriza o lucro em detrimento da natureza e da qualidade de vida das populações locais. Esses debates têm impulsionado a busca por meios de transformações reais ou, ao menos, soluções amenizadoras, sendo debatidas e construídas a partir de diferentes perspectivas, que vão desde tecnicistas e antropocentristas até ecocentristas. Isso constitui o Pós-desenvolvimento. Nas diferentes pesquisas e publicações que tratam dos movimentos que o compõem, em suas díspares vertentes, é possível identificar inúmeros exemplos de proposições e práticas para a transformação do modelo econômico vigente e respectivos estilos de vida (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2013; Escobar, 2021; Hickel *et al.*, 2022; Kothari *et al.*, 2021; Ziai, 2007; Gudynas, 2011; Gibson-Graham, 2005; Escobar, 2005, 2007; Acosta, 2016).

Visando contribuir com o ideal coletivo de “um mundo ecologicamente sábio e socialmente justo” (Kothari *et al.*, 2021, p. 28), a recente obra *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*, organizada por Kothari, Salleh, Escobar, Demaria e Acosta, apresenta um compilado de alternativas transformadoras ligadas ao Pós-desenvolvimento. Essas iniciativas englobam o Decrescimento e o Bem Viver, além de outros movimentos como Ubuntu, Ecofeminismo, Felicidade Interna Bruta, Ecologia profunda, Convivialismo, Ecovilas, Moedas alternativas, Movimento *Slow*, entre muitos outros.

As proposições pós-desenvolvimentistas estão sendo mapeadas e analisadas em vários estudos de casos e territórios, tanto do Norte (Fouksman & Klein, 2019; Tzekou & Gritzas, 2023; Kaul *et al.*, 2022; e Fitzpatrick *et al.*, 2022) quanto do Sul global (Martins, 2014; Gervazio *et al.*, 2023; Leão *et al.*, 2016; Montero *et al.*, 2019; Nirmal & Rocheleau, 2019; Sánchez & Moscoso, 2017; Santos *et al.*, 2017; Vargas, Zuñiga e Alcantara, 2020; Piaia & Wedig, 2022; Schöneberg, 2015; Gerber & Raina, 2018; Soto, 2019). Escobar (2015, p. 15) destaca que há múltiplas narrativas de transição, as quais articulam “*veritable cultural and ecological transitions to different societal models, going beyond strategies that offer anthropocene conditions as solutions*”⁹. Mapear essas narrativas é fundamental, especialmente para os estudos pluriversais.

Nesse contexto, diferentes autores (Kothari *et al.*, 2021) afirmam que é preciso desconstruir a noção de crescimento econômico hegemônica e dar visibilidade à pluralidade de

⁹ “verdadeiras transições culturais e ecológicas para diferentes modelos de sociedade, indo além de estratégias que oferecem condições antropocêntricas como soluções” (tradução nossa).

teorias e práticas ligadas ao movimento do Pós-desenvolvimento. Diante da crescente crise ecológica e emergência climática, com repercussões negativas sobre as vidas humanas e não-humanas, essas discussões representam um “farol de esperança”, segundo Escobar (2015, p. 461).

Considerando esse panorama, quais são as principais proposições e práticas de transição provenientes do movimento pós-desenvolvimentista? Em busca dessa resposta, este artigo visa identificar, mapear e analisar criticamente as proposições e práticas de transição provenientes dos movimentos pós-desenvolvimentistas. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, a partir da literatura pós-desenvolvimentista, com foco nos movimentos do Decrescimento e, sobretudo, do Bem Viver.

É importante lembrar a etimologia da palavra proposição originada do verbo *proponere*, do latim *proponere*, que significa “colocar à frente”. A partir de uma perspectiva da filosofia, uma proposição exprime “uma representação de possibilidade de um mundo possível, uma afiguração de um estado de coisas possíveis” (Rodrigues, 2010, p. 157). Em tempos de múltiplas crises (ecológica, política, social, de valores etc.), conforme Morin e Kern (2003), busca-se identificar mundos possíveis, inclusive aqueles historicamente silenciados ou considerados impossíveis devido a suas origens: mundos pluriversais ou diversos (Kilomba, 2019; Kothari *et al.*, 2021; Santos, 2023).

2. Movimentos do Pós-desenvolvimento: Bem Viver e Decrescimento

Para compreender o que é o Pós-desenvolvimento, é preciso entender, inicialmente, a polissêmica noção de desenvolvimento. Com origem eurocentrista e disseminada após a 2ª Guerra Mundial no discurso do Presidente Truman, o desenvolvimento passou a significar uma modificação contínua e linear para construção da ordem a partir das desordens sociais (Cowen & Shenton, 2005; Acosta, 2016). Contudo, no modelo econômico vigente, em geral, limita-se ou prioriza a dimensão econômica, com a lógica do crescimento contínuo e infinito, ainda que o desenvolvimento seja adjetivado como sustentável (Brundtland, 1988; Du Pisani, 2006), como liberdade (Sen, 2010) e humano (PNUD, 1990). No entanto, o objetivo deste artigo não é a análise desse histórico e seus conceitos, algo já disponível na literatura (Escobar, 2005, 2007; Cowen & Shenton, 2005; Sen, 2010; Ziai, 2007; Kothari *et al.*, 2021; Ferreira & Raposo, 2017; Amaro, 2017) mas, a partir da constatação de sua aparente falência, levantar as alternativas que estão sendo elaboradas ou praticadas.

Das críticas ao desenvolvimento, em seus diversos formatos, nasceu o Pós-desenvolvimento, uma noção “guarda-chuva”, ainda no século XX. Ela abrange iniciativas transformadoras, movimentos e perspectivas distintas, e até divergentes, que buscam ou inspiram alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente desde o século XIX, baseado no crescimento econômico ilimitado. Kothari *et al.* (2021) listaram mais de oitenta iniciativas que exemplificam esses caminhos pluriversais, a maioria iniciativas de natureza locais ou regionais. São exemplos mais notórios o Decrescimento (Demaria *et al.*, 2013; Latouche, 2009; Kallis, 2011) e o Bem Viver (Gudynas, 2011; Acosta, 2015, 2016). O desafio, entre outros, é como operacionalizar e disseminar as proposições e as práticas locais sem perder a lógica da pluriversalidade.

Rigorosamente, o Pós-desenvolvimento não é antidesenvolvimento, mas uma proposta de desconstruir o processo de desenvolvimento-crescimento, como princípio central na organização da vida social (Escobar, 2007). Reconhece-se que esse processo, embora tenha proporcionado melhorias de vida para parte da humanidade, também gera desigualdades, violências e discriminações — simbólicas e físicas (Gibson-Graham, 2005). Escobar (2005) sustenta que o Pós-desenvolvimento se caracteriza por: revalorizar as culturas tradicionais; confiar nos saberes tradicionais frente à especialização do conhecimento; construir mundos mais humanos, além de cultural e ecologicamente sustentáveis; e considerar os movimentos sociais/populares como a base para avançar para uma nova sociedade (Escobar, 2007).

O Bem Viver está vinculado às cosmovisões e filosofias latino-americanas e dos povos originários no Sul global, especialmente os andinos. Sua visão de mundo fundamenta-se no valor intrínseco dos seres não-humanos, na pluralidade, na coletividade e na melhoria da qualidade de vida de todos os seres vivos, contrastando com o crescimento contínuo individualista (Acosta, 2016; Alcantara; Sampaio, 2017; Kothari *et al.*, 2021). Há três correntes principais nos movimentos pelo Bem Viver: (i) indigenista/pachamamista; (ii) socialista/estadista e; (iii) pós-desenvolvimentista/ecologista. A primeira e a terceira são mais ligadas à defesa dos territórios e a segunda, mais ligada à ascensão do Bem Viver às políticas públicas de determinados países (Hidalgo-Capitán; Arias; Ávila, 2014; Alcântara & Zuñiga, 2021).

Dentre as propostas do Bem Viver, Acosta (2015; 2016) aponta para uma visão de mundo diferente da ocidental, pois emerge de raízes comunitárias não capitalistas, descentralizadas, que visam superar o racismo, o patriarcado e o machismo, além de propor, por exemplo: a promulgação dos Direitos da Natureza, sistemas econômicos solidários, a superação do consumismo e do produtivismo e a redução do tempo de trabalho.

O Decrescimento, por sua vez, está mais relacionado às sociedades do Norte global. Ele propõe o abandono da meta de crescimento ilimitado, a redução da pegada material e adota postura política crítica ao paradigma desenvolvimentista. Propõe sociedades diferentes, mais democráticas, onde se vive, trabalha e consome com justiça social (Demaria *et al.*, 2013; Latouche, 2009; Fitzpatrick *et al.*, 2022; Nascimento & Tasso, 2019). Georgescu-Roegen (2012), nas origens do Decrescimento (anos 1970), apresentou oito propostas que abordam a redução das desigualdades, a diminuição do consumo dispensável, o fim da obsolescência programada e da produção de itens supérfluos, além da valorização do tempo para o lazer, família e amigos.

Avançando nessas ideias, Latouche (2009, p. 42) propôs um “círculo virtuoso” de oito ações interdependentes, “capazes de desencadear um processo de decrescimento sereno”: reavaliar (valores), reconceituar (o olhar sobre o mundo), reestruturar (os sistemas de produção e as relações sociais em função dos valores após a reavaliação), redistribuir (as riquezas), relocar (produzir localmente, priorizando empresas locais), reduzir (o consumo excessivo e o desperdício), reutilizar (evitar usos únicos, combatendo a obsolescência programada) e reciclar (resíduos). O autor também apontou proposições centrais mais concretas, por exemplo: integrar os danos gerados pelo transporte nos seus custos; restaurar a agricultura camponesa (local, sazonal, natural e tradicional); transformar os ganhos de produtividade em redução do tempo de trabalho e criação de empregos, aumentando o lazer; impulsionar os bens relacionais (ex.: tempo para amizade e conhecimento); reduzir o desperdício de energia; taxar as despesas com publicidade (Latouche, 2009).

No próximo tópico, o método adotado na análise das proposições pós-desenvolvimentistas será apresentado, seguido dos resultados de sua aplicação.

3. Percurso metodológico

Para alcançar o objetivo geral, adotou-se um método quanti-qualitativo, exploratório e descritivo, com análise de fontes secundárias sobre o Pós-desenvolvimento (Creswell, 2007; Marconi; Lakatos, 2003). Para isso, foi realizada uma revisão integrativa de literatura (RIL), que se diferencia das revisões tradicionais por ser uma forma de pesquisa que pode gerar novos conhecimentos sobre o tema, ao sintetizar e criticar a literatura representativa sobre o tópico previamente definido (Torraco, 2016). Neste caso, o tema engloba as proposições do Pós-desenvolvimento, com ênfase naquelas referenciadas ao Bem Viver e ao Decrescimento.

Com base na pergunta norteadora desta pesquisa (Quais são as proposições de transição provenientes do movimento do Pós-desenvolvimento?), adota-se uma estrutura temática/conceitual de revisão integrativa (ibid.), em que as palavras-chave para a revisão foram: "*post development*" + *propos**; *postdevelopment* + *propos**; "pós-desenvolvimento"; "*buen vivir*" + *propuestas/proposiciones*; "*good living*" + *propos**; e "bem viver" + *propos**. As bases consultadas foram a plataforma de periódicos CAPES¹⁰, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foi usado o Excel para análise dos dados. Vale destacar que as proposições relacionadas ao Decrescimento não foram pesquisadas entre as palavras-chave porque há uma recente e atual revisão sistemática sobre o tema, publicada por Fitzpatrick *et al.* (2022), que foi uma das inspirações para este artigo.

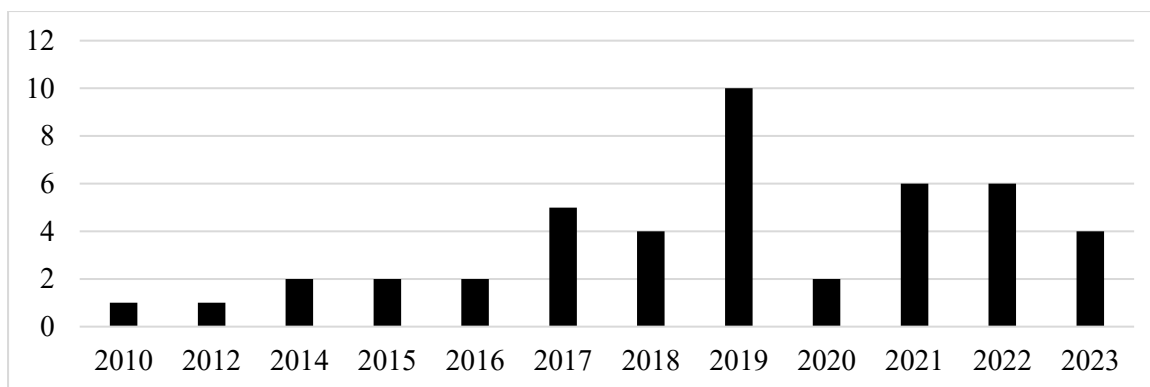
A fase seguinte foi a seleção dos artigos a serem analisados por completo, a partir da análise dos seus títulos e resumos. Os critérios definidos para a seleção e revisão integrativa foram: publicações revisadas por pares nos idiomas português, inglês ou espanhol, que apresentassem proposições ou práticas ligadas ao movimento do Pós-desenvolvimento. Nos periódicos consultados, foram inicialmente identificados 481 artigos. Após a exclusão dos artigos que não atendiam aos critérios de seleção citados, dos duplicados e dos que não estavam diretamente relacionados ao tema da análise, foram selecionados 45, reunindo mais de 70 autores e autoras.

Em seguida, o conteúdo completo desses 45 textos foi analisado. Além da análise crítica (Torraco, 2016), foram compiladas e classificadas as informações sobre: título; autores; ano e local de publicação; proposições identificadas (síntese e quantidade total); se continha estudo de caso ou não (quando positivo, qual a sua localização) e o link para acesso à publicação completa. A identificação da análise de estudos de caso é relevante, pois ela contribui para atribuir materialidade às proposições. Os casos possibilitam gerar “insights teóricos que se transferem a outras épocas e lugares” (Bartlett & Vavrus, 2017, p. 905).

Foram revisados artigos publicados entre 2010 e 2023, conforme o Gráfico 1 (abaixo). Observa-se que a maior parte dos artigos selecionados são de 2017 em diante, com destaque para os anos de 2019 (22% do material analisado), 2021 (13%) e 2022 (13%).

Gráfico 1. Quantidade de publicações identificadas em cada ano.

¹⁰ Esta plataforma engloba artigos do SCOPUS (Elsevier), SciELO, SciELO Brazil, Taylor & Francis, Web of Science, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Sage Premier, JSTOR Arts and Sciences, Openedition Open access Journals, entre outros.



Fonte: os autores, 2024.

Constata-se uma diversidade de revistas publicando sobre o tema, no total de 41 veículos diferentes. Dentre essas revistas, apenas três se destacaram por conterem mais de um artigo: a *Ecological Economics* (ligado à *International Society for Ecological Economics – ISEE*) com três publicações diferentes, *Alternautas* (Londres – Inglaterra, University of Warwick Press) e *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (Universidade Federal do Paraná – UFPR, Brasil), cada uma com dois artigos.

Nota-se que, dos 45 artigos, 51,1% contêm estudos de caso, totalizando 23 artigos. Parte desses estudos de caso é comparativa, abrangendo mais de um território ou país. Assim, os estudos de caso estão distribuídos em 14 países, na sua maioria localizados no Sul global, particularmente na América Latina e no Caribe, conforme a figura 1. O Brasil predominou como o país com mais estudos de caso (oito), seguido pelo Equador (3), México (3), Bolívia (2) e Chile (2). Além disso, há um estudo em cada um dos seguintes países: Argentina, Austrália, Butão, Colômbia, Estados Unidos, Grécia, Haiti, Índia e Reino Unido.

Figura 1: Imagem com países em que foram identificados estudos de caso



Fonte: elaborado pelos autores no Google Maps, 2024.

Com um quadro contendo todas as proposições pós-desenvolvimentistas identificadas nos textos selecionados, iniciou-se a análise e interpretação das informações coletadas, que se dividiu em uma análise bibliométrica e uma análise das proposições. Adotou-se uma síntese temática, reunindo as proposições em temas e categorias mais específicas (Marconi & Lakatos, 2003; Fitzpatrick *et al.*, 2022; Thomas & Harden, 2008). Assim, foram construídos 13 temas, subdivididos em 53 categorias.

O caminho percorrido para realizar os agrupamentos foi: a base da revisão sistemática e síntese temática previamente realizada por Fitzpatrick *et al.* (2022); adaptações com base na realidade da América Latina e teorias do Pós-desenvolvimento, além das próprias características do material coletado. Para refinar os agrupamentos adotou-se o procedimento de similitudes e diferenciações (FACHIN, 2001). Com isso, os temas que agruparam as proposições foram:

1. Agricultura e Alimentação;
2. Ciência e Tecnologia;
3. Cultura e Educação;
4. Energia;
5. Finanças éticas e não especulativas e democracia financeira;
6. Governança e Geopolítica;
7. Habitação, Transportes e Planejamento Regional;
8. Natureza;
9. Produção e Consumo;

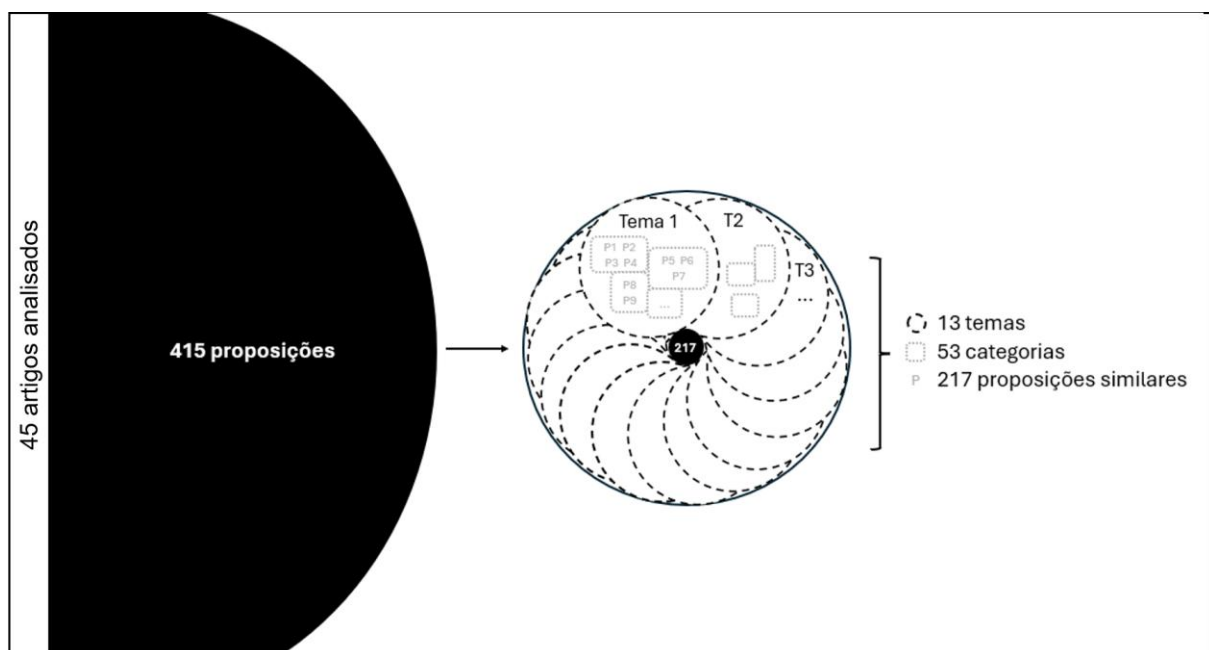
10. Qualidade de vida e Saúde integral;
11. Redução da desigualdade;
12. Trabalho; e
13. Turismo.

Os autores deste artigo reconhecem que toda tipologia tem um grau de subjetividade e intersubjetividade¹¹ intransponível, e que outros autores poderiam fazer tipologias distintas. O mais relevante, no entanto, são as proposições em si, coletadas nos artigos selecionados com base no método descrito. A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa e sua discussão, com as categorias e principais proposições.

4. As proposições e práticas pós-desenvolvimentistas

O exame dos 45 artigos resultou em um quadro com 415 proposições pós-desenvolvimentistas. No entanto, como muitas delas eram similares, o processo de análise e síntese resultou em 217 proposições. Como já dito, elas foram agrupadas em 13 temas, por sua vez subdivididos em 53 categorias, conforme Figura 2 e a Tabela 1 (organizada por ordem decrescente em relação à quantidade de proposições que cada tema agrega) a seguir.

Figura 2: Resultados da análise e síntese temática das proposições pós-desenvolvimentistas



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

¹¹ A subjetividade constitui o modo como os sujeitos experienciam e interpretam o mundo; já a intersubjetividade constitui o modo como esses sentidos são compartilhados, negociados e estabilizados socialmente. Uma não existe sem a outra. O sujeito é sempre plural, mesmo quando se pensa sozinho.

É importante lembrar que uma proposição pode dialogar com mais de um tema ou categoria. A classificação em categorias foi necessária para a análise, método adotado por Fitzpatrick *et al.* (2022) e Thomas e Harden (2008), e para facilitar a comunicação dos resultados com diferentes públicos. Uma ilustração é a proposição “Erradicar a pobreza”, que perpassa por diferentes temas, assim como a de “reintegração entre o ser humano e a natureza”, que dialoga tanto com a dimensão cultural quanto com parte das categorias sobre a Natureza.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de proposições por tema (última coluna à direita – “T”) e categoria (penúltima coluna à direita – “C”). Os temas com maior diversidade de proposições estão ligados à Produção e Consumo (42), Cultura e Educação (42), Agricultura e Alimentação (21). No entanto, assim como identificado na análise de Fitzpatrick *et al.* (2022), é importante lembrar que a exposição ou criação de uma proposição pelos autores nem sempre se desdobra em profundidade de detalhes ou forma de implementação da proposição, ou seja, algumas proposições são apenas rapidamente mencionadas.

Tabela 1 – Classificação temática das proposições e práticas identificadas (ordem decrescente da quantidade total de proposições em cada tema)

Temas (total de categorias)	Categorias	Quantidade Proposições	
		C	T
Produção e Consumo	Estilos de vida de suficiência	13	42
	Redução do desperdício	8	
	Economias alternativas/Solidária	6	
	Produção socialmente útil	4	
	Limites à publicidade	3	
	Modelos democráticos sem fins lucrativos	3	
	Relocalização	3	
	Comércio	2	
Cultura e Educação	Cultura e educação diversas	11	42
	Autonomia individual	8	
	Espiritualidades e afetos	7	
	Conhecimentos tradicionais/ancestrais	5	
	Biocentrismo, ecocentrismo	5	
	Interculturalidade e diversidade	3	
	Educação crítica	3	
Agricultura e Alimentação	Soberania alimentar	8	21
	Agricultura sustentável	5	
	Dietas sustentáveis	5	

	Agroecologia	3	
Natureza	Redução das pressões ambientais, inclusive mineração	11	17
	Restauração e preservação da biodiversidade	3	
	Demografia estável	1	
	Justiça ambiental decolonial	1	
	Direitos da Natureza	1	
Habitação, Transportes e Planejamento Regional	Planejamento socialmente útil e ecologicamente sensível	6	16
	Mobilidade justa	4	
	Suficiência habitacional	4	
	Justiça terrestre	2	
Governança e Geopolítica	Governança e Geopolítica diversas	4	16
	Bens comuns	3	
	Plurinacionalidade	3	
	Repolitização e fortalecimento dos movimentos sociais	3	
	Fim dos complexos militares-industriais	2	
	Democracia ecológica	1	
Energia	Democracia energética	4	11
	Fim da exploração de combustíveis fósseis	4	
	Fim da energia nuclear	2	
	Suficiência energética	1	
Redução da desigualdade	Justiça transformativa	6	11
	Redução da desigualdade	4	
	Eradicação da pobreza	1	
Turismo	Reimaginação do turismo	6	9
	Limitações ao turismo	3	
Trabalho	Reconceitualização do trabalho	4	9
	Redistribuição de atividades (re)produtivas	2	
	Redução do desemprego	2	
	Empregos socioecológicos	1	
Ciência e Tecnologia	Ferramentas de convívio	4	8
	Soberania tecnológica	4	
Finanças éticas e não especulativas	Finanças éticas, não especulativas e democracia financeira	7	8
	Indicadores alternativos de progresso social	1	
Qualidade de vida e Saúde integral	Condições de vida	3	6
	Saúde	3	

Fonte: autores, baseados na pesquisa, 2024.

As categorias com maior diversidade de proposições são: Estilos de vida de suficiência (com 13 proposições diferentes, ex.: por meio da superação do consumismo ou da promoção

do consumo compartilhado); Cultura e Educação diversas (11, ex.: vida simples, ou a simplicidade voluntária); Reduzir as pressões ambientais, inclusive mineração (11, ex.: extração sustentável, limites à extração de recursos naturais); Autonomia individual (8, ex.: autossuficiência e autogestão das pessoas que vivem em comunidade, descolonização do imaginário social); Reduzir o desperdício (8, ex.: oficinas de reparação, bibliotecas de ferramentas); Soberania alimentar (8, ex.: por meio de políticas produtivas e comerciais com critérios agroecológicos e culturais; biofeiras etc.).

Essas categorias estão distribuídas em quatro temas, com destaque para dois: Produção e Consumo e Cultura e Educação. Provavelmente porque a primeira concentra as questões da emergência climática, enquanto a segunda foca na ação para mudar o rumo da sociedade atual. No entanto, para a identificação das principais proposições pós-desenvolvimentistas, foi realizada análise com foco naquelas que foram as mais frequentemente mencionadas nos diferentes trabalhos analisados (quadro 1). Ou seja, o quadro abaixo aponta as que se destacaram porque autores diferentes propuseram iniciativas similares. Essas proposições estão distribuídas em apenas sete temas (Agricultura e Alimentação, Cultura e Educação, Energia, Finanças éticas e não especulativas, Governança e Geopolítica, Natureza, e Produção e Consumo), e 11 categorias, sendo Biocentrismo/Ecocentrismo a de maior recorrência. No Quadro 1 detalham-se essas proposições pós-desenvolvimentistas¹².

Quadro 1 – Síntese das proposições mais frequentemente mencionadas nas publicações analisadas

Tema	Categoria	Síntese das proposições mais frequentes	Quant. artigos
Governança e Geopolítica	Democracia ecológica	Descentralizar a tomada de decisões	17
	Conhecimentos tradicionais/ancestrais	Restaurar / revalorizar os conhecimentos indígenas e locais, inclusive de povos tradicionais incluídos	14
Cultura e Educação	Biocentrismo, ecocentrismo	Equilíbrio/harmonia/reciprocidade/reintegração entre sociedades, seres humanos e Natureza	12
	Direitos da natureza	Legislar os direitos da natureza (ou Pachamama)	10
Cultura e Educação	Interculturalidade e diversidade	Promover a interculturalidade e a diversidade	9
	Agroecologia	Promover a agroecologia (ex.: Permacultura)	7

¹² No entanto, para conhecimento de todas as 217 proposições mapeadas recomenda-se o acesso ao Apêndice 01. Para complementar a compreensão dos resultados, elaborou-se uma outra forma de visualização das principais proposições, disponível no Apêndice 02, que contém uma figura *iceberg* – com base no artigo de Fitzpatrick *et al.* (2022).

Agricultura e Alimentação	Soberania alimentar	Soberania alimentar (ex.: por meio de políticas produtivas e comerciais com critérios agroecológicos e culturais)	7
Cultura e Educação	Biocentrismo, Ecocentrismo	Visão de mundo ecocentrista ou biocentrista	7
Produção e Consumo	Economias alternativas/solidária	Fomento de economias alternativas	7
Energia	Democracia energética	Garantir sistemas renováveis, descentralizados, de convivência e de propriedade da comunidade	6
Finanças éticas e não especulativas	Finanças éticas e não especulativas e democracia financeira	Apoie moedas, crédito e sistemas de câmbio não especulativos (ex.: Banco de tempo; moedas alternativas; financiamento solidário)	6
Governança e Geopolítica	Plurinacionalidade	Estado Plurinacional desafiando a identidade nacional homogênea	6

Fonte: autores, baseados na pesquisa, 2024.

Em **Governança e Geopolítica**, destaca-se a categoria da Democracia ecológica, que busca descentralizar a tomada de decisões, por exemplo, por meio de processos participativos, fóruns deliberativos regulares, orçamento participativo, grupos de trabalho voluntário, democracia direta local, democracia participativa, auto-organização em pequena escala com redes de coletivos, incluindo também movimentos sociais (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Benalcázar & De La Rosa, 2021; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022; Montero *et al.*, 2019; Acosta, 2015; Ferreira & Raposo, 2017; Tzekou & Gritzas, 2023; Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Kahlau, Schneider e Souza-Lima, 2019; Friggeri, 2021; Sodré & Hespanhol, 2022; Abreu & Pizarico, 2020; Dinerstein e Deneulin, 2012; Madruga, 2019; Fonseca *et al.*, 2022;  vila-Romero, 2018; Fonseca *et al.*, 2022). Já a categoria Plurinacionalidade sinaliza a necessidade de os estados nacionais valorizarem a diversidade étnica, a autodeterminação dos povos, a descentralização do poder local, assim como a heterogeneidade, que desafia a lógica da identidade nacional homogênea. Alguns exemplos são as políticas de descolonização, como cotas, medidas reparatórias etc. (Guerra *et al.*, 2023; Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara, 2022; Benalcázar & De La Rosa, 2021; Martins, 2014; Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Cubillo-Guevara *et al.*, 2016).

Em **Cultura e Educação**, com quatro categorias, destaca-se a de Conhecimentos tradicionais/ancestrais, que se aprofunda nas questões ligadas às populações tradicionais e seus modos de vida, cultura e conhecimento. No mais, ela propõe que essas populações sejam mais valorizados e tenham mais autonomia (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Venturin, *et al.*, 2023; Bisht, 2022; Nirmal & Rocheleau, 2019; Kahlau, Schneider e Souza-Lima, 2019; Soto, 2019; Nirmal & Rocheleau, 2019; Friggeri, 2021; Madruga, 2019; Assis, 2021; Diedrich & Biondo, 2021;

Santos, *et al.*, 2017; Leão *et al.*, 2016; Ávila, 2019). Em contraposição à lógica antropocentrista, dominante nas sociedades ocidentais atuais, destacam-se autores que se propõem a valorizar uma visão de mundo mais bio ou ecocentrista. Ou seja, uma visão de mundo em que os seres humanos não estão separados da Natureza, nem acima das demais espécies. Aqui, as proposições focam, por exemplo, na busca de harmonia ou reintegração entre os humanos e a natureza ou na reconexão dos humanos com o planeta Terra (Gervazio *et al.*, 2023; Abreu & Pezarico, 2020; Guerra *et al.*, 2023, Montero *et al.*, 2019; Alcantara & Sampaio, 2017; Martins, 2014; Ávila, 2019; Dourado, 2021; Madruga, 2019; Guerra *et al.*, 2023; Friggeri, 2021). Já a categoria Interculturalidade e Diversidade destaca-se como forma de reconhecimento e defesa das diferentes identidades e culturas, prezando pela heterogeneidade das identidades, culturas e práticas. Nesse caso, propõe-se a coexistência harmoniosa e respeitosa entre diferentes modos de vida (Alcantara & Sampaio, 2017; Guerra *et al.*, 2023; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022; Montero *et al.*, 2019; Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Soto, 2019; Benalcázar & De La Rosa, 2021; Macías, 2017; Ávila-Romero, 2018).

No tema **Natureza**, destaca-se a categoria Direitos da Natureza, com ênfase no fortalecimento das legislações que a protejam. Sinaliza-se, inclusive, que esses direitos passem a ser um componente constitucional (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Friggeri, 2021; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022; Ferreira & Raposo, 2017; Alcantara & Zuñiga, 2021; Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Brasil & Brasil, 2014; Acosta, 2015; Venturin, *et al.*, 2023; Soto, 2019).

No tema **Agricultura e Alimentação** predominaram proposições ligadas à Agroecologia e à Soberania alimentar. A Agroecologia refere-se ao desenho de agroecossistemas sustentáveis. Neste grupo de proposições incluem-se, por exemplo, as experiências de transição agroecológica e a agroecologia camponesa (como a permacultura), abordadas por sete artigos diferentes (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Fonseca *et al.*, 2022; Diedrich & Biondo, 2021; Santos, *et al.*, 2017; Dourado, 2021; Abreu & Pezarico, 2020). Já a Soberania alimentar está ligada à capacidade de cada povo em definir suas próprias políticas, por exemplo, para a agropecuária sustentável, proporcionando a sua autossuficiência nutricional (Alcantara & Sampaio, 2017; Ávila-Romero, 2018; Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Dourado, 2021; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022; Benalcázar & De La Rosa, 2021; Venturin, *et al.*, 2023).

Produção e Consumo destaca-se pela proposição de fomentar Economias Alternativas, incluindo a economia solidária e similares, como a bioeconomia, a economia social e a economia do cuidado (Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022; Soto, 2019; Alcantara & Sampaio, 2017; Benalcázar & De La Rosa, 2021; Ferreira &

Raposo, 2017; Brasil & Brasil, 2014; Tzekou & Gritzas, 2023). A proposta de promover a comercialização e o comércio justos também se enquadra na categoria de Economias alternativas/Solidária.

No tema **Energia** destacam-se proposições decrescentistas (Fitzpatrick *et al.*, 2022), presentes também na categoria Democracia energética. Esta contém a transição para energia renovável, de forma a garantir sistemas renováveis, descentralizados, de convivência e de propriedade das comunidades (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Lemos & Bello, 2019; Fonseca *et al.*, 2022; Martínez-Alier *et al.*, 2010; Ávila-Romero, 2018; Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019).

Por fim, o tema **Finanças éticas e não especulativas** trata da gestão e acesso aos recursos econômicos. Suas propostas visam, principalmente, o apoio a moedas, crédito e sistemas de câmbio não especulativos. Por exemplo, criação de bancos de tempo, cooperativas de crédito, bancos cooperativos, moedas alternativas ou sociais (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Ávila-Romero, 2018; Vargas, Zuñiga E Alcantara, 2020; Ávila-Romero, 2018; Fonseca *et al.*, 2022; Cubillo-Guevara *et al.*, 2016).

5. Uma análise crítica: amplitude, diversidade e especificidade

Constata-se uma grande amplitude de temas, categorias e proposições pós-desenvolvimentistas. Elas permeiam diferentes setores e dimensões da sociedade, como modos de vida diferentes, redução da desigualdade social, diminuição do consumo e a redução da produção desnecessária. Além disso, propõem uma mudança na relação entre humanos e outras espécies, tanto que a categoria mais recorrente foi a relacionada ao Bio/Ecocentrismo (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021; Escobar, 2021; Hickel *et al.*, 2022).

Aparentemente, para os defensores do Pós-desenvolvimento, um período de polícrises (Morin & Kern, 2003), de desafios complexos e problemas perversos (Head, 2008; Wehrden *et al.*, 2017), em que limites planetários seguros e justos estão ameaçados (Rockström *et al.*, 2023), exige múltiplas abordagens, assim como perspectivas de mundos menos antropocêntricos e mais diversas para enfrentar os desafios (Santos, 2023). O ecocentrismo, por exemplo, aceita que humanos são parte da Natureza e possuem “(...) *responsibility to*

respect the web of life and heal the damage caused by the ideological dominance of anthropocentrism”¹³ (Kopnina *et al.*, 2018, p.123).

Outros temas diretamente conectados ao que autores seminais propuseram são a realocação (Latouche, 2009; Escobar, 2021), a priorização do uso de energias renováveis (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021), assim como a agricultura local e orgânica para todos (Latouche, 2009; Georgescu-Roegen, 2012; Kothari *et al.*, 2021).

No entanto, a questão do tempo para o lazer (Georgescu-Roegen, 2012) não foi abordada diretamente nas proposições analisadas, mas se aproxima de parte do debate levantado na categoria Reconceitualizar o trabalho, presente nas proposições decrescentistas (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Acosta, 2015; Martínez-Alier *et al.*, 2010; Beling, 2019), assim como na categoria Produção e Consumo – Estilos de vida de suficiência (Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022).

Nota-se que as proposições não são focadas apenas na economia, nem na quebra da lógica mercantil, ainda que o tema Produção e Consumo seja um dos principais temas abordados. O mapeamento realizado engloba, também, propostas focadas no comportamento humano e modos de vida individuais cotidianos (ex.: redução do consumo de carne), na coexistência em grupos, comunidades ou associações).

As escalas das propostas são distintas: municipais, regionais e algumas focadas em países (ex.: estados plurinacionais), além de diferentes citações a questões globais (ex.: reforma de organizações internacionais). Ou seja, vão desde a escala humana, local, perpassando por aquelas que dependem de movimentos sociais, políticas públicas ou legislação setorial, até instituições ou regulamentações internacionais.

Foi possível verificar, também, que há uma extensa agenda de políticas públicas com 50 metas, 100 objetivos e 340 instrumentos ligados ao Decrescimento (Fitzpatrick *et al.*, 2022), além dos Planos Nacionais ligados ao Bem Viver (Montero *et al.*, 2019; Soto, 2019; Cubillo-Guevara *et al.*, 2016).

Nesse sentido, observa-se que as propostas pós-desenvolvimentistas também poderiam ser analisadas, assim como os objetivos do Bem Viver, a partir de suas escalas de atuação (Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022), que pressupõem três enfoques: (i) sustentabilidade biocêntrica (harmonia com natureza e outros seres), que dialoga diretamente com as proposições sobre o ecocentrismo na categoria Cultura e Educação e na categoria

¹³ (...) responsabilidade de respeitar a teia da vida e regenerar os danos causados pelo domínio ideológico do antropocentrismo (tradução nossa).

Natureza; (ii) equidade social (harmonia entre as pessoas), que se conecta com as categorias Governança e Geopolítica e Redução das desigualdades; e (iii) satisfação pessoal (harmonia consigo mesmo), mais ligada a algumas proposições das categorias Cultura e Educação, Trabalho e Qualidade de vida e saúde integral.

Essa diversidade contribui, em seu conjunto, para a construção do ideal pós-desenvolvimentista, com a desconstrução do princípio central da organização da vida social contemporânea: a noção de crescimento econômico (Escobar, 2005, 2007). No entanto, essa variedade também pode ser ofuscada pela profusão de temas, categorias e propostas, o que pode contribuir para a fragmentação da sociedade e reduzir as condições de mobilização dos indivíduos, famílias e eleitores.

Quanto à caracterização dos elementos próprios do Pós-desenvolvimento, tendo por base as diferenças entre as iniciativas transformadoras e as soluções reformistas descritas no dicionário do Pós-desenvolvimento (Kothari *et al.*, 2021), observa-se que a maior parte das proposições identificadas estão em conformidade com premissas pós-desenvolvimentistas, como a agroecologia (Fonseca *et al.*, 2022; Diedrich & Biondo, 2021; Santos, *et al.*, 2017; Dourado, 2021; Abreu & Pezarico, 2020); os bens comuns (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Lemos & Bello, 2019; Fonseca *et al.*, 2022); e a filosofia e o movimento *slow (food)*, de origem italiana, identificados tanto na pesquisa de Fitzpatrick *et al.* (2022) quanto na de Alcântara e Sampaio (2017).

Por sua vez, as proposições das categorias Conhecimentos tradicionais/ancestrais e repolitização e fortalecimento dos movimentos sociais remontam a elementos pós-desenvolvimentistas essenciais na perspectiva de Escobar (2005; 2007).

Por outro lado, parte das proposições identificadas não apresentam essas especificidades pós-desenvolvimentistas, são mais genéricas/abstratas (ex.: na categoria Qualidade de vida e saúde integral) ou apresentam características alinhadas à agenda do desenvolvimento sustentável, como a Economia Circular (Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022; Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019), a bioeconomia (Tzekou & Gritzas, 2023) e a reforma de organizações internacionais (Fitzpatrick *et al.*, 2022).

Portanto, reforçando a lógica de que o Pós-desenvolvimento não é antidesenvolvimento (Escobar, 2007), apesar das críticas e oposição ao paradigma do crescimento contínuo, observa-se que parte das propostas não são incompatíveis com a economia de mercado vigente, o que facilita o processo de transição para a sustentabilidade e pode ser ilustrado por meio das proposições para reciclagem obrigatória (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Fonseca *et al.*, 2022), agricultura familiar (Gervazio *et al.*, 2023; Abreu & Pezarico, 2020) ou orgânica, artesanal e

de subsistência (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Gerber & Raina, 2018), disseminação de tecnologias sociais (Kahlau, Schneider & Souza-Lima, 2019; Pozzebon & Fontenelle, 2018), regulação da publicidade (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Gerber & Raina, 2018), entre outras. Outros dois exemplos são a criação de garantias ao abastecimento universal das necessidades humanas fundamentais, presentes nas propostas de renda básica universal (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Fouksman & Klein, 2019) e na implementação de políticas públicas de discriminação positiva (ação afirmativa) (Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022).

Considerando a quantidade de proposições identificadas nas publicações analisadas, observa-se que o movimento do Pós-desenvolvimento é propositivo e contribui para a pluriversalidade de iniciativas transformadoras, ainda que parte das suas proposições seja de difícil implementação a curto ou médio prazos, ou até mesmo utópicas, ou de difíceis concretizações, sob um olhar pragmático.

É muito relevante observar que há um avanço em relação às análises de proposições e práticas do Pós-desenvolvimento realizadas anteriormente (Sodré & Medeiros Hespanhol, 2022; Diniz Filho, 2022), que não haviam identificado tantos casos ou proposições concretas. O que nos retoma Escobar (2015, p. 461), para quem um “farol de esperança” se manifesta na medida em que as alternativas transformadoras contribuem para evidenciar as diferentes possibilidades de ação para a transição rumo à sustentabilidade, ou seja, diferentes caminhos possíveis e interconectados. Um exemplo ilustrativo é a comparação realizada por Schöneberg *et al.* (2022), na qual constata-se diferentes práticas e iniciativas de alternativa ao desenvolvimento, capazes de transformar as relações socioecológicas na direção do pluriverso, ainda que permeadas por contradições ou que, em alguns casos, os seus autores ou stakeholders não façam referências diretas ao Pós-desenvolvimento.

Pode-se observar, também, as diferenças e similitudes entre proposições dos autores decrescentistas (Norte) e do Bem Viver (Sul), destacando-se o potencial de complementariedade entre eles, assim como Beling (2019), Sparr (2019) e Kaul *et al.*, (2022) observaram. Beling (2019) concluiu que os autores do Bem Viver demonstram uma maior conexão com as proposições associadas aos povos tradicionais, com ênfase nos territórios e nos processos de produção, além de sua crítica ao neoextrativismo, ao passo que os decrescentistas tratam mais sobre relações globais, consumo exacerbado, ações com foco nas cidades, energia, entre outros.

Neste sentido, o quadro de proposições evidencia que a plurinacionalidade, por exemplo, é levantada majoritariamente em pesquisas sobre o Bem Viver (Guerra *et al.*, 2023; Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2022; Benalcázar & De La Rosa, 2021; Martins, 2014;

Hidalgo-Capitán *et al.*, 2019; Cubillo-Guevara *et al.*, 2016), ao passo que as proposições do tema Trabalho e das categorias Troca e Justiça terrestre concentram proposições decrescentistas. Além disso, há maior diversidade de perspectivas nas proposições da categoria Estilos de vida de suficiência, por exemplo, quando se trata da redução/superação do produtivismo e do consumismo, questionando os padrões de consumo vigentes (Pozzebon & Fontenelle, 2018; Tzekou & Gritzas, 2023; Lemos & Bello, 2019; Acosta, 2015; Beling, 2019) e da necessidade de se promover o consumo compartilhado e suficiente (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Ferreira & Raposo, 2017; Fonseca *et al.*, 2022).

Acosta (2015), Cubillo-Guevara *et al.* (2016), Ávila-Romero (2018) e Madruga (2019), em suas pesquisas sobre o Bem Viver, são alguns dos autores que apontam para uma cosmovisão mais biocentrista, visando fortalecer uma relação menos extrativista com a Natureza, promovendo sua desmercantilização. Assim, enfatiza-se a importância das plataformas de integração entre cientistas, filósofos, ativistas, produtores e demais interessados no tema a partir do Sul e Norte global, proposta por Martínez-Alier *et al.* (2010).

6. Considerações finais

Em conformidade com o objetivo de analisar criticamente proposições e práticas de transição provenientes dos movimentos que conformam o Pós-desenvolvimento, esta pesquisa foi centrada na literatura acadêmica revisada por pares constantes das fontes de busca (periódicos Capes e Base de dissertação e teses doutorais). A revisão integrativa permitiu sintetizar 415 proposições extraídas de 45 publicações de mais de 70 autores e autoras de diferentes países, resultando em 217 proposições que promulgam a desconstrução do paradigma do crescimento econômico ilimitado. Elas foram classificadas em uma ampla diversidade de temas e categorias, os quais possuem interações em diferentes níveis. Essa variedade de temáticas reflete a abrangência, diversidade e mesmo contradições, do movimento pós-desenvolvimentista, com iniciativas transformadoras em vias de implementação em diferentes territórios do planeta.

A análise bibliométrica aponta esta relação mais prática na abordagem do tema por meio dos casos estudados em diferentes territórios. Os estudos de caso evidenciam os diálogos e aproximações das proposições pós-desenvolvimentistas com diferentes contextos socioeconômicos em quatorze países (figura 1).

Parte das proposições requer um tempo para sua materialização, especialmente aquelas ligadas a processos educacionais, de conscientização, mudanças comportamentais, culturais ou

políticas, que envolvem muitos atores-chave nas arenas de debate e implementação. Em contrapartida, registram-se proposições pós-desenvolvimentistas adentrando processos de formulação de políticas públicas, planos de governos e instituições multilaterais.

A diversidade é grande nos movimentos ligados ao Pós-desenvolvimento. Foram identificadas proposições mais específicas e outras mais genéricas, umas mais utópicas e outras menos. Algumas proposições possuem um grau de compatibilidade com o modelo econômico vigente, evidenciando que o Pós-desenvolvimento não é, em geral, necessariamente antidesenvolvimento. A análise também permitiu verificar diferenças, divergências e complementaridades entre as proposições provenientes de autores do Norte e do Sul. Elas merecem ser melhor conhecidas e esclarecidas com o intuito de ampliar as possibilidades de colaboração e integração global. Sem cair na utopia da universalização, pois os territórios têm suas especificidades e as culturas suas identidades que devem ser respeitadas.

O método utilizado, que permitiu mapear a diversidade de propostas do Pós-desenvolvimento, tende a fragmentar a perspectiva dos trabalhos analisados, dificultando uma compreensão mais aprofundada sobre o contexto em que foram elaboradas, dificultado maior compreensão das sinergias, interações ou contradições entre essas proposições. Lacuna que se apresenta como uma das possibilidades de pesquisas futuras.

Considerando a limitação do levantamento de publicações em apenas três idiomas, e sem considerar a literatura proveniente de livros e capítulos, recomenda-se que pesquisas futuras possam expandir o mapeamento, incluindo esse tipo de literatura e aquelas provenientes do Oriente. Acrescenta-se às sugestões de pesquisas futuras a possibilidade de aprofundamento da compreensão das formas de implementação das proposições, além da realização de outras formas de classificação das proposições, quanto à materialidade, especificidade e aplicabilidade em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. M.; PEZARICO, G. O Bem Viver e a agricultura familiar: reflexões preliminares para compreender implicações da técnica e trabalho. **Revista Grifos**, n. 48, p. 167–182, 2020.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, [s. l.], v. 52, n. 2, 2015.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante & Editora Autonomia Literária, 2016.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 40, p. 231–251, 2017.

ASSIS, D. N. C. DE. Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem-Viver! Mulheres contra hegemônicas pensando uma nova forma de ser e existir. **Albuquerque: Revista de História**, v. 13, n. 26, p. 33–46, set. 2021.

ÁVILA, Carolina Álvarez. Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir: marchando entre la política, lo político y lo ontológicamente diverso en Argentina, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.76814>

ÁVILA ROMERO, Agustín. Hacia un diálogo de alternativas entre la economía solidaria y la economía social: El buen vivir como horizonte descolonial. **Cooperativismo & Desarrollo**, [S. l.], v. 26, n. 112, 2017. DOI: 10.16925/co.v25i112.2033.

BELING, Adrián E. South-North Synergies for a “civilizational transition” toward sustainability: Dialogue of knowledges among buen vivir, degrowth, and human development. **Revista Colombiana de Sociología**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 279–300, 2019.

BENALCÁZAR, P. C.; ROSA, F. J. U. DE L. The institutionalized buen vivir: A new hegemonic political paradigm for Ecuador. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 1, 2021.

BISHT, A. Sand futures: Post-growth alternatives for mineral aggregate consumption and distribution in the global south. **Ecological Economics**, jan. 2022.

BRASIL, F. S.; BRASIL, M. S. Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipacao**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 93–104, 2014.

BRUNDTLAND, Gro Harlen. **The Brundtland Report: “Our Common Future”** FGV. Rio de Janeiro: 1988.

CAMPAGNA, Claudio; GUEVARA, Daniel; LE BOEUF, Bernard. Sustainable development as deus ex machina. **Biological Conservation**, [s. l.], v. 209, p. 54–61, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biocon.2017.01.016>>.

COWEN, M.; SHENTON, R. **Doctrines of development**. London; New York: Routledge, 2005.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007-. ISSN 1098-6596.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, S. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. **Iberoamerican Journal of Development Studies**, v. 5, n. 2, p. 30–57, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L. Good Living Goals. A proposal for the construction of a global trans-development. **Alternautas**, v. 6, n. 2, p. 71–87, 2019.

DEMARIA, Federico *et al.* What is degrowth? from an activist slogan to a social movement. **Environmental Values**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 191–215, 2013.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, p. 230–255, 2021.

DINERSTEIN, A. C.; DENEULIN, S. Hope Movements: Naming Mobilization in a Post-development World. **Development and Change**, v. 43, n. 2, p. 585–602, mar. 2012.

DOURADO, N. P. Territorialidade camponesa e o bem viver agroecológico. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 41 Ago., p. 212–241, set. 2021.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development – historical roots of the concept. **Environmental Sciences**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 83–96, 2006.

DUNLAP, Alezander *et al.* Post-Development and Degrowth: Volume 1. **Tvergastein. Interdisciplinary Journal of the environment**, [s. l.], v. 1, 2021.

DUNLAP, Alezander; RUELAS, Alejandro; SØYLAND, Lisa. Debates in Post-development and degrowth. **Tvergastein. Interdisciplinary Journal of the environment**, [s. l.], v. 2, p. 229, 2023.

ESCOBAR, Arturo. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. **Sustainability Science**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 451–462, 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, [s. l.], p. 133–168, 2005.

ESCOBAR, Arturo. “Post-development” as concept and social practice. **Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives**, [s. l.], p. 18–31, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Reframing civilization(s): from critique to transitions. **Globalizations**, [s. l.], p. 1–18, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14747731.2021.2002673>>.

ESCOBAR, Arturo. Transiciones : a space for research and design for transitions to the pluriverse . **Design Philosophy Papers**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 13–23, 2015.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2001 (5ª edição)

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico1. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113–144, dez. 2017.

FITZPATRICK, N.; PARRIQUE, T.; COSME, I. Exploring degrowth policy proposals: A systematic mapping with thematic synthesis. **Journal of Cleaner Production**, v. 365, n. June, 2022.

FONSECA, R. A. A. *et al.* Por outros modos de bem viver: o pluriverso de alternativas. **E-cadernos CES**, n. 38, dez. 2022.

FOUKSMAN, E.; KLEIN, E. Radical transformation or technological intervention? Two paths for universal basic income. **World Development**, v. 122, p. 492–500, out. 2019.

FRIGGERI, F. P. Good Living and Indoamerican Socialism: An Epistemic-Political Search. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, v. 36, n. 105, p. 1–17, 2021.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento: entropia, ecologia e economia**. São Paulo: Senac, 2013.

GERBER, J.-F.; RAINA, R. S. Post-Growth in the Global South-Some Reflections-India and Bhutan. **Ecological Economics**, p. 353–358, 2018.

GERVAZIO, W. *et al.* Sustentabilidade e bem viver segundo os agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Paulo, na Amazônia norte mato-grossense, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, 2022.

GIBSON-GRAHAM, J. Katherine. Diverse economies: Performative practices for “other worlds”. **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 32, n. 5, p. 613–632, 2008.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Surplus possibilities: Postdevelopment and community economies. **Singapore Journal of Tropical Geography**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 4–26, 2005.

GUDYNAS, Eduardo. Transitions to Post-Extractivism: Directions, Options, Areas of Action. **Beyond Development: Alternative Visions From Latin America**, [s. l.], p. 165–189, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. “Buen Vivir: Today’s tomorrow”, **Development**, v. 54, n. 4, p. 441-7, 2011.

GUERRA, D. A. DE P. X. F. *et al.* Elementos do Bem Viver dos Povos Indígenas Brasileiros. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, p. e3112541072, abr. 2023.

HANAČEK, Ksenija *et al.* Ecological economics and degrowth: Proposing a future research agenda from the margins. **Ecological Economics**, [s. l.], v. 169, n. March 2019, 2020.

HEAD, Brian W. *et al.* Wicked problems in public policy. **Public policy**, v. 3, n. 2, p. 101, 2008.

HICKEL, Jason *et al.* **Degrowth can work - here's how science can help**. [s. l.: s. n.], 2022.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. *et al.* Good Living Goals An alternative proposal to the Sustainable Development Goals. **Iberoamerican Journal of Development Studies**, v. 8, n. 1, p. 6–57, 2019.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 38–52, 2005.

KAHLAU, C.; SCHNEIDER, A. H.; SOUZA-LIMA, J. E. DE. Tecnologia Social como Alternativa ao Desenvolvimento: indagações sobre Ciência. Tecnologia e Sociedade. **R. Tecnol. Soc**, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts>>

KALLIS, Giorgos. In defence of degrowth. **Ecological Economics**, [s. l.], v. 70, n. 5, p. 873–880, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.12.007>>.

KAUL, Shivani *et al.* Alternatives to sustainable development: what can we learn from the pluriverse in practice?. **Sustainability Science**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 1149–1158, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11625-022-01210-2>>.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOPNINA, H., Washington, H., Taylor, B. *et al.* Anthropocentrism: More than Just a Misunderstood Problem. **J Agric Environ Ethics** 31, 109–127, 2018.

KOTHARI, Ashish; *et al.* **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. Editora Eled. São Paulo: [s. n.], 2021.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: [s. n.], 2009.

LEÃO, A. L. M. D. S.; FERREIRA, B. R. T.; GOMES, V. P. D. M. Um “elefante branco” nas dunas de Natal? Uma análise pós-desenvolvimentista dos discursos acerca da construção da Arena das Dunas. **Revista de Administracao Publica**, v. 50, n. 4, p. 659–687, jul. 2016.

LEMOES, W. G. D. S.; BELLO, E. Bem-viver e comum: alternativas do constitucionalismo econômico e ecológico latino-americano ao modelo capitalista de produtivismo extrativista. **Revista de Direito Economico e Socioambiental**, v. 10, n. 2, p. 158–184, maio 2019.

MACÍAS, P. G. G. Sumak Kawsay: Una cosmovisión desde el sur con sentido de justicia bio-social. **Anuario Iberoamericano de Derecho Internacional Penal**, v. 5, p. 138–156, maio 2017.

MADRUGA, L. A. Os povos indígenas e o Estado brasileiro: reflexões sobre o conceito de desenvolvimento e as propostas do bem viver. **Diálogo**, n. 41, p. 25, ago. 2019.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: Tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 433–459, 2015.

MARTINS, P. H. Bien Vivir, uma metáfora que libera a experiência sensível dos Direitos Coletivos na Saúde. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 6, n. 16, p. 12–23, 2014.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, [s. l.], v. 18, n. 6, p. 493–520, 1998.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª edição. Brasil: Editora Sulina, 2011.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. — Porto Alegre: Sulina, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; TASSO, João Paulo Faria. Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições. **Paper do NAEA**, [s. l.], v. 28, 2019.

NIRMAL, P.; ROCHELEAU, D. Decolonizing degrowth in the post-development convergence: Questions, experiences, and proposals from two Indigenous territories. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 2, n. 3, p. 465–492, set. 2019.

O'NEILL, Daniel W *et al.* A good life for all within planetary boundaries. **Nature Sustainability**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 88–95, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41893-018-0021-4>>.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

PEÑA FORERO, Elcy Del Pilar. Una aproximación del Buen Vivir y el Turismo Rural como Alternativas de Desarrollo del Municipio de Cajamarca, Colombia. **Compendium**, [s. l.], v. 23, n. 44, p. 1–28, 2020.

PIAIA, E.; WEDIG, J. K. O bem-viver Kaingang como contraponto à colonialidade e ao desenvolvimento. **Polis (Santiago)**, v. 21, n. 62, abr. 2022.

POZZEBON, M.; FONTENELLE, I. A. Fostering the post-development debate: the Latin American concept of tecnologia social. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1750–1769, set. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de desenvolvimento humano (RDH-PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 1990**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>.

REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987-2005): An oxymoron comes of age. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 212–227, 2005.

ROCKSTRÖM, J., Gupta, J., Qin, D. *et al.* Safe and just Earth system boundaries. **Nature** 619, 102–111 (2023). <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>

RODRIGUES, Osvaldino Marra. Vista do Pensamento, proposição e mundo: notas de um rascunho sobre o Tratado Lógico-Filosófico. **Revista Opinião Filosófica**, Jul/Dez. de 2010, n. 02, v.01, p. 151-160.

SANTOS, A. B. (2023). **A terra dá, a terra quer**. Brasília: UBU.

SANTOS, L. C. R. *et al.* Agroecologia: saberes e práticas locais como componentes do Bem Viver. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, p. 1–22, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, M. T.; HESPANHOL, R. A. DE M. Limites do pós-desenvolvimento na crítica ao desenvolvimento. **Mercator**, v. 21, n. 1, p. 1–11, jun. 2022.

SOTO, D. P. El buen vivir como racionalidad económica alternativa-2019. **Analecta Política**, v. 9, n. 17, p. 277–298, 2019.

SPANGENBERG, Joachim H. Sustainability science: A review, an analysis and some empirical lessons. **Environmental Conservation**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 275–287, 2011.

STEFFEN, Will *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, [s. l.], v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1259855>.

STEFFEN, Will *et al.* The trajectory of the anthropocene: The great acceleration. **Anthropocene Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015.

THEYS, Jacques; GUIMONT, Clémence. «**Nous n ’ avons jamais été “ soutenables ” : pourquoi revisiter aujourd ’ hui la notion de durabilité forte ?** ». [s. l.], v. 10, n. im, p. 0–25, 2019.

THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. **BMC Med. Res. Methodol**, v. 8, n. 1, p. 1–10, 2008. <https://doi.org/10.1186/1471-2288-8-45>.

TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews: Using the Past and Present to Explore the Future. **Human Resource Development Review**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 404–428, 2016.

TZEKOU, E. E.; GRITZAS, G. The interconnection between ecology and direct democracy in alternative food networks. **Partecipazione e Conflitto**, v. 16, n. 1, p. 138–159, 2023.

VALDIVIELSO, Joaquín; MORANTA, Joan. The social construction of the tourism degrowth discourse in the Balearic Islands. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1876–1892, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1660670>.

VARGAS, Rodrigo Cuevas; ZUÑIGA, Christian Henríquez; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer. Community-based tourism: The good living perspective as an alternative to development in Latin America and the Abya Yala. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 54, p. 167–183, 2020.

VENTURIN, E.; DESIDÉRIO, S. S.; SOGLIO, F. K. D. Agroecologia e Bem viver: promovendo saúde coletiva. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 1, p. 264–280, mar. 2023.

VICENCIO MURILLO, Yessica; BRINGAS RÁBAGO, Nora L. Conflictos entre la conservación y el turismo en áreas naturales protegidas: el buen vivir como aspiración para Bahía de los Ángeles. **Teoría y Praxis**, [s. l.], v. 9, n. Especial, Marzo 2014, p. 49–73, 2014.

WEHRDEN, H., C. LUEDERITZ, J. LEVENTON, AND S. RUSSEL. 2017. “Methodological challenges in sustainability science: A call for method plurality, procedural rigour, and longitudinal research.” *Challenges in Sustainability* 5(1): 35–42. Disponível em: <<https://doi.org/10.12924/cis2017.05010035>>.

ZIAI, A. Exploring Post-development: Theory and Practice, Problems and Perspectives. [s.l.] Routledge, 2007.

APÊNDICE 1 – Levantamento de proposições

Proposição	Tema: categoria
<i>Agricultura familiar (inclusive com produção diversificada)</i>	Agricultura e alimentação:
<i>Conhecimento e utilização de plantas alimentícias não convencionais (PANC) da biodiversidade local</i>	Agricultura sustentável
<i>Institucionalizar a agricultura orgânica artesanal e de subsistência (incluído a proposta de mudança para agricultura 100% orgânica)</i>	
<i>Promover a agricultura em pequena escala (ex.: Jardinagem intensiva comunitária, doméstica e urbana; lojas e cooperativas de alimentos locais)</i>	
<i>Restauração de ecossistemas associada à produção de alimentos e de plantas medicinais</i>	
<i>Agroecologia - incluídas as experiências de transição agroecológicas; bem como restaurar a agroecologia camponesa (ex.: Permacultura)</i>	Agricultura e alimentação: Agroecologia
<i>Agroflorestas</i>	
<i>Geração de renda por meio de práticas regenerativas (agricultura orgânica e agroecológica etc.)</i>	
<i>Acabar com o desperdício de alimentos</i>	Agricultura e alimentação:
<i>Coma comida local e sazonal</i>	Dietas sustentáveis
<i>Normalize a filosofia slow food (e movimento slow)</i>	
<i>Reduzir o consumo de carne e laticínios</i>	
<i>Reformar a educação agrícola e do consumidor (ex.: Visitas a fazendas; divulgação, literatura; cursos práticos)</i>	
<i>Conservação ambiental dos recursos naturais e valorização da sociobiodiversidade a partir do resgate e do uso de sementes crioulas</i>	Agricultura e alimentação: Soberania alimentar
<i>Desenvolver redes e cooperativas, mercados orgânicos e comércio justo, além de redes alimentares alternativas (ex.: biofeiras, cooperativas de consumo, mercados municipais, rotular e tributar milhas alimentares; autoabastecimento de alimentos; agricultura apoiada pela comunidade)</i>	
<i>Efetiva segurança alimentar, assim como segurança alimentar e nutricional com a diversificação dos plantios</i>	
<i>Eliminar gradualmente pesticidas químicos, fertilizantes e OGM</i>	
<i>Promova o compartilhamento de sementes, bancos de sementes (ex.: festivais de partilha de sementes)</i>	
<i>Reconstruir a fertilidade do solo (ex.: Redes de instalações de armazenamento de estrume; bancos locais de matéria orgânica)</i>	
<i>Redistribuição de terras para camponeses e/ou sem-terra (Promover o regresso à terra)</i>	
<i>Soberania alimentar (ex.: por meio de políticas produtivas e comerciais com critérios agroecológicos e culturais; a produção orgânica)</i>	

<i>Difusão do patrimônio tangível e intangível e criação de redes de pesquisa com foco nos patrimônios</i>	Ciência e tecnologia - Ferramentas de convívio
<i>Incentivar a (re)apropriação tecnológica (incluído o Desenvolvimento de ferramentas gráficas interativas e processos de grupo para identificar caminhos concretos para desvincular e religar com base na conexão empírica e na dependência em múltiplas escalas. Criação de estudos de caso e demonstrações multiescalares em linguagem simples com ilustrações acessíveis e ferramentas de aprendizagem interativas, como jogos)</i>	
<i>Promova tecnologias de convívio (incluídos o Desenvolvimento de métodos replicáveis/adaptáveis para documentar/diagramar/ilustrar as ligações de diferentes grupos de pessoas em redes de mercadorias e/ou redes de consumo daqueles interessados em desligar-se das economias em crescimento)</i>	
<i>Tecnologia social (ex.: entendida como um processo de construção social e político capaz de produzir resultados emancipadores desde o ponto de vista local)</i>	
<i>Ciência liderada por ativistas</i>	Ciência e tecnologia -
<i>Moratória e reorientação da inovação tecnocientífica</i>	Soberania tecnológica
<i>Reavaliar o papel da tecnologia</i>	
<i>Reduzir ao mínimo os monopólios de patentes</i>	
<i>Acesso à educação, livre fluxo de informação</i>	Cultura e Educação
<i>Bens relacionais</i>	
<i>Busca pelo autoconhecimento, pela mudança de valores, pela sensibilização e pela ampliação dos níveis de consciência</i>	
<i>Consciência de classe ecológica</i>	
<i>Culturas de suficiência e vida simples (ex.: Simplicidade Voluntária; concepção anti-acumulação do minimalismo; teoria do ritual de interação, e a necessidade de constituição de uma sociedade fundada sobre bases mais materialmente despojadas)</i>	
<i>Dissolução de binarismos</i>	
<i>Educação e saúde gratuitos para todos</i>	
<i>Estimula um repensar sobre o caráter artificial de muitos dos pilares da sociedade contemporânea</i>	
<i>Priorizar o valor de uso ao invés do valor de troca, transformação para uma economia baseada na reciprocidade, na solidariedade, na sustentabilidade, na suficiência, na inclusão social e na relacionalidade</i>	
<i>Promoção da participação em processos de cooperação com foco nas indústrias culturais da América Latina</i>	
<i>Revisão epistêmica crítica dos pressupostos capitalistas, coloniais e modernos.</i>	
<i>Ecocentrismo, biocentrismo</i>	

<i>Equilíbrio/harmonia/reciprocidade/reintegração entre as sociedades, o ser humano e a natureza</i>	Cultura e Educação - biocentrismo, ecocentrismo
<i>Reconectar com a Terra</i>	
<i>Respeito mútuo entre humanos e extra-humanos, com relações igualitárias, respeitáveis e equilibradas, compreensão da profunda integração entre todos os elementos do cosmos</i>	
<i>Entender o corpo como território, fim da separação humanos-natureza</i>	
<i>Nova formulação sociopolítica e cultural: que assente no diálogo entre as perspectivas e contributos da pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade</i>	Cultura e Educação - Conhecimentos tradicionais/ancestrais
<i>Resgate o sentido solidário e comunitário entre as pessoas</i>	
<i>Restaurar / revalorizar os conhecimentos indígenas e locais (povos tradicionais incluídos), resgate saberes tradicionais ou ancestrais</i>	
<i>Revalorização das identidades culturais, autonomia para as populações locais, interação e integração entre movimentos populares, e a incorporação económica e social das populações.</i>	
<i>Valorização dos modos de vida e identidades tradicionais, incluída a retomada de modos de vida comunitários tradicionais, modos de vida alternativos ao ocidental</i>	
<i>A ligação da espiritualidade com todos os aspectos da vida</i>	Cultura e Educação - Espiritualidades e Afetos
<i>Convivencialidade, que está ligada às dimensões do cuidado, do pertencimento, da criatividade, da liberdade, da autonomia, da espiritualidade, da reciprocidade e da complementaridade</i>	
<i>Espírito comemorativo, estilo de vida (auto)suficiente, rico em tempo e menos individualista</i>	
<i>Espiritualidades e ética, com laicidade dos Estados, de forma a garantir a coexistência harmoniosa entre religiões e práticas espirituais</i>	
<i>Praticar reciprocidade</i>	
<i>Recuperar o amor</i>	
<i>Ser grato, agradecidos</i>	
<i>Democratização das expressões culturais diversas, estímulo do uso dos bens e serviços culturais</i>	Cultura e Educação - Interculturalidade e diversidade
<i>Interculturalidade</i>	
<i>Reconhecimento da diversidade, identidades diversas; Reconhecer o poder das culturas híbridas ou minoritárias, reivindicando tanto a diversidade cultural, quanto a diversidade de formas de produzir, de entender a produção e de gerar conhecimento</i>	
<i>Aprenda a falar vários idiomas</i>	

<i>Autonomia dos processos de cada território, autossuficiência e a autogestão das pessoas que vivem em comunidade</i>	Cultura e Educação: Autonomia individual
<i>Descolonização e Descolonizar o imaginário social</i>	
<i>Estabelecer mecanismos estruturais e institucionais que conduzam ao progresso socioeconómico local através da autodeterminação, governança e autonomia</i>	
<i>Foco nas interdependências sistêmicas e nos elementos de poder e dominação</i>	
<i>Oponha-se ao imperialismo de língua inglesa</i>	
<i>Repolitização dos problemas das comunidades e a promoção de respostas auto-determinadas</i>	
<i>Valorização do humano frente ao capital</i>	
<i>Oponha-se ao determinismo económico e ao etnocentrismo</i>	Cultura e Educação: Educação crítica
<i>Possibilidade de criação de modernidades plurais, que sejam obras da episteme e da realidade locais, de maneira que tais alternativas ofereçam melhores formas de proteger (e dignificar) a vida no planeta</i>	
<i>Promover a educação emancipatória (incluindo a educação integral, inclusiva e intercultural e a educação contextual)</i>	
<i>Construa sistemas fora da rede (energética)</i>	Energia: Democracia energética
<i>Garantir sistemas renováveis, descentralizados, de convivência e de propriedade da comunidade - transição para energia renovável</i>	
<i>Oponha-se aos sistemas renováveis em grande escala</i>	
<i>Soberania energética: uma transição rápida para fontes renováveis</i>	
<i>Eliminar gradualmente a energia nuclear atual</i>	Energia: Pare a energia nuclear
<i>Remover subsídios à energia nuclear</i>	
<i>Abolir os subsídios aos combustíveis fósseis</i>	Energia: Pare com os combustíveis fósseis
<i>Diminuição do limite global anual e do programa baseado em ações com base na responsabilidade histórica</i>	
<i>Eliminar gradualmente os combustíveis fósseis existentes, incluindo políticas para redução das emissões de CO2</i>	
<i>Nacionalizar para eliminar gradualmente as empresas fósseis</i>	
<i>Reduzir a demanda e o uso de energia (ex.: Imposto sobre o consumo de energia industrial, Compartilhe TPES de forma equitativa)</i>	Energia: Suficiência energética
<i>Apoie moedas, crédito e sistemas de câmbio não especulativos (ex.: Banco de tempo; Cooperativas de crédito, Bancos cooperativos; Moedas fundidas ou baseadas no tempo; moedas alternativas ou moedas sociais; Sistemas de troca não mercantis locais ou regionais; Sistemas locais de crédito mútuo; Criptomoeda de prova de cooperação), além de financiamento solidário, Fundos de financiamento público, democracia económica</i>	Finanças éticas e não especulativas e democracia financeira

<i>Democratizar e descentralizar o dinheiro (ex.: Nacionalizar os bancos para fins sociais e ecológicos; descentralizar instituições bancárias e financeiras, Incentivar a desobediência fiscal; Realizar auditorias regulares da dívida; Imposto progressivo sobre lucros e acumulação de capital de todas as fontes, Dinheiro público livre de dívidas; desmonetização/desmercantilização</i>	
<i>Investimento socialmente responsável e ecologicamente sensível (ex.: Financiar uma renda básica (desmercantilizada); Projetos de restauração ecológica; Serviços de cuidados)</i>	
<i>Justiça tributária para justiça socioecológica</i>	
<i>Regulação de mercados, de forma a evitar a concentração de poder de mercado nas mãos de poucos stakeholders</i>	
<i>Restrições severas aos investimentos estrangeiros</i>	
<i>Soberania financeira</i>	
<i>Desmantelar hierarquias (ex.: Greve geral de consumo; aquisições de veículos metabólicos por trabalhadores - portos, aeroportos, rodovias etc.)</i>	Governança e Geopolítica diversas
<i>Propriedade democrática local de serviços e recursos públicos (ex.: propriedade comunitária)</i>	
<i>Reformar organizações internacionais</i>	
<i>Regular o lobby</i>	
<i>Abolir o investimento em infraestrutura militar</i>	Governança e Geopolítica - Acabar com o complexo militar-industrial
<i>Menos atividade militar</i>	
<i>Defender e recuperar os bens comuns (ex.: Local - Lojas de brindes; loja com aluguel grátis; loja de presentes; hortas comunitárias; agricultura apoiada pela comunidade (CSA); bibliotecas de ferramentas; oficinas abertas; grupos de autoajuda de cidadãos; clubes de troca; mercados de agricultores; cooperativas; fundos comunitários de terras; abelhas voluntárias que trabalham na comunidade; cozinhas de bicicleta)</i>	Governança e Geopolítica - Bens comuns
<i>Fortalecimento e abertura de espaços públicos permanentes para intercâmbio entre populações, direito ao disfrute da cidade e seus espaços</i>	
<i>Modo de vida coletivo que valoriza integralmente a vida; valorização da vida em comunidade ou re-comunização da sociedade</i>	
<i>Alinhamento Transnacional, ir além das limitações de fronteiras nacionais</i>	Governança e Geopolítica -
<i>Convivência na multipolaridade</i>	Plurinacionalidade

Plurinacionalidade (ex.: Estado Plurinacional nacional desafiando a identidade nacional homogênea, com diversidade étnica na descentralização do poder local; plurinacionalidade meio de políticas de descolonização (cotas, medidas reparatórias, tratamentos preferenciais), de autodeterminação (reconhecimento constitucional das nações e incorporação de seus direitos próprios no acervo legislativo do Estado) e de interculturalidade (medidas de: coexistência, convergência, complementaridade e unidade);

Fornecer uma plataforma na qual os movimentos sociais do Norte e do Sul global possam convergir (incluindo conservacionistas, sindicatos, movimentos de pequenos agricultores e os movimentos do Sul que defendem uma economia de baixo impacto ambiental)

Governança e Geopolítica -
Repolitização e
fortalecimento dos
movimentos sociais

Mobilização política transformadora para o bem da coletividade

Novo imaginário sociopolítico, construído a partir das comunidades locais e consubstanciado em conhecimentos e práticas alternativas aos modelos exportados do Ocidente.

Descentralizar a tomada de decisões (ex.: fóruns deliberativos regulares; democracia económica; orçamento participativo; grupos de trabalho voluntários, direta confederal multinível; democracia direta local; democracia participativa; auto-organização em pequena escala com redes de coletivos; referendos iniciados por cidadãos; Pluridemocracias participativas e pacíficas; incluídos os movimentos sociais) - processos participativos

Governança e Geopolítica:
Democracia ecológica

Aumentar a habitação social (ex.: Nacionalização de imóveis devolutos; Expropriar grandes proprietários de terras; Políticas de redensificação)

Habitação, Transportes e
Planejamento Regional -
Justiça terrestre

Restringir a mercantilização da propriedade (ex.: Imposto predial progressivo; Cota máxima de área útil per capita; Incentivar contra habitações vazias (por exemplo, impostos); Limites e controles de aluguel; Revitalização e/ou utilização (temporária) de edifícios baldios, como permacultura em terrenos baldios)

Limitar a infraestrutura de transporte de alta velocidade

Habitação, Transportes e
Planejamento Regional -
Mobilidade

Promover a transferência modal para o transporte ativo (ex.: caminhar, andar de bicicleta; Construção proativa de infraestrutura cicloviária; Bairros caminháveis; Transporte de carga em bicicleta – ex: entrega nos correios, Cargonomia)

Promover a transferência modal para o transporte público (por exemplo, ônibus, trólebus, metrô, trem)

Reduzir a mobilidade fóssil e motorizada (ex.: Limitar os automóveis a nível da cidade e dentro dos agregados familiares; Introduzir impostos ambientais; Reduzir a disponibilidade de vagas de estacionamento; Fechar estradas aos carros nos centros das cidades; Parar a expansão de autoestradas e estradas; Enfatizar a acessibilidade em detrimento da mobilidade veicular; Reduzir o volume de tráfego, o consumo e a utilização de automóveis e aviões; Subsidiar ou reduzir impostos para incentivar os cidadãos a viverem perto dos locais de trabalho; Propriedade restrita de automóveis - taxas de congestionamento, dias limitados de condução para automóveis; Substituição de deslocamentos curtos de carro <5 km por caminhadas e ciclismo; Incentivar bicicletas elétricas; Impor pesados aumentos de impostos sobre o transporte privado; inclusive pesados impostos sobre a importação de automóveis)

Aumentar os padrões socioecológicos para novos edifícios

Incentive cidades pequenas (incluídos os habitats ideais, habitats otimizados por meio do limite do tamanho das cidades, favorecendo a concentração de populações dispersas nas cidades pequenas e intermediárias)

Projetar e implementar cidades decrescentistas

Reduzir o nível do ambiente urbano construído, reduzindo escalas de estruturas físicas (ex.: Limitar a expansão urbana e a gentrificação; Limitar o uso da terra para assentamentos humanos a nível nacional e internacional; Controlar o desenvolvimento de casas de férias; Limitar a área útil do agregado familiar (per capita em m2); Proibir a construção de moradias unifamiliares isoladas; Proibir empreendimentos em terras agrícolas; além de reduzir, limitar ou proibir megainfraestruturas e megaestruturas

Retrofit (modernização) de edifícios existentes (ex.: Bares com design passivo; Aplicar incentivos e benefícios para uma reabilitação urbana consciente)

Instalações comuns e compartilhadas (ex.: carros partilhados, espaços comunitários, ferramentas, hortas, cozinha, cozinha, lazer, fornecimento gratuito ou a baixo custo de equipamento de cozinha seguro e de baixo consumo energético, instalações de partilha na vizinhança; Mudança de propriedade para usuário)

Priorize comunidades pequenas e altamente autossuficientes

Promova habitação compartilhada (ex.: Ecovilas; Cohousing e cooperativas habitacionais; Ecomunas; Aldeias urbanas; Habitação multigeracional; pequena habitação)

Propriedade coletiva da terra e de edificações

Bioconstrução

Habitação, Transportes e Planejamento Regional - Planejamento socialmente útil e ecologicamente sensível

Habitação, Transportes e Planejamento Regional - Suficiência habitacional

Habitação, Transportes e Planejamento Regional:

	Planejamento socialmente útil e ecologicamente sensível
<i>Abandone o PIB e adote uma série de indicadores sócio-ecológicos (ex.: felicidade nacional bruta)</i>	Indicadores alternativos de progresso social
<i>Abandonar o concreto como principal material de construção, explorando materiais de construção alternativos específicos para cada localização e clima</i>	Natureza: Reduzir as pressões ambientais, inclusive mineração
<i>Diminuição dos limites máximos para a utilização de recursos, emissões e poluição (ex.: limitar a entrada de matérias-primas na produção; restringir o consumo final de energia e recursos; cotas energéticas pessoais)</i>	
<i>Extração sustentável, limitando a extração de recursos naturais renováveis e não renováveis, condicionando-os à capacidade de reprodução dos recursos (ex.: limites à mineração)</i>	
<i>Moratórias sobre extração de recursos e grandes infraestruturas</i>	
<i>Oponha-se a tecnologias especulativas de emissões negativas</i>	
<i>Opor-se à anexação de recursos por empresas e governos</i>	
<i>Proibição da atividade minerária nos territórios indígenas</i>	
<i>Reduzir a produção e uso de produtos químicos</i>	Natureza: Demografia estável
<i>Reduzir as atividades de pesca industrial</i>	
<i>Reforma tributária ecológica</i>	
<i>Solução da crise hídrica dos territórios indígenas</i>	
<i>Empoderamento de baixo para cima das mulheres para controlarem os seus direitos reprodutivos</i>	
<i>Legislar os Direitos da natureza, ou Pachamama (inclusive na constituição do país)</i>	Natureza: Direitos da Natureza
<i>Justiça ambiental decolonial</i>	Natureza: Justiça ambiental decolonial
<i>Crie santuários de recursos (ex: Reservas ecológicas e jardins botânicos; projetos de reflorestamento, memoriais para a preservação de conhecimentos) e conservação da Natureza</i>	Natureza: Restaurar e preservar a biodiversidade
<i>Cuidado com os ecossistemas para parar a degradação e iniciar regeneração</i>	
<i>Metade do país com áreas protegidas; 60% da cobertura florestal;</i>	Produção e consumo - Economias alternativas/Solidária
<i>Economia circular</i>	
<i>Fomento de economias alternativas, incluída a economia solidária e outras como: social, de autoconsumo, familiar, comunitária, popular, colaborativa, da reciprocidade, do cuidado, bioeconomia, além das redes de intercâmbio social/local, bancos de alimentos etc.</i>	

Objetivos econômicos devem ser subordinados ao funcionamento dos sistemas naturais sem perder de vista o respeito à dignidade humana, assegurando a qualidade para as pessoas... construir um sistema econômico solidário, sustentado sobre bases comunitárias e orientadas pela reciprocidade, e subordinado aos limites impostos pela Natureza

Promover a comercialização justa, comércio justo

Uso multifuncional do território, ex.: produção agrícola, turismo de base comunitária, projetos educativos, culturais e de saúde, voluntariado, entre outras atividades produtivas alternativas.

Anti-utilitarismo

Consciência acerca de um consumo sustentável e responsável

Economia sustentável, por meio de transição para sistemas de produção, consumo e trabalho que gerem menos consumo de recursos naturais, menos produção de resíduos e maior disponibilidade de tempo gratuitamente

Mudança para modo de produção que tenha as questões ecológicas como pilar, para uma utilização da natureza de forma equilibrada – harmonia seres humanos-natureza

Promover o consumo compartilhado e suficiente

Formas de produção obedecem às necessidades vitais da sociedade

Que se supere a defesa do crescimento econômico infinito, de progresso como algo linear, assim como a visão utilitarista sobre a natureza como sinônimos ou meios para o desenvolvimento

Recrutar ou regenerar redes locais interdependentes (de conhecimentos, práticas e solidariedade) que operem em termos diferentes, com um ethos de suficiência. Ao mesmo tempo em que diminuir as redes globais coloniais e dependentes

Redução de consumo de unidades per capita de produtos à base de areia

Redução/superação do produtivismo e do consumismo, inclusive questionando os padrões de consumo (Norte global) e do extrativismo (Sul)

Reduza o consumo conspícuo

Sistemas de trocas

Proibir publicidade (ex.: Painéis publicitários; Publicidade de brinquedos infantis ou combustíveis fósseis)

Publicidade fiscal (ex.: Tributar produtos não saudáveis e insustentáveis, como: junk food, combustíveis fósseis, automóveis, aviação etc.)

Regular a publicidade (ex.: Limitar em espaços públicos; Controle público de publicidade e mídia; Eliminar reduções fiscais para publicidade; Restringir os anúncios apenas às necessidades humanas fundamentais e à auto-realização; Hipotecas e casas grandes); sem publicidade externa

Produção e Consumo -
Estilos de vida de
suficiência

Produção e Consumo -
Limitar publicidade

<i>Autoprodução (ex.: Incentivar a produção do tipo “faça você mesmo”, artesanal; Promover makerspaces, fablabs, hackerlabs, estúdios de criatividade, fabricação de bancada; Ampliar o apoio financeiro público, subsídios, isenções fiscais e subvenções para promover a ajuda mútua)</i>	Produção e Consumo - Modelos democráticos sem fins lucrativos
<i>Cooperativas sem fins lucrativos (ex.: Institucionalizar as organizações sem fins lucrativos como padrão; Incentivos fiscais para cooperativas)</i>	
<i>Empresa menor (Promover empresas de hobby, pequenas empresas privadas, empresas sociais baseadas na comunidade)</i>	
<i>Produção entre pares baseada em Commons (Projetar produção global local; bens comuns digitais; produção colaborativa; licença Creative Commons (github))</i>	
<i>Ativismo direto e sabotagem (ex.: programa de malware anticapitalismo)</i>	Produção e Consumo -
<i>Desmantelar grandes corporações (ex.: começar por reduzir a maioria dos sectores socioecologicamente destrutivos, como a produção de SUVs, armas, carne bovina, transporte privado, publicidade e obsolescência planeada)</i>	Produção socialmente útil
<i>Diversificação da produção</i>	
<i>Sistemas de produção de propriedade dos trabalhadores</i>	
<i>Avaliações de impacto ambiental obrigatórias (Avaliações do ciclo de vida de todos os bens e serviços; Esquemas progressivos de preços unitários na gestão de resíduos)</i>	Produção e Consumo - Reduzir o desperdício
<i>Captação de água da chuva</i>	
<i>Contra o desperdício: a austeridade</i>	
<i>Garantir o direito de reparação (ex.: oficinas de reparação, bibliotecas de ferramentas, oficinas abertas, cozinhas de bicicletas)</i>	
<i>Proibir a obsolescência planeada</i>	
<i>Reciclagem obrigatória, inclusive a compostagem dos resíduos orgânicos</i>	
<i>Rotulagem obrigatória da pegada ecológica</i>	
<i>Tratamento ecológico de efluentes</i>	
<i>Relocalizar atividades económicas (produção local, incluídas as em pequena escala)</i>	Produção e Consumo - Relocalização
<i>Reterritorialização, centralidade do território</i>	
<i>Propõe transições para o “desenvolvimento à escala humana”</i>	Produção e consumo: Economias alternativas/Solidária
<i>Apresentam uma forma semelhante de abordar o cisma que existe entre a forma como vivemos atualmente sob o capitalismo e a sua visão de uma vida digna</i>	Produção e Consumo: Estilos de vida de suficiência
<i>Mapeamento das trajetórias e caminhos de crescimento e sua interseção com ecologias/culturas/territórios realmente existentes</i>	Produção e Consumo: Relocalização
<i>Melhores condições de vida, baseadas na solidariedade e na reciprocidade</i>	

<i>Melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, habitação, trabalho, etc.), em que se reconhece o processo histórico de cada povo; incluída a qualidade de vida entre sujeito e o meio ambiente</i>	Qualidade de vida e saúde integral - Condições de vida
<i>Oposição forte ao capitalismo e personificação da esperança de uma vida melhor</i>	
<i>Praticar o cuidado (pessoal, com o outro, e com a Terra)</i>	Qualidade de vida e saúde integral - Saúde
<i>Promoção da saúde</i>	
<i>Saúde integral (saúde física, mental, emocional, espiritual e social), inclusive por meio de tipos de medicina complementar ou tradicional como a medicina tradicional chinesa, acupuntura, Ayurveda, medicina indígena, Antroposofia, fitoterapia, quiropraxia, homeopatia etc.</i>	
<i>Criação de conselho de mulheres para o BV</i>	Redução da desigualdade
<i>Igualdade de gênero e soberania do corpo (ex.: plena igualdade de direitos para qualquer pessoa; salário estatal para donas de casa; regularização de trabalhadores domésticos; instituições de crédito públicas para mulheres; paridade de gênero em todas as organizações públicas e privadas; leis contra a violência simbólica contra as mulheres e LGBT nos meios de comunicação; legalização das trabalhadoras do sexo; tribunais especializados e delegacias policiais contra a violência de gênero)</i>	
<i>Redistribuir terras, trabalho, capital e recursos dentro e entre países (ex.: Imposto sobre a riqueza altamente progressivo; Limite máximo de riqueza etc.), inclusive a redistribuição de renda e riquezas</i>	
<i>Redução das desigualdades, por exemplo por meio de Redes transnacionais capazes de desafiar as estruturas que produzem (e mantêm) desigualdades sociais</i>	
<i>Garantir o abastecimento universal das necessidades humanas fundamentais (ex.: Rendimento básico universal, Renda básica universal, Prestação universal de serviços públicos básicos)</i>	Redução da desigualdade: Erradicar a pobreza
<i>Apoio a movimentos de resistência política e a defesa da justiça social</i>	Redução da desigualdade:
<i>Defender, respeitar e incluir perspectivas de movimentos populares locais e pluralistas para garantir a justiça distributiva</i>	Justiça
<i>Direitos coletivos e/ou renegociação de direitos e necessidades, incluídas, por exemplo: Movimento político, mobilizações populares, que valorizam os direitos do coletivo</i>	
<i>Implementação de políticas de discriminação positiva (ação afirmativa), incrementando as capacidades e oportunidades iniciais para as pessoas mais desfavorecidas e de limitação aos mais favorecidos</i>	
<i>Justiça econômica</i>	

<i>Justiça transformativa (ex.: Oponha-se a todas as formas de racismo-seja anti-racista; Medidas de justiça restaurativa; Desmantelar o colonialismo e as suas estruturas; Acesso a serviços jurídicos, etc), e ainda: Superação do racismo, do patriarcado e do machismo; eliminando preconceitos de raça e gênero, valorizando diferenças, inclusive a pluralidade de povos originários; Protagonismo das mulheres e dos povos tradicionais na condução da mudança e na ocupação de espaços de poder</i>	
<i>Compartilhamento de trabalho</i>	Trabalho - Baixo desemprego
<i>Garantia de emprego (com salário digno)</i>	
<i>Programas proativos de reciclagem e aquisição</i>	Trabalho - Empregos socioecológicos
<i>Direitos ao tempo parcial (Facilitação legal de programas de transição e/ou legislação de “semana curta”)</i>	Trabalho - Reconceitualizar o trabalho
<i>Realocar os ganhos de produtividade para trabalhar menos (e criar empregos)</i>	
<i>Reduzir o tempo de trabalho assalariado remunerado (redução jornada), e sua redistribuição</i>	
<i>Trabalho autodefinido</i>	
<i>Mutirões</i>	Trabalho: Redistribuir atividades (re)produtivas
<i>Redistribuir atividades (re)produtivas (ex.: Financiar as pensões de acordo com as contribuições de trabalho de cuidados não remuneradas; Incentivar os homens a partilhar equitativamente o trabalho de cuidados; Expandir o voluntariado comunitário)</i>	
<i>Limitar o comércio de longa distância (ex.: Cotas de exportação; Transição de frete rodoviário para trem elétrico; Estabelecer sistemas portuários cooperativos com limites de tráfego; Reduzir as exportações; Reduzir o comércio intra-industrial entre países semelhantes; Cadeias de abastecimento mais curtas)</i>	Troca
<i>Renegociar acordos comerciais e direitos de propriedade intelectual (ex.: Organização Mundial do Comércio, especialmente subsídios agrícolas; Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS da OMC) ou mesmo não aderir à OMC</i>	
<i>Limitar as viagens baseadas em combustíveis fósseis, especialmente com alto teor de carbono e distantes, assim como limites severos ao turismo de massa (e proibição do alpinismo);</i>	Turismo - Limitar o turismo
<i>Moratória sobre empreendimentos turísticos</i>	
<i>Promova o turismo lento</i>	
<i>Educação turística</i>	Turismo - Repensar o turismo
<i>Planejamento espacial detalhado</i>	
<i>Priorizar o direito de viver em detrimento do direito de viajar</i>	
<i>Propriedade cooperativa local</i>	
<i>Turismo alternativo</i>	
<i>Turismo de Base Comunitária</i>	

3. SOSTENIBILIDAD, TURISMO Y POSDESARROLLO: ESTUDIO DE CASO DE COSTA RICA

Artigo a ser enviado à revista El Periplo Sustentable

MARQUES, Nayara Rodrigues; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; CISNEROS, Edgar Espinoza.

Resumen

Con el objetivo de analizar críticamente la sostenibilidad del fenómeno turístico y sus relaciones con los movimientos del posdesarrollo, el artículo desarrolla una línea de razonamiento que identifica en qué medida el turismo denominado sostenible incorpora las propuestas del posdesarrollo, el cual abarca una amplia gama de planteamientos, incluidos aquellos propios del decrecimiento y del buen vivir. El artículo da continuidad a otros trabajos en los que se analizó el significado de la noción de posdesarrollo, algunos de los movimientos que se inscriben en esta perspectiva y las principales propuestas que promueven para superar el modelo económico intensivo en carbono. Es una investigación cualitativa y multimétodos, que incluye registros fotográficos, entrevistas, caminatas de reconocimiento, observación no participante y análisis documental. Se adoptó como estrategia de investigación el estudio de caso de Costa Rica, un país referente en sostenibilidad en América Latina. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con dieciséis personas, entre residentes y turistas. Durante tres meses, la autora principal visitó y convivió en diversos destinos turísticos del país, entrevistando a habitantes y visitantes que coincidieron en señalar la necesidad de establecer límites al desarrollo del turismo frente a los impactos ambientales negativos de su masificación y a la creciente presión del sector inmobiliario sobre la biodiversidad y las áreas protegidas. Las perspectivas de los entrevistados, tanto residentes como turistas, apuntan a la urgencia de una sostenibilidad más representativa, que valore el bienestar colectivo e implemente una planificación territorial turística.

Palabras clave: Posdesarrollo; Sostenibilidad; Turismo; Costa Rica

Resumo

Visando analisar criticamente a sustentabilidade do fenômeno turístico e suas relações com os movimentos do pós-desenvolvimento, o artigo desenvolve uma linha de raciocínio que identifica em que medida o turismo dito sustentável incorpora as proposições do pós-desenvolvimentismo, que compreende uma ampla plêiade de proposições, incluindo aquelas próprias ao decrescimento e ao bem viver. O artigo dá sequência a outros, nos quais foram analisados o significado da noção do pós-desenvolvimento, alguns dos movimentos que se enquadram nesta noção e as principais proposições que eles propugnam para a superação do modelo econômico intensivo em carbono. Trata-se uma pesquisa qualitativa, com multimétodos, como registros fotográficos, entrevistas, caminhadas de reconhecimento, observação não-participante e consulta documental. Adotou-se o estudo de caso de um país referência em sustentabilidade na América Latina, a Costa Rica, como estratégia de investigação. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dezesseis pessoas, residentes e de turistas. Durante três meses a autora visitou e conviveu em diversos destinos turísticos do país, entrevistando moradores e turistas, que anunciavam a necessidade de estabelecer limites ao desenvolvimento do turismo frente aos impactos ambientais negativos da massificação do turismo e à crescente pressão do setor imobiliário sobre a biodiversidade e áreas naturais. As

perspectivas dos entrevistados, tanto residentes quanto turistas, apontam para a urgência de uma sustentabilidade mais significativa, que valorize o bem-estar coletivo e implemente o planejamento territorial turístico.

Palavras-chave: Pós-desenvolvimento; Sustentabilidade; Turismo; Costa Rica

Abstract

Aiming to critically analyze the sustainability of the tourism phenomenon and its connections with post-development movements, this article develops a line of reasoning that explores the extent to which so-called sustainable tourism incorporates post-development propositions—a broad set of ideas including those related to degrowth and buen vivir. This study builds upon previous research that examined the meaning of post-development, key movements aligned with this perspective, and the main proposals they advocate to overcome the carbon-intensive economic model. It is a qualitative, multi-method study that combines photographic records, semi-structured interviews, recognition walks, and non-participant observation. As a research strategy, a case study was conducted in Costa Rica, a Latin American country recognized for its sustainability efforts. Sixteen semi-structured interviews were conducted with residents and tourists. Over the course of three months, the researcher visited and stayed in multiple tourist destinations, gathering insights from locals and visitors who emphasized the need to set limits on tourism development due to the negative environmental impacts of mass tourism and the increasing pressure of the real estate sector on biodiversity and natural areas. The perspectives of the interviewees point to the urgency of a more meaningful form of sustainability—one that prioritizes collective well-being and implements comprehensive spatial planning for tourism.

Keywords: Postdevelopment; Sustainability; Tourism; Costa Rica

1. INTRODUCCIÓN

Este artículo da continuidad a otros estudios (Marques et al., 2025; Marques & Nascimento, 2025) en los cuales se analizó el significado de la noción de posdesarrollo, algunos de los movimientos que se inscriben en esta perspectiva y las principales propuestas que promueven para superar el modelo económico intensivo en carbono.

El tema de este trabajo abarca dos ejes centrales: la sostenibilidad y el fenómeno turístico, con énfasis en la conexión entre los movimientos del posdesarrollo —que incluyen, por ejemplo, el decrecimiento y el buen vivir— y los viajes y destinos turísticos. La sostenibilidad puede entenderse como un valor (Veiga, 2017), un principio (Marquardt, 2006) o un campo (Nascimento, 2020), además de las concepciones vinculadas al binomio desarrollo sostenible (Clark; Harley, 2020; Du Pisani, 2006; Mebratu, 1998; Redclift, 2005). Para Veiga (2017, p. 241), en el núcleo de la sostenibilidad, más allá de la cuestión generacional, “está una visión del mundo dinámica, en la cual la transformación y la adaptación son inevitables, pero dependen de una elevada conciencia, sobria prudencia y gran responsabilidad frente a los riesgos y, principalmente, las incertidumbres”. Daly (2002, p. 172) recuerda que la

sostenibilidad requiere aumentar la dependencia de la “parte renovable del consumo y un deseo de compartir la parte no renovable durante muchas generaciones”. Así, se refiere a la armonía entre los ciclos de reproducción de la naturaleza y de la sociedad en todas sus dimensiones, desde las clásicas —económica, ambiental y social— hasta la política, la ética y la estética (Nascimento, 2012).

Debido a la gran diversidad de interpretaciones sobre qué es la sostenibilidad, distintos autores han buscado clasificar y ordenar este campo, a veces de manera dicotómica; es decir, mediante la tipología monoaxial de sostenibilidad débil-fuerte, o a través de diagramas y mapas del campo de la sostenibilidad, entre otros (Almeida, 2018; Hopwood; Mellor; O’Brien, 2005; Neumayer, 2013). El turismo también presenta diversas definiciones y adjetivaciones para caracterizar su ocurrencia, como se verá en el apartado 2.

Diversos autores (por ejemplo, los incluidos en el diccionario de Kothari *et al.*, 2021) sostienen que es necesario deconstruir la noción hegemónica de crecimiento económico y dar visibilidad a la pluralidad de teorías y prácticas vinculadas al movimiento del posdesarrollo. En esa línea, Everingham y Chassagne (2020, p. 03) recuerdan que “en todo el mundo, los movimientos indígenas y anticolonialistas han venido, desde hace mucho tiempo, poniendo en práctica alternativas a la globalización capitalista y al poder neoliberal”.

El debate sobre alternativas al crecimiento continuo para garantizar la calidad de vida de toda la sociedad resulta crucial en una época de crisis sanitaria, económica, político-institucional y ecológica. El escenario global y nacional refuerza la importancia de este debate y de la propuesta de cambios concretos en el sector y en la investigación turística (Rezende Filho, 2020; Nascimento, 2020a; Higgins-Desbiolles, 2020, 2021).

En este contexto, ¿cuáles son las relaciones del movimiento posdesarrollista con el turismo? ¿Cómo se vincula la sostenibilidad del fenómeno turístico con las propuestas del posdesarrollo? A partir del fundamento teórico presentado en el apartado siguiente y de un enfoque metodológico cualitativo, se eligió Costa Rica como estudio de caso, por tratarse de un país referente en turismo denominado sostenible. En este sentido, el objetivo de este artículo es analizar críticamente la sostenibilidad del fenómeno turístico en Costa Rica a la luz de las propuestas de los movimientos del posdesarrollo.

Costa Rica, ubicada en América Central y reconocida por su abundante biodiversidad y bosques tropicales, cuenta con una población de aproximadamente 5,1 millones de habitantes y se destaca internacionalmente como un *hotspot* de biodiversidad, con más del 25 % de su territorio bajo alguna modalidad de protección ambiental (INEC, 2024; SINAC, 2024). Con una economía ahora basada en el sector de servicios, el turismo desempeña un papel central,

respaldado por una amplia oferta de destinos orientados a segmentos como ecoturismo, sol y playa, turismo cultural, de base comunitaria, entre otros, y un fuerte flujo de turistas internacionales, principalmente de América del Norte (INEC, 2024; ICT, 2024).

El país también se destaca (desde la perspectiva de su posicionamiento en el mercado) como referente gracias a la articulación de prácticas y políticas públicas para la sostenibilidad en el turismo (UNEP, 2012; GSTC, 2020; El País, 2025; Travepulse, 2023; Visit Costa Rica, 2025). Entre los factores que lo explican se encuentran su programa de pago por servicios ambientales, el Certificado de Sostenibilidad Turística (CST) y el Programa Bandera Azul Ecológica. El CST fue creado por el Instituto Costarricense de Turismo (ICT) para evaluar, clasificar y reconocer a los emprendimientos turísticos que adoptan prácticas sostenibles en sus operaciones (ICT, 2024; Meza-Sánchez, 2017). El Programa Bandera Azul Ecológica certifica comunidades, playas, centros educativos, áreas protegidas y sectores productivos comprometidos con la gestión ambiental y la adaptación al cambio climático, constituyendo un importante instrumento de educación ambiental y de participación colectiva (ICT, 2024; UNEP, 2012).

Ante este panorama, este artículo propone aportes para una reflexión crítica sobre los caminos de la sostenibilidad en el turismo, con enfoque en el contexto costarricense, articulando marcos teóricos del posdesarrollo y la sostenibilidad. Para ello, el artículo se organiza, además de esta introducción, en cinco apartados: marco teórico, recorrido metodológico, resultados, discusión y consideraciones finales.

2. Marco teórico

2.1. De la sostenibilidad débil a la sostenibilidad fuerte: Situación del posdesarrollo

Dentro del degradé de definiciones vinculadas al campo de la sostenibilidad, un grupo de autores (Mebratu, 1998; Redclift, 2005; Du Pisani, 2006; Latouche, 2009; Martine; Alves, 2015) destaca las contradicciones del paradigma del desarrollo y su adjetivación como sostenible (cuando se utiliza de manera desmedida, en el *mainstream*), pues se sustenta en el crecimiento económico, en la posibilidad de sustitución del capital natural y en la lógica de la compensación y monetización de la naturaleza. Es decir, muchas veces está impregnado por el espectro de la sostenibilidad débil, que permite *trade-offs* (compensaciones, intercambios, sacrificios) entre las dimensiones de la sostenibilidad más conocidas (social, ambiental y económica), como si estas dimensiones no fueran interdependientes (Hopwood; Mellor; O'brien, 2005). Desde otra perspectiva, más cercana a la sostenibilidad fuerte o muy fuerte,

dichas dimensiones son dependientes entre sí, dado que la humanidad depende de la Naturaleza. Así, la degradación ambiental estaría vinculada al crecimiento económico y a la explotación y marginación de determinados grupos humanos, debido a su raza, etnia, género y/o clase social.

Ubicados “a medio camino” de este espectro de clasificaciones conceptuales, Clark y Harley (2020, p. 333) sintetizan cuánto hemos avanzado más allá del entendimiento popular —simplista e insuficiente— de la sostenibilidad, al adoptar “una visión más amplia de sostenibilidad como justicia”. Para estos autores, esa visión amplia busca “mejorar el bienestar humano para atender de manera más equitativa las necesidades de las generaciones actuales y futuras”, al mismo tiempo que procura evitar la degradación ambiental generada por los procesos de desarrollo (Clark; Harley, 2020, p. 333).

Clark y Harley (2020) además subrayan que las actuales interacciones naturaleza-sociedad “constituyen un sistema adaptativo globalmente interconectado y complejo en el cual la heterogeneidad, las relaciones no lineales, la innovación y el poder desempeñan papeles formativos” (ibid., p. 370). De este modo, el conjunto de elementos clave (variables) y relaciones (procesos) identificados por los autores en investigaciones recientes en el campo de la sostenibilidad comprende seis capacidades esenciales: medir el desarrollo sostenible, promover la equidad, apoyar la adaptación, impulsar transformaciones, vincular el conocimiento con la acción y concebir arreglos de gobernanza que permitan a las personas trabajar juntas en el ejercicio de las demás capacidades (Clark; Harley, 2020).

Además, en oposición a la sostenibilidad débil, la tipología de sostenibilidad fuerte adopta una perspectiva menos antropocéntrica y señala lo insustituible del capital natural, que posee un valor intrínseco y ecosistémico y debe ser conservado (Almeida, 2018; Hopwood; Mellor; O’Brien, 2005). La sostenibilidad fuerte se basa en la Economía Ecológica, que considera que el crecimiento puede ser económico o antieconómico, y se sustenta en la idea de que la materia y la energía de baja entropía generan residuos de alta entropía como subproductos (Cechin, 2018). Esta corriente fuerte se diferencia de la débil porque esta última está vinculada al enfoque de la Economía Ambiental (neoclásica) —la convencional— y es más tecnocéntrica (Almeida, 2018). La tipología débil busca mantener el crecimiento económico con menor degradación ambiental, lo que, según sus autores, “sería posible si las externalidades ambientales fueran internalizadas y el capital natural fuera correctamente valorizado, de modo que su valor real se incorporara en las contabilidades nacionales y en las decisiones cotidianas del mercado” (Almeida, 2018, p. 29). Por el contrario, la categoría fuerte resalta las limitaciones de la valorización monetaria del medio ambiente como solución, ya que esta monetización no permite internalizar valores no económicos que también deben ser

considerados —como valores culturales, estéticos, espirituales y ecosistémicos— porque generan, directa o indirectamente, bienestar y calidad de vida (Almeida, 2018; Rolston, 1988).

Conectado con las sostenibilidades fuerte o muy fuerte, entre las alternativas al desarrollo y al desarrollo sostenible, se encuentra el movimiento del posdesarrollo. Según Escobar (2005, 2007), la literatura del posdesarrollo busca dar soporte para que las “prácticas de las diferencias culturales y ecológicas” locales se vuelvan visibles y puedan servir de base para alternativas al paradigma dominante, revalorizando las culturas y los saberes tradicionales y construyendo mundos más humanos, cultural y ecológicamente sostenibles.

2.2. Posdesarrollo y turismo

El posdesarrollo es un concepto “paraguas” que engloba diferentes movimientos y perspectivas en la actualidad, que buscan alternativas al modelo de desarrollo vigente (Kothari *et al.*, 2021; Marques *et al.*, 2025). Son ejemplos el decrecimiento (Demaria *et al.*, 2013; Kallis, 2011) — con su origen en Georgescu-Roegen (1971) y Latouche (2009) —, el buen vivir (Acosta, 2016) y la prosperidad sin crecimiento (Jackson, 2013). Las principales características del posdesarrollo son la revalorización de las culturas y saberes tradicionales, la construcción de mundos más humanos y sostenibles, y la confianza en los movimientos sociales para el avance hacia una nueva sociedad (Escobar, 2007).

El decrecimiento se refiere al abandono de la meta del crecimiento ilimitado, a la reducción de la huella material, a una bandera política de crítica al paradigma desarrollista, proponiendo sociedades diferentes, democráticas, donde se vive, se trabaja y se consume menos, con justicia social (Demaria *et al.*, 2013; Latouche, 2009). Por su parte, el buen vivir está ligado a las cosmovisiones y filosofías latinoamericanas, principalmente de los pueblos andinos, entre otros, y se fundamenta en el valor intrínseco de los no humanos, en la pluralidad, en la colectividad y en la mejora de la calidad de vida de los seres vivos, incluidos los humanos, en contraposición a la creencia en el desarrollo, el progreso y el individualismo (Acosta, 2016; Alcántara; Sampaio, 2017; Kothari *et al.*, 2021).

En este contexto, ¿cuáles son las principales proposiciones de los movimientos posdesarrollistas, decrecimiento y Buen Vivir? En un análisis de más de 45 publicaciones sobre el tema, Marques y Nascimento (2025) identificaron que, entre las proposiciones o prácticas vinculadas al posdesarrollo, las más frecuentemente mencionadas trataban de temas como gobernanza y geopolítica, cultura y educación, naturaleza, agricultura y alimentación, producción y consumo, energía, además de finanzas éticas y no especulativas, por ejemplo:

- I. Descentralización de la toma de decisiones;
- II. Restauración o revalorización de los conocimientos indígenas y locales, incluidos los pueblos tradicionales;
- III. Equilibrio/armonía/reciprocidad o reintegración entre seres humanos y Naturaleza;
- IV. Visión de mundo ecocéntrica o biocéntrica y legislar los derechos de la Naturaleza (o Pachamama);
- V. Promoción de la interculturalidad y la diversidad;
- VI. Soberanía alimentaria (ej.: por medio de políticas productivas y comerciales con criterios agroecológicos y culturales) y promoción de la agroecología (ej.: Permacultura);
- VII. Fomento de economías alternativas (ej.: economía solidaria, cooperativas) y apoyo a monedas, crédito y sistemas de intercambio no especulativos (ej.: banco de tiempo; monedas alternativas; financiamiento solidario);
- VIII. Garantizar sistemas renovables, descentralizados, de convivencia y de propiedad comunitaria (Marques & Nascimento, 2025).

La mirada hacia la diversidad de proposiciones identificadas permite afirmar que existen diversos grupos de proposiciones que se conectan, directa o indirectamente, con el turismo. Estos autores identificaron un conjunto con más de 217 proposiciones del posdesarrollo, entre las cuales nueve hacen mención directa al turismo, a saber (Marques & Nascimento, 2025; Fitzpatrick *et al.*, 2022; Fonseca *et al.*, 2022; Alcántara & Sampaio, 2017; Gerber & Raina, 2018; Vargas, Zuñiga & Alcántara, 2020; Alcántara & Zuñiga, 2021):

- Limitar los viajes basados en combustibles fósiles, especialmente los de alto contenido de carbono y de larga distancia, así como límites estrictos al turismo de masas;
- Turismo de Base Comunitaria;
- Turismo alternativo;
- Moratoria sobre emprendimientos turísticos;
- Promoción del turismo lento;
- Educación turística;
- Planificación espacial detallada;
- Priorizar el derecho a vivir por encima del derecho a viajar;
- Propiedad cooperativa local.

Según Fitzpatrick *et al.* (2022), las proposiciones posdesarrollistas ligadas al turismo concentran dos objetivos principales: limitar y reconceptualizar el turismo. El primer foco está en la limitación de formas de turismo basadas en combustibles fósiles, especialmente el de larga distancia (Fitzpatrick *et al.*, 2022). Medidas como moratorias sobre nuevos emprendimientos turísticos, cuotas para la visita a áreas sensibles, restricciones a mega cruceros y el cobro de tasas que reflejen los costos ambientales reales son algunos ejemplos de proposiciones para limitar el turismo. El segundo foco propone una reconceptualización del

turismo basada en los principios del turismo lento y local, priorizando el “derecho a vivir” en lugar del “derecho a viajar” (Fitzpatrick *et al.*, 2022).

Proposiciones posdesarrollistas como “Reciclaje obligatorio, incluido el compostaje de residuos orgánicos” (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Fonseca *et al.*, 2022) o “Valorización de los modos de vida e identidades tradicionales” (Vargas, Zuñiga y Alcántara, 2020; Soto, 2019; Quintero, 2018; Bisht, 2022; Piaia & Wedig, 2022), que se conectan indirectamente con el turismo, son ejemplos de prácticas sostenibles difundidas en el sector turístico.

2.3. El turismo y la sostenibilidad

El turismo, entendido aquí como un complejo proceso de carácter humano, es “un fenómeno social, cultural y económico que implica el movimiento de personas hacia lugares fuera de su residencia habitual, generalmente por placer” (ONU Turismo, 2008, p. 1). Este abarca interrelaciones entre producción y servicios, relaciones de hospitalidad e intercambios interculturales (Moesch, 2002). Se trata, por lo tanto, de un fenómeno que ocurre en el tiempo libre del sujeto turístico, más amplio que las limitadas conceptualizaciones economicistas del turismo, las cuales disimulan su fuerza social (Higgins-Desbiolles, 2006).

Es importante diferenciar los territorios que motivan la ocurrencia de este fenómeno —los destinos turísticos— de todo el recorrido del turista hasta esos destinos, que incluye, por ejemplo, el proceso de elección del destino y la propia movilidad, los flujos hacia el destino. Sin embargo, el turismo no se limita a sus destinos (o “fijos”, por ejemplo: alojamiento, acogida y seguridad) ni a sus flujos (p. ej.: desplazamiento, viaje, transportes), pues depende de múltiples escalas; su naturaleza es multifacética y compleja (Beni; Moesch, 2017; Hall, 2022). Para Beni y Moesch (2017), comprender el turismo y su complejidad significa aprehenderlo como un sistema vivo, abierto y orgánico, integrado en el ecosistema.

Esta integración puede observarse a través de los impactos positivos (p. ej.: generación de empleo e ingresos, valorización de la cultura local, beneficios para la conservación de la Naturaleza) o negativos (p. ej.: contaminación por plásticos, gentrificación, aumento de precios y del costo de vida de los residentes, especulación inmobiliaria, exclusión socioproductiva) (Tasso *et al.*, 2024). La búsqueda de la reducción de los impactos negativos y de la ampliación de los beneficios de los impactos positivos del turismo revela la complejidad de la sostenibilidad en este fenómeno (Tasso *et al.*, 2024).

En este contexto, y en línea con las clasificaciones vinculadas a los diferentes entendimientos de la sostenibilidad, Cotterell *et al.* (2019), al analizar la fuerza de las

conceptualizaciones de sostenibilidad que sustentan cursos internacionales sobre turismo sostenible, concluyen que “el planeta ya no puede sostener más los niveles ‘moderados’ de sostenibilidad” (traducción propia) (Cotterell *et al.*, 2019, p. 17). Estos autores destacan el papel potencial (p. ej.: por medio de la educación patrimonial o ambiental) que el sector turístico puede desempeñar para alcanzar la sostenibilidad frente a la lógica actual de crecimiento económico, que conduce a la destrucción del turismo a través del propio turismo (Cotterell *et al.*, 2019; Higgins-Desbiolles, 2017).

Además, Higgins-Desbiolles (2018) argumenta que simplemente “sostener” el sector turístico no constituye una forma sostenible de turismo y, mucho menos, una perspectiva de lo que denomina “sostenibilidad significativa”, algo semejante a la sostenibilidad fuerte. Es decir, es necesario ir más allá de los “negocios de costumbre” (*business as usual* – un nivel de sostenibilidad débil), así como superar el “Brundtland as usual” (Hall, 2022), que representa un nivel intermedio de sostenibilidad. Cotterell (2019b) subraya la necesidad de discutir, en los cursos vinculados a este sector, “conceptualizaciones más sólidas y variadas de sostenibilidad que consideren distintas perspectivas — incluida la de una “sostenibilidad muy fuerte” — en lugar de un punto de vista comercial neoliberal predominante que puede conducir a problemas como el “sobreturismo” (“*overtourism*”) (2019b, p. 17, traducción propia).

Cabe señalar que no adoptamos el concepto de “turismo sostenible”, por entender que a menudo este concepto se aleja de la perspectiva de la sostenibilidad fuerte. Además, como destacan Burgos y Mertens (2015), la sostenibilidad no debe entenderse como un “estado ideal o atributo intrínseco de una determinada modalidad turística”, sino como un proceso, un camino de perfeccionamiento continuo.

Diversos autores cuestionan la lógica del crecimiento continuo y analizan los impactos de esta ideología hegemónica en la economía actual, evidenciando la necesidad de descarbonizar y desmaterializar la economía — como en los trabajos de Jackson (2013), Daly (1997), y Enriquez y Gomes (2012). El ocio, el arte, la cultura y las propias economías de servicios, del conocimiento y de la experiencia son citados como áreas que se expandirán con la transición de la economía de crecimiento a una nueva economía (Meadows *et al.*, 1978; Georgescu-Roegen, 2012). En este sentido, conviene recordar que el fenómeno turístico, a menudo, se motiva y promueve a través de estas categorías.

En esta línea, Acosta (2021) cuestiona el ocio mercantilizado y alienante — incluido aquí el turismo de masas — al afirmar que este se convierte en un instrumento, una herramienta disciplinaria y de control de la sociedad de consumo. El autor subraya la importancia de que la recuperación del sector tras la pandemia permita ir más allá del turismo como simple negocio,

para ser considerado una opción de relaciones sociales y culturales que posibilite el disfrute de una vida plena y nos conduzca a una “desaceleración comunitaria creativa, llena de alegrías genuinas” (Acosta, 2021, p. 98).

Cabe destacar que, en algunos momentos, el turismo se presenta como parte de las soluciones a los desafíos actuales, pero en otros es criticado por su alto impacto socioambiental derivado de los viajes aéreos, la falta de planificación, el *sobreturismo* o el turismo de masas (Hall, 2022; Rezende Filho, 2020; Sharpley, 2020). Esta paradoja ya se debatía antes de la crisis sanitaria de la COVID-19, principalmente debido al *sobreturismo* y a la *turismofobia* (hasta finales de 2019) (Netto; Oliveira; Severini, 2020). Con la reactivación del turismo pospandemia, esta paradoja resurgió en diferentes destinos del mundo — por ejemplo: Hawái, Barcelona, Uganda, Ruanda, Bután e Isla de Pascua.

El *sobreturismo*, según la ONU Turismo, puede entenderse como “el impacto del turismo en un destino, o en partes de él, que afecta de manera excesiva la percepción de la calidad de vida de los ciudadanos y/o la calidad de las experiencias de los visitantes de forma negativa” (ONU Turismo, 2018, p. 4). Es decir, está ligado a la masificación, al exceso de turistas, al irrespeto de los límites de capacidad de carga y, al mismo tiempo, a la percepción subjetiva de las personas afectadas — sean los propios turistas, los anfitriones o la población local (Milano, 2018; Milano; Novelli; Cheer, 2019).

Considerando que los investigadores del turismo “han hecho poco por explorar, comprender o aportar las tan necesarias reinterpretaciones alternativas del sistema operativo del turismo” (Cave; Dredge, 2020, p. 511, traducción propia), se evidencia la necesidad de visibilizar las discusiones y acciones comunitarias que se distancian del modelo económico vigente y se conectan con las propuestas de sostenibilidad fuerte y de posdesarrollo, promoviendo el turismo regenerativo (Cave; Dredge, 2020).

Estas discusiones y acciones difieren de proyectos desarrollistas que no promueven transformaciones sociales reales más allá de la visión estrictamente economicista, la cual desequilibra la dinámica natural, genera u omite impactos socioambientales y mantiene una percepción limitada de la Naturaleza — solo como recurso para el uso antropocéntrico. De este modo, se propone contribuir al llamado de Cotterell *et al.* (2019) para diversificar el debate sobre la sostenibilidad en el turismo, más allá de un punto de vista prioritariamente económico.

3. Enfoque metodológico

A partir del fundamento teórico centrado en las proposiciones posdesarrollistas y en la problemática de la sostenibilidad del fenómeno turístico, metodológicamente esta

investigación adoptó un enfoque cualitativo, contextualizado y multimétodo, con estudio de caso único (Creswell, 2007), dado que se busca un análisis profundo de la realidad y de su complejidad (Morin, 2011); se trata de una comprensión e investigación amplia del fenómeno turístico (Lacerda *et al.*, 2024).

Para ello, y en consonancia con la propuesta de producción de conocimiento en el campo de la ciencia de la sostenibilidad (Spangenberg, 2011), el método comprendió cinco etapas principales: revisión bibliográfica integradora; levantamiento de información secundaria; trabajo de campo para la recolección de datos primarios; análisis de la información obtenida; y, finalmente, la redacción y revisión del texto.

En primer lugar, se realizó la revisión bibliográfica integradora, una forma de investigación que puede generar nuevos conocimientos y estructuras sobre el tema al revisar, criticar y sintetizar la literatura representativa previamente definida (Torraco, 2016). Con base en la pregunta orientadora de esta investigación, se adoptó una estructura temática/conceptual de RIL (*ibid.*), en la cual las palabras clave (en portugués, español e inglés) para la revisión en la plataforma de periódicos CAPES (que incluye SCOPUS y otras) fueron:

- pós-desenvolvimento + turismo; postdevelopment + tourism; posdesarrollo + turismo
- decrescimento + turismo; degrowth + tourism; decrecimiento + turismo
- “bem viver” + turismo; “good living” + tourism; “buen vivir” + turismo

Los criterios de exclusión definidos para la selección y la revisión integradora (*ibid.*) fueron: (i) artículos no revisados por pares o que no estuvieran disponibles para lectura; (ii) aquellos que no abordaran la noción de proposiciones, desarrollo u otros conceptos del tema; (iii) estudios centrados únicamente en asuntos específicos, sectoriales o en territorios que no dialogaran directamente con el turismo (p. ej., planificación de senderos); (iv) artículos publicados en lenguas distintas del portugués, inglés o español.

Posteriormente, el levantamiento de datos secundarios abarcó información para comprender el contexto y la historia del turismo en el destino Costa Rica, así como la identificación de los principales hitos relacionados con la sostenibilidad en el país.

Luego, se llevó a cabo el trabajo de campo durante los meses de septiembre, octubre y noviembre de 2024 en diversas (seis) localidades del país (San José, Pavones, Turrialba, Puerto Viejo de Talamanca, Orosí y Uvita) – debido a una limitación presupuestaria, no se visitaron otras localidades. Entre las técnicas de investigación de esta etapa se destacan la observación no participante, caminatas de reconocimiento, registros fotográficos, entrevistas o conversaciones libres sobre el tema (no grabadas), además de entrevistas semiestructuradas grabadas de forma presencial u online (con guiones en el apéndice). La selección de estas

personas entrevistadas se realizó mediante el muestreo en cadena o “bola de nieve” (Creswell, 2007; Denzin & Lincoln, 2011).

Cabe señalar la participación en un evento del sector turístico, el *ISTO World Congress 2024 - Social Sustainability of Tourism: Connecting the Essential in 360°*, durante el período de estadía en San José (21 a 25 de octubre de 2024), que permitió conocer nuevas perspectivas sobre la sostenibilidad en el país, principalmente con énfasis en su dimensión social.

En total, se realizaron dieciséis entrevistas semiestructuradas: cinco con turistas brasileños(as) y once con actores clave en Costa Rica, entre ellos gestores y trabajadores del sector, tales como: gestores privados (medios de hospedaje, empresa de transporte turístico, agencia de receptivo), gestores públicos (Fonafifo y el Instituto Costarricense de Turismo - ICT), organizador de eventos y especialista en sostenibilidad. Todas las entrevistas fueron transcritas utilizando los programas Evernote y Grabadora de voz Samsung (v. 21.5.70.78) y posteriormente revisadas por los autores.

En la etapa siguiente se adoptó el análisis de contenido de tipo temático (Bardin, 2011) para examinar la información recolectada, comenzando con la preparación y organización de los datos, la codificación (p. ej.: gentrificación, diversidad, especulación, mayor consciencia, etc.) y su agrupamiento en categorías. El tratamiento e interpretación de los datos permitió sintetizar el análisis temático en cuadros presentados en los resultados, junto con la descripción narrativa de los hallazgos. Como complemento y apoyo a la etapa de análisis, se utilizaron las siguientes herramientas de inteligencia artificial: Evernote y Grabadora de voz Samsung para la transcripción de las entrevistas, y ChatGPT para el apoyo en la traducción, síntesis y el análisis cualitativo del volumen de información recopilada. Asimismo, se emplearon las herramientas de Excel y Word como soporte para el análisis de contenido.

3.1. Contextualización: Destino Costa Rica

Costa Rica es un país de América Central con una superficie total de 51.100 km², situado entre el océano Pacífico Norte y el mar Caribe (imagen 1). Se caracteriza por su abundante biodiversidad y bosques tropicales (INEC, 2024). De acuerdo con el Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC) de Costa Rica (2024), su población total es de aproximadamente 5.164.860 personas, que habitan en siete provincias. Con una economía basada en el sector de servicios, posee un Índice de Desarrollo Humano (IDH) de 0,806, ocupando la 64.^a posición a nivel mundial (INEC, 2024).

El país es considerado un *hotspot* de biodiversidad, manteniendo aproximadamente el 25,46 % del territorio continental bajo alguna modalidad de protección en 2023 (SINAC, 2024). Además, Costa Rica cuenta con cuatro sitios Patrimonio Mundial de la Unesco: tres naturales (Reservas de la Cordillera de Talamanca–La Amistad–Parque Nacional La Amistad, Parque Nacional Isla del Coco y Área de Conservación Guanacaste) y uno cultural (Asentamientos Cacicales Precolombinos con Esferas de Piedra de Diquís) (Unesco, 2025). Asimismo, posee la Reserva de Biosfera Cordillera Volcánica Central, también reconocida por la Unesco (2025).



Imagen 1. Localización de Costa Rica y principales destinos visitados. Fuente: Google Maps y autores.

El país ofrece más de treinta centros de desarrollo turístico (por ejemplo: San José, Tortuguero, Sarapiquí, La Fortuna, Guanacaste, Puntarenas, Quepos, Monteverde, entre otros) con destinos vinculados a segmentos y nichos como ecoturismo, sol y playa, turismo cultural,

turismo de base comunitaria (principalmente a través de Cooprena¹⁴), surf y turismo de lujo (ICT, 2024). El total de turistas internacionales que ingresaron a Costa Rica en 2023 fue de 2.751.134 (INEC, 2024), proviniendo la mayoría de América del Norte (66,15 %) y de Europa (18,15 %). La proximidad geográfica con América del Norte y la buena conectividad favorecen esta caracterización de la demanda (ICT, 2024).

4. Resultados

Los principales puntos mencionados por las personas entrevistadas sobre la situación actual del turismo en Costa Rica se relacionaron con el perfil de la demanda turística, los impactos de la pandemia y la diversidad de la oferta. La mayoría (ocho entrevistados/as) abordó el turismo desde la perspectiva de cuál es la demanda principal del país, el perfil de los visitantes y la procedencia de los turistas, además de los nichos de mercado (por ejemplo, turismo de lujo).

Tres entrevistados destacaron la diversidad de la oferta del país, que incluye productos asociados a diferentes segmentos y nichos (por ejemplo, turismo rural, ecoturismo, turismo recreativo, sol y playa), además de la gran biodiversidad que compone estos productos. Asimismo, tres entrevistados resaltaron los impactos negativos de la pandemia en el sector turístico costarricense. Dos personas mencionaron directamente los procesos de gentrificación existentes, mientras que otros hicieron referencia a temas relacionados con dichos procesos (como construcciones, cadenas hoteleras extranjeras en áreas naturales).

En cuanto a la visión de los entrevistados sobre el futuro ideal del turismo en Costa Rica, predominaron tres ideas centrales que se correlacionan: (i) la búsqueda de un turismo más consciente y de turistas más conscientes (mencionada por tres entrevistados); (ii) el turismo sostenible como elemento esencial para el futuro del sector en el país; y (iii) el énfasis en micro y pequeñas empresas, en contraposición a las grandes cadenas hoteleras o al turismo masivo.

En este punto, destacaron especialmente las visiones de futuro expresadas por las entrevistadas E7 (gestora privada) y E11 (especialista en sostenibilidad). La primera, porque integra estas ideas centrales en su discurso:

(...) que la orientación pueda ser turismo sostenible, turismo ecológico, turismo con responsabilidad social. É, más guiado a emprendimientos pequeños. Al beneficio de las comunidades visitantes. Al beneficio del local.

¹⁴ Cooprena es una organización costarricense creada por cooperativas y organizaciones sociales, con el propósito de organizar y comercializar los productos turísticos que ofrecen sus organizaciones miembros.

A una interacción más humana y más directa y consciente. O sea, con las comunidades que se dan. No guiar-se a un turismo masivo. (...) Un turismo de conciencia... (E7 - gestora privada, em 17 de novembro de 2024).

Y la entrevistada E11 porque señaló la importancia de establecer un límite a la cantidad de turistas, priorizando el valor de consumo por cada turista, de manera que: “El país tiene que tomar una decisión sobre el número, digamos, máximo de turistas en el territorio, simplemente por la presión que ejercen sobre los recursos naturales que tenemos, especialmente en lo que se refiere al agua. (...)” (E11 - especialista en sostenibilidad, 27 de noviembre de 2024). El impacto negativo sobre los recursos naturales fue señalado como justificación para esta visión de futuro, desde la disputa por el alto consumo de agua por parte de los turistas, hasta la sobrecarga en carreteras y vías, la cuestión de la seguridad y la conectividad.

Cuando se les preguntó si el turismo en Costa Rica es un fenómeno sostenible, la mayoría de los entrevistados destacó las limitaciones de esta afirmación, ya que se observa que existen aspectos positivos para la sostenibilidad, al mismo tiempo que hay aspectos que deben mejorarse. Así, la mayoría afirmó que en ese momento no existía un destino totalmente sostenible, dado que el destino más citado como referente en prácticas de sostenibilidad fue Monteverde. De manera más categórica, un entrevistado respondió que “no” es nada sostenible, y otro respondió afirmativamente a la pregunta, como se presenta en el Cuadro 1.

Cuadro 1. Categorías, frecuencia de ocurrencia y fragmentos de respuestas sobre la sostenibilidad del fenómeno turístico en Costa Rica.

Categorías	Frecuencia de ocurrencia	Ejemplos de fragmentos de respuestas
Sí	1 entrevistado	<i>“Sí, sí, sí, tenemos que tener cuidado, ¿verdad? No sobreexplotar los recursos naturales, pero evidentemente sí es una actividad económica sostenible, como se ha demostrado a través de los años.”</i> (E4 – gestor público, em 15 de noviembre de 2024)
No es 100% / Sí con reservas	5 entrevistados	<i>(...) “Entonces, es una actividad que tiende a la sostenibilidad, aunque no podríamos decir que el turismo en Costa Rica es 100% sostenible porque no lo es. Pero sí es un país que se ha posicionado, digamos, en ese nicho.”</i> (E11 – especialista em sustentabilidad, em 27 de noviembre de 2024).
Si, pero en desarrollo (50%) /	3 entrevistados	<i>“Yo creo que sí, todavía estamos muy en desarrollo.”</i> (E3 – gestor privado, em 14 de novembro de 2024).

Depende		
Não	1 entrevistado	<i>“Considero que no es sostenible porque, digamos, en el extracto donde hay más movimiento de capital, digamos, la contaminación es excesiva, ha habido muchas prácticas de hoteles y cadenas grandes que tiran sus desechos al océano sin ninguna penalización ni regulación...”</i> (E6 - Gestor privado, em 16 de noviembre de 2024).
N.I.	1 entrevistado	No aplicable (no hay respuesta)

Fuente: Los autores, 2025.

A continuación, se abordó la cuestión de las amenazas a la Naturaleza en Costa Rica, y la gran mayoría afirmó que la conservación de la Naturaleza está amenazada por algún sector económico. Solo un entrevistado respondió que no, con reservas: “no, hay excepciones, pero para hablar de todo el país, yo diría que no” (E8 – gestor privado, 18 de noviembre de 2024). La principal amenaza mencionada por los entrevistados, la más citada, está relacionada con la expansión del sector inmobiliario, incluyendo construcciones y crecimiento urbano, a menudo con referencia a construcciones para el sector turístico. En este sentido, el entrevistado E4 (gestor público – nivel nacional) afirmó:

Yo creo que como en cualquier país, verdad, pues sí, quizás el sector inmobiliario es el que es un poco más agresivo, el tema de construir resorts, que aquí no se da tanto el tema de resort, pero desarrollos urbanísticos principalmente para disfrutar de regiones que tienen un atractivo turístico muy grande, pero que son vulnerables también, eso es el mayor riesgo, (...). (E4 - gestor público, 15 de noviembre de 2024).

De acuerdo con la entrevistada E9 (gestora pública – nivel nacional, 20 de noviembre de 2024), estas nuevas construcciones se consideran una amenaza porque generan deforestación, contaminación y sedimentación, tanto que: “(...) está siendo muy evidente la contaminación que está generando tanta construcción. Está sedimentando la montaña. Entonces, está generando residuos en el mar que antes no existían”. Este proceso pudo observarse durante la investigación de campo en diferentes destinos; fue notable la cantidad de construcciones nuevas y terrenos en venta (“for sale”) en los destinos visitados (ejemplo en la imagen 2), a veces con placas de promoción de estas “oportunidades” únicamente en idioma extranjero (inglés). La región costera, especialmente de Guanacaste, fue una de las más citadas en la investigación de campo como uno de los lugares más afectados negativamente por este proceso de turistificación y gentrificación.



Imágenes 2 y 3. Carteles de terrenos en venta en Uvita, Costa Rica.

Fuente: La autora.

Finalmente, respecto a la creación de límites al turismo, la gran mayoría de los entrevistados afirmaron que sí, que los límites son necesarios, considerando el crecimiento desordenado de la cantidad de turistas que circulan por el país. Solo uno de los entrevistados afirmó que no eran necesarios, justificando que ya existen leyes que limitan el turismo en Costa Rica, pero que el desafío es que dicha legislación se cumpla. La legislación vigente también fue citada por otros entrevistados, refiriéndose a los planes reguladores para la ordenación del turismo en los territorios. La expectativa de la entrevistada E11 es que “los gobiernos locales cuenten con planes reguladores que respeten ese límite en cuanto al desarrollo por metro cuadrado, que limiten la cantidad de habitaciones, por ejemplo, que limiten la altura, en fin, que limiten y regulen el uso del suelo (...)” (E11 - especialista en sostenibilidad, 27 de noviembre de 2024).

Además, se destaca el papel crucial de las comunidades locales a la hora de denunciar irregularidades e imponer límites al turismo actualmente. Es notable el surgimiento de un movimiento social contra los procesos de gentrificación en zonas turísticas, como en Guanacaste y otras. Por ejemplo, se realizaron protestas frente a la Asamblea Legislativa en San José en junio de 2024 y enero de 2025 (Delfino.CR, 2024; Semanario Universidad, 2024; La Nación, 2025). También existen páginas en redes sociales que denuncian irregularidades y abordan el tema de la gentrificación (por ejemplo, el perfil @antigentrificacion.cr en

Instagram). A este respecto, el entrevistado 6 (E6 - Gestor privado, 16 de noviembre de 2024) resaltó que

las comunidades son las que se encargan de denunciarlas, verdad? (...) En realidad, en fin de cuenta, las personas que realmente regulan y ponen un límite son las personas locales, que viven en la comunidad y se preocupan realmente por cuidar de los manglares. Y si, hay movimientos, están invisibilizados, pero sí, hay muchas personas que se preocupan por cuidar del país (E6 - Gestor privado, 16 de noviembre de 2024).

Otra herramienta para la gestión de los territorios identificada en la investigación de campo fue el Índice de Progreso Social Turístico, una herramienta para evaluar el bienestar colectivo de las poblaciones de los territorios turísticos de Costa Rica (ICT, 2024). Se trata de un destacado de las políticas públicas de turismo del país, ya que busca analizar la calidad de vida de los habitantes de 32 regiones turísticas más allá de los beneficios económicos del turismo, considerando doce componentes sociales y ambientales divididos en tres grupos: necesidades humanas básicas (nutrición y atención médica; agua y saneamiento; vivienda; seguridad); fundamentos del bienestar (calidad ambiental; salud; información y comunicación; educación básica); y oportunidades (derechos y participación; libertad y elecciones; sociedad inclusiva; educación avanzada) (ICT, 2024). Para su análisis, que abarca 52 indicadores, se utilizan datos secundarios (por ejemplo: Caja Costarricense de Seguro Social, Ministerio de Educación Pública, Tribunal Supremo de Elecciones, Contraloría General de la República) y datos primarios a través de entrevistas en las regiones analizadas. Esta evaluación se realizó tres veces: en 2017, 2019 y 2024 (ICT, 2024).

Desde la perspectiva de los turistas brasileños entrevistados, la mayoría consideró que el turismo en Costa Rica no se caracteriza como un fenómeno sostenible. En su justificación, la entrevistada E15 (turista) explicó: “hay más discurso que acciones efectivas. Yo no vi tantas acciones así en la práctica (...) hay un posicionamiento más robusto que entregas” (E15 – turista, 26 de marzo de 2025). La mayoría de los turistas entrevistados también consideró que la conservación de la Naturaleza está amenazada en Costa Rica, especialmente por la especulación inmobiliaria y el avance del sector inmobiliario, sobre todo postpandemia. Todos los turistas entrevistados coincidieron en la necesidad de establecer límites al turismo; por ejemplo, una entrevistada criticó el turismo masivo, comparándolo con los casos de masificación turística en España e Italia.

Otros puntos de proximidad con el tema identificados en la investigación de campo incluyen: fuerte valoración de la cultura local, incluida la precolombina (por ejemplo, en los museos); la oferta de atracciones vinculadas a la agroecología o ecoaldeas; proyectos

reconocidos para turismo accesible (ex. la Red Costarricense de Turismo Accesible y el proyecto Donatapa); la amplia gama de opciones de turismo rural comunitario; la existencia de asociaciones, cooperativas y organizaciones de economía solidaria vinculadas al turismo (ex.: Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional - Cooprena); precios elevados de excursiones y alojamientos que dificultan el acceso de la población general al turismo, aunque existen programas de descuentos para residentes en atractivos como los parques nacionales.

5. Discusión

El primer punto de discusión que emerge de los resultados es cómo un turismo en el modelo *business as usual* (Hall, 2022), orientado al crecimiento continuo, a la maximización de beneficios y a la mercantilización de la naturaleza — por lo tanto, más cercano a la sostenibilidad débil o intermedia (Hopwood; Mellor; O’Brien, 2005; Almeida, 2018) — sigue formando parte del proceso de desarrollo turístico de Costa Rica según la visión de los entrevistados. Esta lógica puede observarse en el trabajo de campo, por ejemplo, en sitios turísticos sin equipamientos adecuados para la recolección selectiva de residuos, debido a la dependencia de los combustibles fósiles para el transporte turístico, o en el relato del entrevistado E8 (gestor privado – medios de hospedaje) sobre su visión de futuro ideal, en el que afirma: “Es imposible, en este momento, decir que Costa Rica no va a traer, por ejemplo, cadenas importantes mundiales, hoteles grandes. Eso es una realidad con la cual Costa Rica tendrá que convivir”.

Así, aunque el país sea reconocido internacionalmente como una referencia en sostenibilidad turística, es importante comprender hasta qué nivel de sostenibilidad impregna las prácticas turísticas, especialmente en un momento en que niveles moderados de sostenibilidad resultan insuficientes (Cotterell *et al.*, 2019). Los resultados de las entrevistas también evidencian que los/las entrevistados/as son críticos frente a los niveles superficiales de sostenibilidad, como ejemplifican las respuestas de turistas que señalaron la existencia de “más discurso que acciones efectivas”. La sostenibilidad débil es más tecnocéntrica y antropocéntrica, y confía en la posibilidad de mantener el crecimiento económico con menor degradación ambiental (Almeida, 2018).

Por otro lado, dado que el modelo *Brundtland as usual* también es insuficiente (Hall, 2022), los resultados evidencian aproximaciones a la sostenibilidad significativa (Higgins-Desbiolles, 2018) y al posdesarrollo, considerando que dialogan con las proposiciones identificadas por Marques y Nascimento (2025). El conjunto de proposiciones posdesarrollistas

directa o indirectamente conectadas al turismo dialoga con lo que los entrevistados expresaron en sus respuestas o con lo observado en el trabajo de campo (Marques & Nascimento, 2025). La mayor parte de las proposiciones posdesarrollistas apareció, en alguna medida, principalmente en lo que se refiere a la creación de límites al turismo de masas (Fitzpatrick *et al.*, 2022; Gerber y Raina, 2018); el enfoque en el turismo de base comunitaria (o el turismo rural comunitario) (Vargas, Zuñiga Y Alcántara, 2020; Alcántara & Zuñiga, 2021; Alcántara & Vásquez Carranza, 2024); el énfasis en micro y pequeñas empresas; la educación turística; el planeamiento espacial detallado; y la priorización del derecho a vivir por encima del derecho a viajar (Fitzpatrick *et al.*, 2022).

Más indirectamente, la aproximación al posdesarrollo se manifiesta, por ejemplo, a través de la descentralización de la toma de decisiones en el sector turístico; la repolitización y el fortalecimiento de los movimientos sociales; la revalorización de los saberes indígenas y locales; la reintegración entre los seres humanos y la Naturaleza promovida por el ecoturismo; la construcción de una cosmovisión más biocéntrica mediante la educación ambiental; la promoción de la diversidad; y el fomento de economías alternativas (p. ej., cooperativas de guías de turismo o cooperativas para el turismo rural comunitario, como la Cooprena) (Honey, 2008; Trejos, Chiang & Huang, 2008; Marques & Nascimento, 2025; Ruttenberg, 2022). Son proposiciones que no mencionan directamente el turismo, pero influyen de manera decisiva en sus cadenas productivas, en la experiencia del visitante y en la organización de los destinos. Se trata, por ejemplo, de propuestas vinculadas a la agricultura familiar y la agroecología, los sistemas agroforestales, la relocalización de las actividades económicas, la reducción de emisiones y la disminución de la extracción de recursos.

Se observa, así, que las relaciones entre el posdesarrollo y el turismo atraviesan el fortalecimiento de la oferta, la creación de circuitos cortos de abastecimiento, el enriquecimiento cultural de los productos turísticos, la ampliación del protagonismo de las comunidades anfitrionas y la autenticidad de las experiencias. A eso se suma la reducción de la huella de carbono de los desplazamientos turísticos y el surgimiento de destinos de bajo impacto ambiental. En la dimensión económica, se garantiza que los ingresos del turismo permanezcan en las comunidades y se impulsan modelos de gestión compartida de atractivos y servicios.

La gran mayoría de los/las entrevistados/as se mostró a favor de la creación de límites al turismo de masas, entendido como un ocio mercantilizado y alienante (Acosta, 2021), ante la amenaza del *overtourism*. Esto se debe a que los impactos negativos de la masificación turística en Costa Rica son perceptibles tanto para la población residente (que comienza a

organizarse, por ejemplo, a través de protestas) a como para los propios visitantes, afectando de manera negativa la calidad de vida de los residentes y las experiencias de los turistas (ONU Turismo, 2018; Milano, 2018; Milano; Novelli; Cheer, 2019). Entre las formas de limitación, Fitzpatrick *et al.* (2022) presentan herramientas de ordenamiento territorial del turismo, como los planes reguladores y el propio Índice de Progreso Social Turístico, así como mecanismos de capacidad de carga o incluso cuotas para la visita de áreas sensibles, moratorias sobre nuevos emprendimientos turísticos, restricciones a los megacruceros y la aplicación de tasas que reflejen los costos ambientales reales (Fitzpatrick *et al.*, 2022).

Contribuyendo a la limitación y a la reconceptualización del turismo (Fitzpatrick *et al.*, 2022) en el país, debido a su priorización y enfoque en los residentes, la adopción del Índice de Progreso Social Turístico evidencia el uso de herramientas de gestión territorial que priorizan el bienestar colectivo de la población local.

Por lo tanto, al igual que Ruttenberg (2022) concluye en su investigación sobre el turismo de surf en Costa Rica, el posdesarrollo ofrece recursos para fortalecer prácticas de turismo alternativas a las capitalistas e incluso no capitalistas, “al mismo tiempo que ofrece una base descolonizadora para vincular los saberes locales, los medios de vida y los activos comunitarios existentes con las redes locales de conservación, agricultura y turismo regenerativo en su proceso de conformación.” (Ruttenberg, 2022, p. 18, traducción propia).

6. Consideraciones finales

Este artículo buscó analizar críticamente la sostenibilidad del fenómeno turístico en Costa Rica y su relación con el movimiento del posdesarrollo, objetivo alcanzado según se evidenció a lo largo del texto, a partir de una metodología cualitativa que incluyó entrevistas a dieciséis personas — entre gestores, trabajadores del sector y turistas brasileños(as) —, además de observación no participante, entrevistas informales y consulta documental.

Entre los principales resultados, se evidencian amenazas a la conservación de la naturaleza en las visiones sobre el futuro del turismo en Costa Rica, así como la inserción de los residentes y los impactos del crecimiento del sector inmobiliario. Aunque Costa Rica es reconocida internacionalmente como referencia en sostenibilidad turística, las entrevistas y el trabajo de campo destacaron que niveles de sostenibilidad débil aún impregnan parte de las prácticas turísticas adoptadas en el país, lo cual fue objeto de críticas por parte de los entrevistados.

En este contexto, la mayoría de las personas entrevistadas reconoció la necesidad de establecer límites al desarrollo turístico frente a los impactos ambientales negativos de la masificación del turismo y la creciente presión del sector inmobiliario sobre la biodiversidad y las áreas naturales. Las perspectivas de los entrevistados, tanto residentes como turistas, así como los resultados de la investigación de campo, señalan la urgencia de una sostenibilidad fuerte, que valore el bienestar colectivo e implemente una planificación territorial detallada, con mayor participación de las comunidades locales, que ya están empezando a organizar protestas contra la masificación del turismo en el país.

En este sentido, esta investigación identificó acercamientos entre las críticas y propuestas de los entrevistados y los principios y planteamientos del movimiento del posdesarrollo, como la valorización de pequeños emprendimientos locales, el enfoque en el turismo de base comunitaria y la priorización del derecho a la vida por encima de la expansión irrestricta del turismo.

La presentación de diferentes perspectivas de actores clave residentes y de turistas, junto con los demás resultados de este artículo, contribuye a repensar la necesidad de (re)formular políticas públicas de turismo en el país y en América Latina. Entre las contribuciones teóricas, los resultados permitieron analizar las aproximaciones entre el fenómeno turístico costarricense y las propuestas del movimiento posdesarrollista, tales como la valorización de emprendimientos locales, la relocalización, la defensa de límites al turismo masivo y la priorización del bienestar de los residentes. Asimismo, aporta a visibilizar el debate y las visiones de la población local que se conectan con las propuestas de la sostenibilidad fuerte y del posdesarrollo, evidenciando alternativas al modelo económico vigente. Entre las limitaciones de esta investigación, además de la elección de las palabras clave muy específicas adoptadas para la revisión integrativa, se destaca su enfoque cualitativo, con una muestra limitada a turistas brasileños(as), lo que restringe la generalización de los hallazgos.

7. Referencias

ACOSTA, Alberto. **O bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante & Editora Autonomia Literária, 2016.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de base comunitária e bem viver: estratégias de desenvolvimento e redução das desigualdades. [s. l.], p. 58–73, 2018.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 40, p. 231–251, 2017.

ALCÂNTARA, L.C.S.; CARRANZA, L. M. V. . Bem viver e pós-desenvolvimento a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, v. 14, p. 233-254, 2024

ALMEIDA, Márcio Lino de. O que é a economia verde? : mapeando a disputa pelo conceito. [s. l.], p. 110, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34496>.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: **Edições 70**, 2011.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutschka M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo - Visão e Ação**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 430–457, 2017.

BISHT, A. Sand futures: Post-growth alternatives for mineral aggregate consumption and distribution in the global south. **Ecological Economics**, jan. 2022.

BURGOS, Andrés; MERTENS, Frédéric. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, El Sauzal, v. 13, n. 1, p. 57–71, 2015.

CAVE, Jenny; DREDGE, Dianne. Regenerative tourism needs diverse economic practices. **Tourism Geographies**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 503–513, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1768434>.

CECHIN, Andrei. Fundamento Central da Economia Ecológica. **Economia do Meio Ambiente**, [s. l.], n. Janeiro 2009, p. 462, 2018.

CLARK, William C.; HARLEY, Alicia G. Sustainability science: Toward a synthesis. **Annual Review of Environment and Resources**, [s. l.], v. 45, p. 331–386, 2020.

COTTERELL, Debbie *et al.* Overcommitted to tourism and under committed to sustainability: the urgency of teaching “strong sustainability” in tourism courses. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 7, p. 882–902, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1545777>.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007-. ISSN 1098-6596.

DALY, H.E., Beyond growth: the economics of sustainable development. **Beacon press**. 1997.

DALY, Herman E. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL : DEFINIÇÕES , PRINCÍPIOS , [s. l.], 2002.

DELFINO.CR. Frente Amplio presenta dos proyectos con el objetivo de combatir la gentrificación. Delfino.cr, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://delfino.cr/2024/06/frente-amplio-presenta-dos-proyectos-con-el-objetivo-de-combatir-la-gentrificacion> . Acesso em: 14 nov. 2025.

DEMARIA, Federico *et al.* What is degrowth? from an activist slogan to a social movement. **Environmental Values**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 191–215, 2013.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. 4th ed. **Thousand Oaks: Sage**, 2011.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development – historical roots of the concept. **Environmental Sciences**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 83–96, 2006.

ENRIQUEZ, Maria Amélia e GOMES, Gisella Colares. Justiça distributiva e eficiência

econômica { uma perspectiva ecológica-econômica dos condicionantes do desacoplamento, p. 235-252 In Léna, Philippe e Nascimento, Elimar Pinheir do. *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ESCOBAR, Arturo. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. *Sustainability Science*, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 451–462, 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar : globalização ou. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.**, [s. l.], p. 133–168, 2005.

ESCOBAR, Arturo. “Post-development” as concept and social practice. **Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives**, [s. l.], p. 18–31, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Reframing civilization(s): from critique to transitions. *Globalizations*, [s. l.], p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2021.2002673>.

ESCOBAR, Arturo. Transiciones : a space for research and design for transitions to the pluriverse . **Design Philosophy Papers**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 13–23, 2015.

EVERINGHAM, Phoebe; CHASSAGNE, Natasha. Post COVID-19 ecological and social reset: moving away from capitalist growth models towards tourism as Buen Vivir. *Tourism Geographies*, v. 22, n. 3, p. ..., 2020. DOI: 10.1080/14616688.2020.1762119.

FITZPATRICK, N.; PARRIQUE, T.; COSME, I. Exploring degrowth policy proposals: A systematic mapping with thematic synthesis. *Journal of Cleaner Production*, v. 365, n. June, 2022.

FONSECA, R. A. A. *et al.* Por outros modos de bem viver: o pluriverso de alternativas. **E-cadernos CES**, n. 38, dez. 2022.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento: entropia, ecologia e economia**. São Paulo: Senac, 2013.

GERBER, J.-F.; RAINA, R. S. Post-Growth in the Global South-Some Reflections-India and Bhutan. *Ecological Economics*, p. 353–358, 2018.

GSTC - GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL. *Costa Rica – CST Standard (GSTC-Recognized Standard)*. 2020. Disponível em: <https://www.gstc.org/costa-rica-cst-standard-gstc-recognized-standard/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

HALL, C Michael. Sustainable Tourism Beyond BAU (Brundtland as Usual): Shifting From Paradoxical to Relational Thinking?. *Frontiers in Sustainable Tourism*, [s. l.], v. 1, n. June, 2022.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya *et al.* Degrowing tourism: rethinking tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1926–1944, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1601732>.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya. More than an “industry”: The forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management*, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 1192–1208, 2006.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. No Title. *Tourism Management Perspectives*, [s. l.], v. null, n. null, p. null, 2017.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya. Sustainable tourism: Sustaining tourism or something more?. *Tourism Management Perspectives*, [s. l.], v. 25, n. October, p. 157–160, 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1016/j.tmp.2017.11.017>.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya. The “war over tourism”: challenges to sustainable tourism in the tourism academy after COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 551–569, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1803334>.

HONEY, M. *Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?* 2. ed. Washington, DC: Island Press, 2008.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 38–52, 2005.

ICE – INSTITUTO COSTARRICENSE DE ELECTRICIDAD. *Matriz eléctrica costarricense: generación renovable alcanza 99% en 2023*. San José, 2023. Disponível em: <https://www.grupoice.com>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ICT – INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO. *Certificado de Sostenibilidad Turística (CST)*. San José, 2024. Disponível em: <https://www.ict.go.cr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ICT – INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO. *Programa Bandera Azul Ecológica*. San José, 2024. Disponível em: <https://www.ict.go.cr/es/servicios/programas/programa-bandera-azul-ecologica.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INEC. *Costa Rica en cifras 2024*. 2024. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/ijhdt/ewcc/>. Acesso em 26 de dezembro de 2024.

JACKSON, Tim. Prosperidade sem Crescimento: Vida Boa em um Planeta Finito. **Planeta Sustentável**, [s. l.], p. 239, 2013.

KALLIS, Giorgos. In defence of degrowth. **Ecological Economics**, [s. l.], v. 70, n. 5, p. 873–880, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.12.007>.

KOTHARI, Ashish; *et al.* **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. Editora Eled. São Paulo: [s. n.], 2021.

LA NACION. Guanacastecos alzan la voz contra la gentrificación en Costa Rica: ‘Nos están desplazando’. *La Nación*, San José, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://www.nacion.com/politica/protesta-contra-la-gentrificacion-en-playas-de/K4VESNE2FJFJHGQMFJ6GAKAN7A/story/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

LACERDA, Paulo Henrique Ferreira; CAVALCANTE, Mariana Magalhães; ANDRADE-MATOS, Mariana Bueno de. A Teoria da Complexidade de Edgar Morin nos Estudos de Turismo. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 16, n. 4, 2024. DOI: 10.18226/21789061.v16i4p1054. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/13224>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: [s. n.], 2009.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: Tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 433–459, 2015.

MARQUARDT, Bernd. Historia de la sostenibilidad. Un concepto medioambiental en la historia de Europa central (1000-2006). **Historia Crítica**, [s. l.], n. 32, p. 172–197, 2006.

MARQUES, Nayara Rodrigues; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Alternativas ao crescimento econômico sem limites: proposições e práticas do pós-desenvolvimento. Mercator. 2025. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e24019>>. Date accessed: 17 oct. 2025. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2025.e24019>.

MARQUES, Nayara Rodrigues; ARAÚJO, Renata Camargo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Alternativas ao desenvolvimento sustentável: o pós-desenvolvimento. In *Introdução ao desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2025.

MEADOWS, Donella H *et al.* Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. [s. l.], p. 200, 1978.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, [s. l.], v. 18, n. 6, p. 493–520, 1998.

MEZA-SÁNCHEZ, N. Certificaciones de Sostenibilidad Turística: los casos de Costa Rica y España. **Revista Tecnología En Marcha**, 30(5), 63–72, 2017. <https://doi.org/10.18845/tm.v30i5.3225>

MILANO, Claudio. Overtourism, Social Unrest and Tourismphobia. A controversial debate. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 551–564, 2018.

MILANO, Claudio; KOENS, Ko. The paradox of tourism extremes. Excesses and restraints in times of COVID-19. **Current Issues in Tourism**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 219–231, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13683500.2021.1908967>.

MILANO, Claudio; NOVELLI, Marina; CHEER, Joseph M. Overtourism and degrowth: a social movements perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1857–1875, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1650054>.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª edição. Brasil: Editora Sulina, 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Um mundo de riscos e desafios – Conquistar a sustentabilidade, reinventar a democracia e eliminar a nova exclusão social**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2020.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; TASSO, João Paulo Faria. Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições. **Paper do NAEA**, [s. l.], v. 28, 2019.

NETTO, Alexandre Panosso; OLIVEIRA, J. Laize Soares; SEVERINI, Valéria Ferraz. Do overtourism à estagnação. Reflexões sobre a pandemia do Coronavírus e o turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 26–43, 2020.

NEUMAYER, Eric. Weak versus Strong Sustainability. **Weak versus Strong Sustainability**, [s. l.], 2013.

ONU TURISMO. Organização Mundial do Turismo. **Sustainable development**. 2008. Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development>

PIAIA, Eliana; WEDIG, Josiane Carine. *O bem viver Kaingang como contraponto à colonialidade e ao desenvolvimento*. **Polis – Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 21, n. 62, p. 209-235, 2022. DOI: 10.32735/S0718-6568/2022-N62-1626.

REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987-2005): An oxymoron comes of age. **Sustainable**

Development, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 212–227, 2005.

REZENDE FILHO, Mozart Fazito. Futuro do Turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 6–16, 2020.

ROSTOW, W. **The stages of economic growth: a non-comunist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

QUINTERO, Pablo. Suma Qamaña, Suma Jakaña, Qamir Qamaña: debates Aymara sobre o Bem Viver na Bolívia. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 112–131, jan./jun. 2018.

RUTTENBERG, Tara. Alternatives to Development in Surfing Tourism: A Diverse Economies Approach Alternatives to Development in Surfing Tourism: A Diverse Economies Approach. **Tourism Planning & Development**, [s. l.], p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21568316.2022.2077420>.

SEMANARIO UNIVERSIDAD. El ascenso de la gentrificación en el país. **Semanario Universidad**, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://semanariouniversidad.com/opinion/el-ascenso-de-la-gentrificacion-en-el-pais/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SHARPLEY, Richard. Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 28, n. 11, p. 1932–1946, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1779732>.

SINAC – SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN. *Estadísticas de cobertura protegida 2023*. San José, 2024. Disponível em: <https://www.sinac.go.cr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SOTO, D. P. El buen vivir como racionalidad económica alternativa-2019. **Analecta Política**, v. 9, n. 17, p. 277–298, 2019.

SPANGENBERG, Joachim H. Sustainability science: A review, an analysis and some empirical lessons. **Environmental Conservation**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 275–287, 2011.

TASSO, Paulo Faria; PINHEIRO, Elimar. Mandala da sustentabilidade no turismo: um instrumento crítico e propositivo. In: **TURISMO, SUSTENTABILIDADE E COVID-19 ENTRE INCERTEZAS E ESPERANÇAS**. Brasília: [s. n.], 2022.

TASSO, João Paulo Faria; SILVA, David Leonardo Bouças da; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Mandala da Sustentabilidade no Turismo: um instrumento crítico e propositivo. **Mercator (Fortaleza)**, v. 23, e23008, p. 1–16, 2024. DOI: 10.4215/rm2024.e23008.

TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews: Using the Past and Present to Explore the Future. **Human Resource Development Review**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 404–428, 2016.

TRAVELPULSE. How Costa Rica is Leading the Way in Sustainable Tourism. **TravelPulse**, 2023 (aproximadamente). Disponível em: <https://www.travelpulse.com/news/destinations/how-costa-rica-is-leading-the-way-in-sustainable-tourism>. Acesso em: 09 jun. 2025.

TREJOS, B.; CHIANG, L.-H. N.; HUANG, W.-C. Support Networks for Community-Based Tourism in Rural Costa Rica. **The Open Area Studies Journal**, v. 1, n. 1, p. 16–25, 2008. DOI: 10.2174/1874914300801010016.

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Costa Rica's Blue Flag Ecological Program: a model for integrated sustainable development*. Nairobi, 2012. Disponível em: <https://www.unep.org>. Acesso em: 3 jun. 2025.

VARGAS, Rodrigo Cuevas; ZUÑIGA, Christian Henríquez; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer. Community-based tourism: The good living perspective as an alternative to development in Latin America and the Abya Yala. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 54, p. 167–183, 2020.

VEIGA, José Eli da. A primeira utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. XX, n. 2, p. 233–252, 2017.

VISIT COSTA RICA. *Sustainability*. **Visit Costa Rica**. Disponível em: <https://www.visitcostarica.com/sustainability> . Acesso em: 6 jun. 2025.

Apêndice: Guiões de entrevistas

Guión de entrevista semiestructurada – residentes na Costa Rica

1. ¿Cómo es el turismo aquí en Costa Rica hoy en día? *(como lo describe)*

2. En su opinión, ¿cuál sería el futuro ideal para el turismo en Costa Rica?

3. ¿Considera que el turismo en Costa Rica es un fenómeno sostenible? ¿Por qué?

4. ¿Qué ejemplos de turismo en Costa Rica son los más sostenibles, en su opinión? ¿Por qué?

(solicitar el contacto - ex.: destinos, iniciativas, atractivos o emprendimientos) _____

5. ¿Considera que la conservación de la naturaleza en Costa Rica está amenazada por algún sector económico? __ Sí __ No

5.1. Si es así, ¿qué sector? _____ ¿Por qué? _____

6. La creación de límites o regulaciones para la expansión desordenada del turismo (de masa) es necesaria hoy en día? ¿Por qué? _____

7. ¿Sugiere a alguien más con quien podría conversar sobre la sostenibilidad y el turismo en Costa Rica? _____

[SE FOR EM UM EMPREENDIMENTO CERTIFICADO OU QUE JÁ FOI EM ALGUM MOMENTO] 8. *Tiene alguna certificación de sostenibilidad?*

9. ¿Cuáles son las prácticas de sostenibilidad adoptadas en su empresa? _____¿

10. ¿Cómo se hizo viable? _____

11. ¿Qué motivó la búsqueda de la certificación? _____

12. ¿Cuáles son los mayores desafíos para mantener las prácticas de sostenibilidad del emprendimiento? _____

Roteiro de entrevista semiestruturada - Turistas

Data: // ____ Formato da entrevista: ____ Presencial ____ Online

I. Posso gravar o áudio da entrevista? ____ Sim ____ Não

II. Nome: _____ (Não será divulgado – apenas siglas serão utilizadas com a data da entrevista e a perspectiva/posicionalidade. Ex.: E01-02/10/2024, turista, etc.)

III. Gênero: Como você se identifica? ____ Mulher ____ Homem ____ Outro

IV. Organização/Instituição/Empresa: _____

V. Há quanto tempo viajou para Costa Rica pela última vez? _____

VI. Como você se identifica?

- Viajante-Turista _____
- Setor Turístico (empresário(a) ou trabalhador(a)? – Que tipo de empreendimento? _____ E qual cargo? _____)

Perguntas da Entrevista

1. Como foi o turismo na Costa Rica? (Como você descreve?) _____

2. Em sua opinião, qual seria o futuro ideal para o turismo na Costa Rica? _____

3. Você considera que o turismo na Costa Rica é um fenômeno sustentável? Por quê? _____

4. Que exemplos de turismo na Costa Rica você considera mais sustentáveis? Por quê? (Solicitar contato, ex.: destinos, iniciativas, atrativos ou empreendimentos) _____

5. Você considera que a conservação da natureza na Costa Rica está ameaçada por algum setor econômico? ____ Sim ____ Não

5.1. Se sim, qual setor? _____ Por quê? _____

6. A criação de limites ou regulamentações para a expansão desordenada do turismo (de massa) é necessária atualmente? Por quê? _____

7. Quais são as principais dificuldades que você enfrentou para realizar viagens mais sustentáveis dentro da Costa Rica? _____

4. ECOTOURISM IN BRAZIL BY 2035: FOUR SCENARIOS TO LEVERAGE SOCIOCULTURAL AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY

Artigo enviado para publicação na revista Journal of Ecotourism.

MARQUES, Nayara Rodrigues; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; PINTO, Mateus José Alves; GIL, Jaqueline; YEOMAN, Ian; PUGAS, Pollyana.

Abstract

Brazil is among the most competitive countries in terms of nature and biodiversity resources. However, this potential is not reflected in its sustainable ecotourism services. Will ecotourism be a protagonist in the creation of a sustainable tourism future in Brazil or continue a passive agent? From this research question, four scenarios for ecotourism in Brazil by 2035 were elaborated through scenarios building approach. Through the scenarios, the study proposed analytical pathways capable of driving ecotourism stakeholders from public and private sectors towards a desired future, and direct policies, actions, and investments in a common direction. In the *Thriving Niches* scenario, ecotourism will be booming but concentrated in a few destinations. In *Many Oases*, low economic growth might keep entrepreneurs' supply chain mostly focused on high-end consumers. *Slowly, About to Stop* represents a scenario with low diversification and limited contribution to future sustainability. Finally, *Brazil: Land of Ecotourism* portrays a dynamic economic scenario with the consolidation of new services and destinations. In summary, the study seeks to encourage the latter scenario as it highlights ecotourism as a protagonist in the strengthening of sustainable tourism services and destinations, conservation or regeneration of biomes and creation of benefits to communities.

Keywords: Ecotourism; Futures studies; Scenario analysis; Sustainability; Brazil.

1. Introduction

Brazil has been first (2015) and is now the third most competitive country in natural resources by the World Economic Forum (WEF, 2022), and ranks first in Forbes's Ecotourism Index (Cyrus & Pratt, 2023). With unique hotspots such as the Amazon and Pantanal (Wetlands), Brazil is home to unparalleled biodiversity (Myers *et al.*, 2000). However, this potential is not materialised in transformative business leadership of nature-based tourism nor in ecotourism towards more sustainability in tourism to the same extent (Pegas & Castley, 2014; Matheus & Raimundo, 2017).

Brazil is not isolated since the World Economic Forum (WEF, 2020) highlights that Latin America (Latam) in general benefits widely from rich natural resources and improving international openness, but many obstacles are yet to be overcome, such as safety and security, gaps in health and hygiene, underdeveloped infrastructure, and environmental issues. Despite oversized potential, Brazil is not image-wise recognised as a sustainable ecotourism powerhouse, nor is its economic returns enough to finance expanded conservation or

regeneration of biomes, something Costa Rica and Peru perform better within the region (Bremner, 2021).

In this context, the study question was: will ecotourism be a protagonist in the creation of a sustainable tourism future for Brazil by 2035? Bearing this question in mind, four scenarios for ecotourism in Brazil by 2035 were developed to illustrate how the potential may eventually become a leverage for sustainability in its tourism industry development, evenly or unevenly nationwide. Through the scenarios, the study proposed analytical pathways capable of driving ecotourism stakeholders from public and private sectors towards a desired future, and direct policies, actions, and investments in a common direction. Focusing on Brazil's ecotourism potential, this paper also explored the key variables and stakeholder roles necessary to unlock the country's capacity to drive transformative sociocultural and environmental sustainability.

The scenarios result from a qualitative study involving experts from different fields and institutions across Brazil, Costa Rica and New Zealand, commissioned by *Polo Sebrae de Ecoturismo* (the Brazilian National Service for SMEs hub for the production and dissemination of ecotourism content). Moreover, ecotourism in Brazil and Latin America have not seen nor benefited from the scenarios approach, nor pre neither post-pandemic, facing therefore a research gap in future-driven regional opportunities. The theoretical-methodological framework underpinning this research is presented below, followed by the four scenarios' debates.

2. Literature review

2.1 Scenario building in tourism research

The scenario building approach is a tool within the research field of Futures Studies, an area that emerged approximately five decades ago in the industry but expanded among academia - especially tourism - only recently (Yeoman & McMahon-Beattie, 2014, 2023). Futures Studies require certain levels of unpredictability when anticipating scenarios through which futures can occur, illustrating pathways that businesses, governments, and phenomena may decide to take and therefore unleash possibilities (Pinto, 2021). The future is a social construction, a result of trillions of human decisions (social actors) within their respective societies (made up of variables), the object of foresight studies (Godet, 1991; Schwartz 2005).

Rather than making predictions through forecasting, Futures Studies seek to understand and propose possible futures through foresight: different stories used as backdrop for making better decisions in the present, based on what needs to be shaped for the desired future (Enger *et al.*, 2015). Future creation depends on the present policies and actions of continuity and

discontinuity (Godet, 1991; Belfort & Porto, 2003; Porto *et al.*, 2005; Schwartz, 2005). According to Moriarty (2012), the typical process to develop scenarios is by identifying future drivers that might influence an operating environment. These drivers should be the most impactful and uncertain (Postma, 2014), in order to explore spaces of yet unknown possibilities, and be defined with the participation of stakeholders from different backgrounds (Postma, 2015). Scenarios seek to guide strategic decisions to be made in the present, aiming to direct investments, capture unparalleled opportunities and restrict threats towards building the desired future.

Albeit “limited in scope” (Scott & Gössling, 2015), there are studies involving scenarios and tourism. From a pre-Covid era, Frost *et al.* (2014) examined how changes in the Asia-Pacific region will affect nature-based tourism by 2050, departing from seven future drivers: shifting demographics; increasing urbanisation; climate changes; media technologies/duplication technology; psychological drivers; health care trends; and development at any cost. Their findings reveal that a failure to protect nature in the region may have a negative sociocultural impact on communities, since many Asia-Pacific societies have a sacred attachment to nature.

Considering post-pandemic times in country-based perspectives, works like Komasi *et al.* (2022) for Iran’s nature-based tourism identified six key drivers of change while analysing ten future scenarios: safety; economic stability; private sector participation; human crises; national and international advertising; and travel costs. The authors concluded that the economic stability driver mostly influenced the confidence of foreign tourists when deciding for nature-based tourism. Yeoman *et al.* (2022) developed scenarios for New Zealand tourism highlighting trade-offs and conflicts that could emerge, in light of scenario-planning processes applied specially to building foresight skills and resilience within the industry’s stakeholders.

Regarding the correlation between sustainability and nature-based tourism, some examples reinforce the role of stakeholders to articulate desirable futures for the tourism industry. Gössling *et al.* (2012, p. 913) stated that “sustainability has been widely embraced at a conceptual level, but difficulties remain to implement it on an operational level from within the sector”. Therefore, the transition to a more sustainable future should occur in a way that is doable for stakeholders, rather than disruptive. In turn, Ernst and van Riemsdijk (2013) showed that engaging stakeholders in the decision-making process towards climate actions can contribute to robust and disruptive decisions and may strengthen climate mitigation measures by considering local contexts within empowered communities. Finally, in one of Yeoman *et*

al.'s (2022) scenarios, the authors reimagined New Zealand as an Eco Paradise, with stakeholders deciding to implement green practices widely.

2.2 Nature-based tourism and ecotourism conceptual distinctions

Conceptual differences between nature-based tourism and ecotourism illustrate the Latin American context. Nature-based tourism can be defined as activities in non-urban and natural environments, regardless of whether their practice is responsible/sustainable (Martins & Silva, 2019). The term is broader as it involves trips to appreciate nature and the role of natural landscapes, being based on the motivation and behaviour of tourists (Franco *et al.*, 2021; Pires, 1998). Nature-based tourism encompasses segments and niches such as adventure, hunting or sports fishing, in addition to ecotourism itself (Wearing & Neil, 2014; Franco *et al.*, 2021). It can have benefits measured by employment, income, and business opportunities indicators, though at the cost of acculturation, abandonment of traditional ways of life, inflation, potential local conflicts, and increased criminality (Thapa *et al.*, 2022).

Ecotourism is a more specific concept. Albeit mostly applied inappropriately as a “buzzword”, it “remains a vague term used to market anything related to nature or environmental tourism” in Latin America (Mader, 2002, p. 272). When conceptually properly used, it requires trips connected to sustainable values and practices in nature, aiming to finance or protect conservation of the visited biomes, strengthen the well-being of local populations, and raise tourists’ awareness via environmental education and interpretation (Wearing & Neil, 2014; Martins, 2018; Franco *et al.*, 2021; Fennell, 2022; The International Ecotourism Society, n.d.; UN Tourism, n.d.).

The essence of the western characteristics of ecotourism are enthusiasm for natural destinations, learning and sustainability (Fennell, 2022). It encompasses leisure conducted safely, in a human-nature harmony and well-planned manner, which promotes nature conservation or regeneration, and local communities’ empowerment. The principles guiding ecotourism include nature-centrism; minimising impacts and generating conservation measurable benefits; raising nature-importance awareness; environmental education or interpretation; quality of life for local communities; positive experiences (for tourists and hosts); economic benefits for entrepreneurs, workers, and the locals (Wearing & Neil, 2014; Fennell, 2022; UN Tourism, n.d.). Cobbinah (2015), highlights that environmental conservation remains a fundamental principle of ecotourism.

2.3 Sustainability in ecotourism: a fragmented perception

Ecotourism is an effective tool for biodiversity conservation, strengthening social cohesion and improving quality of life, as well as reducing poverty and favouring learning - both for consumers and suppliers (Fennel, 2022). Das and Chatterjee (2015), based on success stories across several destinations, concluded that ecotourism has proven to be an effective environmental conservation tool. Those cases reflect “properly organised ecotourism, which enables local people to augment their livelihood security through employment in ecotourism related activities and small enterprise development” (Das & Chatterjee, 2015, p. 13).

Das and Chatterjee (2015) also noted the differences between praxis and theory within sociocultural impacts of ecotourism, like community participation (or not) and empowerment, gender parity, conflicts between conservation and sociocultural betterment, among others. They concluded that there is a “mutual interdependence among the economic and sociocultural aspects of ecotourism and conservation of natural resources” (Das & Chatterjee, 2015, p. 14). The improvement of local quality of life “fosters respect for their own culture and helps them to participate in the program leading to cultural and political empowerment respectively” (Das & Chatterjee, 2015, p. 14).

Moreover, ecotourism’s sociocultural sustainability dimension is related to the community-level relations, like the generation of benefits to the locals, governance capabilities (including the governance of the natural resources), economic contribution, cultural identity and social relations (Silva, 2013). For example, Silva (2013) described the risk of ecotourism destinations worldwide to create new forms of exploitative classes interrelations, uneven distribution of profits, social competition, and conflicts between stakeholders and their social groups. Costa Rica’s history of ecotourism development also shows a similar paradox: the one of economic development and/or environmental conservation (Van Tassell & Daniel, 2006).

Finally, Cobbinah (2015) case study in Ghana evidenced that ecotourism also faces uncertainties since her “findings indicate that certain sustainable principles of ecotourism (e.g., cultural preservation, community engagement) are missing” (Cobbinah, 2015, p. 188). Furthermore, Maranhão and Azevedo’s (2019) study on ecotourism in Brazilian public policies showed that the educational and social participation interfaces are often neglected, prioritised marketing and environmental bias. Therefore, a remarkable notice goes to the fact that for ecotourism destinations and services to succeed, principles related to sociocultural sustainability should not be neglected or forgotten, since they are no less essential than the environmental dimension.

2.4 Retrospective of nature-based tourism and ecotourism development in Brazil

Ecotourism in Brazil emerged in the 1970s, with commencing inland movements towards places with nature potential and services yet to be entirely developed. The sector however gained momentum in the 1990s (Ministério do Turismo [MTur], 2010), following the upshots of the successful Brazilian civil society environmental movements of the 1980s and 1990s, strengthened by Rio-92 - the United Nation's first Earth Summit (Neiman & Mendonça, 2005). Inaugural ecotourism development initiatives undertaken by the Brazilian government also date to the early 1990s, with the launch of the Ecotourism Operational Manual, the National Ecotourism Policy, and the Ecotourism Development Poles project (Barros & Penha, 1994).

The early 2000s saw the creation of the Ecotourism Development Programme for the Amazon and the National System of Protected Areas (Neiman & Mendonça, 2005). In 2004, the creation of the Brazilian Association of Ecotourism and Adventure Tourism Companies (ABETA) brought together the private sector's stakeholders to advocate for investments facilitation, new products, and safety programmes. Subsequently, the year 2006 witnessed the birth of the Adventure Tourism Qualification and Certification Programme (*Aventura Segura*) and marked the set-up of the international norm ISO/TC228 - tourism and related services (ABETA, n.d.). In 2010, ABETA launched the first study on the profile of adventure and ecotourism tourists (ABETA, 2010), providing in-depth analytical information about demand preferences and supply opportunities.

In the late 2010s, a combination of actions expanded ecotourism in Brazil. First, public-private partnerships were signed for the management of national parks, with ecotourism as a central means for financing the services (ICMBio, 2018). Moreover, Sebrae launched its nationwide ecotourism hub, named *Polo Sebrae de Ecoturismo*. Also, from a nature-based tourism perspective, the Brazilian Trails Network (*Rede Trilhas*), a national long-distance trails system, was founded (Omena & Bregolin, 2020; Menezes *et al.*, 2022; Rede Trilhas, n.d.). In recent years, however, ecotourism has not been represented to the same extent as in the previous three decades, seen consequences such as discontinuity in studies, programmes and investments (Maranhão & Azevedo, 2019).

Despite having one of the world's largest populations and territories, six diverse biomes, a solid domestic market and multiple diversification possibilities, Brazil faces a concentration of activities in just a few ecotourism destinations. Across the country, several emerging ecotourism hubs, such as protected areas, Indigenous territories, and reforested lands, have the potential to become new ecotourism hotspots. However, limited capital for investment

and insufficient national public policies have contributed to slowing down the process of ecotourism development as a means to finance conservation.

Brazil's records of civil society movements and government-led programmes pro-conservation, in addition to its considerable potential, does not reflect on a booming ecotourism destination. Ecotourism is still taking shape, and sustainability has yet to become a core element of its business models and services. Given nowadays crises (health, climate, and loss of biodiversity) and Brazil's leadership on international environment discussions at COP 30, the opportunity for another ecotourism push lies ahead.

3. Methodology

In a time of multiple uncertainties and rapid changes, a way to shape the future is by building scenarios, as the methodology adopted in this study. The adopted methodology, to build future scenarios, is inspired by recent foresight and scenario literature (Godet, 1991; Van Der Heijden, 1996; Belfort, Porto, 2003; Schwartz, 2005, 2011; Yeoman *et al.*, 2022). The five steps for this qualitative study were: 1. Definition and characterization of the object and retrospective study; 2. Diagnosis; 3. Identification of the main future drivers of change; 4. Combining critical uncertainties with impactful variables; and 5. Development of the scenarios.

To create the scenarios, the authors collected and analyzed secondary data, such as research on ecotourism and technical documents related to the segment (including plans, laws, and policies). They also gathered and analyzed primary data through workshops and interviews with experts. Then, the data were triangulated to form the scenarios using a scenario-building exercise. Table 1 presents a summary of the methods used in each step.

Table 1. Synthesis of methods

Scenario-building steps		Main strategy	Data collection and analysis
1	Definition and characterization of the object	Office research	<ul style="list-style-type: none">● Bibliographic review● Secondary data such as technical reports● Interview with experts● Workshop with experts in areas of environment, culture, climate change, tourism, entrepreneurship, and scenarios building● Primary data collection via questionnaire on Google forms and Mentimeter● Triangulation and analysis of collected information
		Workshop 1 (13/10/2022 - 51 experts) - Global inspirations: concepts, trends, and cases	
	Retrospective study	Workshop 2 (24/10/2022 - 35 experts) - Past and Present: retrospective and diagnosis	
2	Diagnosis		
3	Map out the main future drivers	Workshop 3 (26/10/2022 - 37 experts) - Where is Ecotourism moving to in Brazil (critical conditions and uncertainties)	
4	Combining critical uncertainties with impactful variables		

5	Development of the scenarios	Workshop 4 (14/11/2022–35 experts) - Presentation and comments on a draft version of the scenarios	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboration of the scenarios • Workshop with experts to validate uncertainties and impactful variables • Descriptive narrative of the scenarios and identification of its objectives, risks, and critical intervention points
		Office research - 18 to 25 November 2022: Experts individual contributions (online) to the scenarios	<ul style="list-style-type: none"> • Individual consultation with experts (Google docs) • Review of the four scenarios

Source: Authors (2022)

The first step was divided in two phases: a) definition and characterization of the object (ecotourism in Brazil 2023-2035); b) the trajectory of ecotourism in Brazil over the last 30 years, covering a period longer than the prospecting years. Subsequently, the diagnosis stage described the main characteristics of ecotourism in Brazil. To address these two steps, the authors carried out secondary data analysis (bibliographic review and technical reports), followed by interviews with 15 experts. These experts were asked about the elements of continuity and discontinuity in the retrospective study. In addition to the literature review, two workshops were held to analyse concepts and ecotourism contexts. In these meeting, experts indicated the most striking features of ecotourism in the country, resulting in a comparison with previously analysed data.

Step number three identified the main future drivers and trends (critical uncertainties) for ecotourism in Brazil. Critical uncertainties are phenomena with a high degree of impact on the system evolution (e.g., the impact of technological innovations, solutions to reduce carbon emissions, etc.). The data were gathered through the aforementioned interviews and a third workshop. An exercise was applied with the expert group to evaluate and quantify the various uncertainties, according to their degree of uncertainty and intensity (potential impact).

The fourth step consisted of combining critical uncertainties (combinatorial analysis) to structural factors in the form of two orthogonal axes. Combining these macro-uncertainties generated the archetype for the scenarios. At each extremity of the axes, plausible macro-hypotheses and their combinations generated the philosophy of each scenario (Schwartz, 2005).

The fifth step developed the analytical description of each scenario, indicating how they can impact Brazil's ecotourism configuration, with critical points of intervention making it tangible for improvement or direction changes, meeting the stakeholders' expectations. Risks were also highlighted, particularly in relation to threatened nature conservation. The final workshop allowed the experts to review and validate the proposals. After the workshops and

contribution through the exercises, the experts individually commented on the draft version of the scenarios.

It is important to note that four workshops (four hours each) were held between October 13, 2022, and November 14, 2022. The research sample was formed by a total of 71 experts (persons with a comprehensive or authoritative knowledge on the theme) from different backgrounds and organisations (see full list in Appendix A). Areas of expertise included tourism, adventure, culture, entrepreneurship, environment, conservation, music, media, sociology, scenarios-building, academia, and research. There were gender and racial balance, including people of European-descent, African-descent, river-side and indigenous communities from all six Brazilian biomes.

A moderator conducted the focus groups. At the end of each workshop, the experts also provided input on trends, future drivers and scenarios through exercises applied via digital tools (Google forms and Mentimeter), as shown in Appendix C. The experts were considered “scenario builders” in this research, as their contributions enabled the identification of the critical uncertainties and impactful variables for the four scenarios presented.

4. Results and discussion

Based on the developed theoretical-methodological framework (Table 1), the results of the empirical model of the proposed futures for ecotourism in Brazil can be synthesised in Table 2.

Table 2. Synthesis of the results

Scenario-building steps		Results (sections)
1	Definition and characterization of the object	Ecotourism in Brazil from 2023 to 2035 (Sections 1 and 2)
	Retrospective study	Retrospective of ecotourism development in Brazil (Section 2.4)
2	Diagnosis	Retrospective of ecotourism development in Brazil (Section 2.4)
3	Map out the main future drivers	18 future drivers (Section 4.1 and Appendix B)
4	Combining critical uncertainties with impactful variables	The dynamism of the Brazilian economy and Ecotourism potential and attractiveness (Section 4.2)
5	Development of the scenarios: Philosophy; Descriptive narrative; Objectives; Critical points of	Thriving Niches (Section 4.2.1)

	intervention; Risks	Brazil: Land of Ecotourism (Section 4.2.2)
		Many Oases (Section 4.2.3)
		Slowly, About to Stop (Section 4.2.4)

Source: Authors (2022)

The next topics present the configuration and main dimensions of the four scenarios, including their philosophy, key characteristics, objectives, risks, and critical points.

4.1 Future drivers of ecotourism in Brazil

Eighteen future drivers were identified and divided into four categories, from broader to specific perspectives: international, international-national, national-specific, and specific of ecotourism (Table 3).

Table 3. Future drivers of ecotourism in Brazil

Categories	Future drivers
International	1. Military, health, and financial security 2. Global ecological crisis
International-national	3. Dynamics of the Brazilian economy 4. Valorisation of health, well-being and nature 5. Energy and transport costs 6. Demographic transition
National-specific	7. Technological innovations 8. Governance of ecotourism 9. Credit and investments in ecotourism 10. Access infrastructure and services in ecotourism destinations 11. Public safety of tourist destinations 12. Qualification of the labour force
Specific of ecotourism	13. Engagement of local authorities and populations 14. Adoption of sustainable and regenerative practices in destinations 15. Demand for quality at Brazilian ecotourism destinations 16. Tension between concentration and decentralisation 17. Attractiveness and diversification of ecotourism destinations 18. Conflict over land use

Source: Authors (2022)

Among these future drivers, the global safety or crises, the country's economic stability, private investments, shifting demographics, urbanisation, climate change, technologies, and health valorisation dialogue with the key drivers of other regions' nature-based tourism (Frost

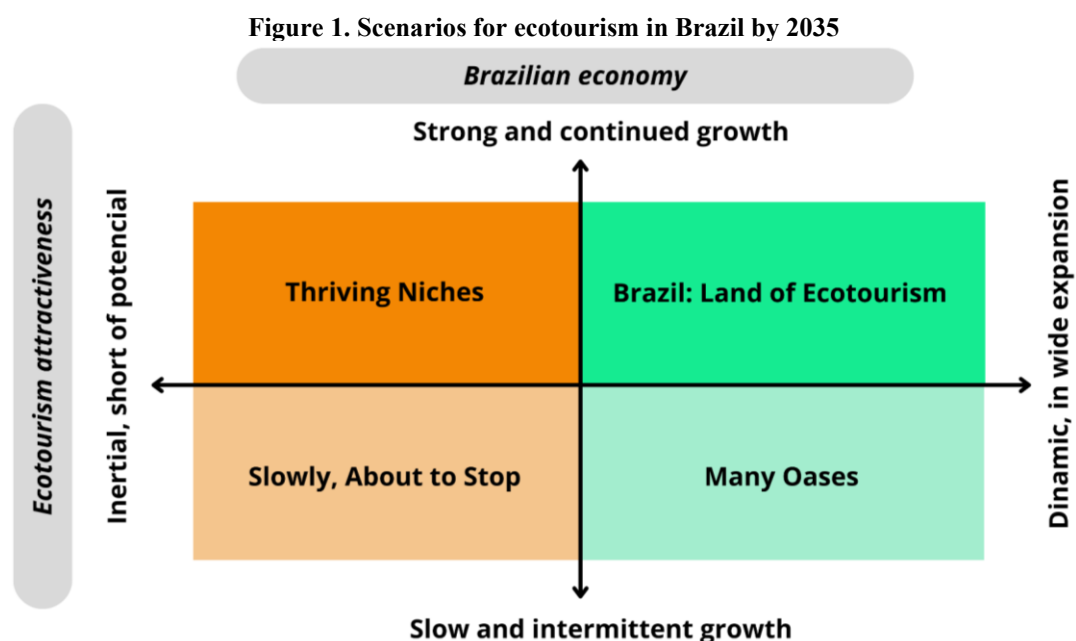
et al., 2014; Komasi *et al.*, 2022). All the future drivers' descriptions can be found in Appendix B.

4.2 Four scenarios for ecotourism in Brazil by 2035

Among the 18 future drivers identified, two were selected as the most relevant due to their impact capacity and level of uncertainty for 2035: *dynamics of the Brazilian economy* and *attractiveness and diversification of ecotourism destinations* (Table 3 and Appendix B). The conjunction of these two future vectors produced the four scenarios summarised in Figure 1 and described in this section.

The *dynamism of the Brazilian economy* refers to the rise in wealth and people's income. This is essential in a country among the world's top ten economies, but with a population disposable income per capita below OECD average, representing limited resources for leisure and travel. Moreover, this driver impacts the level of investment in infrastructure, encouraging or holding back new businesses and tourist flows. Dynamic economies allow wider access to quality education and cultural goods. Also, better living conditions lead people to more self-care, well-being, and healthcare, impacting on higher valued nature and ecotourism.

The *attractiveness and diversification of ecotourism* refers to the initiative of ecotourism entrepreneurs and policy makers to consolidate new destinations, start new businesses and activities, which positively impacts the demand for quality, local engagement, technological innovation, sustainability practices, and environmental conservation. The stakeholders' involvement in the ecotourism value chain will be key to turning its potential into reality.



It is relevant to highlight that ecotourism grows across all scenarios. However, its form, pace or impact vary: more or less services innovation and diversification, territorial concentration, influence to nature conservation and sustainability. Ecotourism could deliver strong and quality growth, increase its market share, attract experienced and high-value travellers, including foreigners, and finance conservation and regeneration, or alternatively it could slowly be altered, without major impacts.

4.2.1 Thriving Niches

4.2.1.1 Philosophy

Thriving Niches flourish from economic dynamism, boosting ecotourism initiatives. However, bubble-centred stakeholders and entrepreneurs keep opportunities reduced. Travellers have limited destination options and, as a result, cases of massification and socio-cultural environmental damage emerge more often. Nature conservation financing, sociocultural and environmental sustainability practices through ecotourism is therefore limited.

4.2.1.2 Scenario description and objectives

The Brazilian economy finally reaches positive stability, plateauing at an average GDP growth of 3% per year. However, favourable conditions for entrepreneurship are not reflected in ecotourism: the sector does not take ownership and full advantage of economic gains such as enlarged middle class, improved infrastructure, communication and public safety, capital markets availability, expansion of quality services, professional qualifications, and growth of the elderly as a consumption segment.

Implications of this weakened entrepreneurial capacity include flex governance based on poor coordination between public and private sectors. This fragility is both a cause and a consequence of irrelevant public policies, which fail to promote ecotourism or establish favourable investment conditions and impactful programmes. Brazil pays the price for limited investment in entrepreneurial and professional training and qualification, missing given opportunities when compared to international competitors' much undersized ecotourism potential.

Notwithstanding emerging environmental problems in most destinations, stakeholders are competent in certain locations and consolidate new sustainability-driven ecotourism centres.

They revamp some traditional destinations by incorporating innovative business models in line with international requirements and trends, absorbing new technologies (including those related to regenerative practices) and engaging with the locals and authorities. Small private reserves funded by hospitality and ecotourism populate these centres, for example RPPN *Catedral do Jalapão* (TO) (Fonseca *et al.*, 2018).

Brazilian safety standards for ecotourism and adventure activities (ABETA, n.d.) are valued internationally, contributing to a steady flow of tourists who are confident in having quality experiences. Energy and transport costs are falling, due to increased services offered, although gradually. Diversification of ecotourism services is modest, concentrated but reasonably solid, mainly due to new technologies, ease of access and new sustainability practices.

The persistent valorisation of health, well-being, self-care, and nature, although more on a cognitive and emotional level, contributes to an increase (below expectations) in ecotourists. Concessions in public protected areas grow but remain limited to a few protected areas. Sustainability practices emerge due to the increased awareness of critical global ecological crises and contribute to some activity's diversification.

Mature destinations will increasingly focus on mass tourism to accommodate new tourists flows, with negative repercussions for nature. Diversification will not be enough to the emerging numbers of tourists (especially middle-income families). Many currently underdeveloped destinations are expected to flourish, particularly those in surrounding areas of conservation land. Hundreds of micro and small ecotourism destinations, currently incipient and with precarious services, will not meet demand standards. Rare exceptions will be destinations of invaluable attractiveness such as "untouched" conservation areas, extraordinary landscapes, or particular geological accidents, regardless of their location as long as quality and sustainability-driven hospitality services are made available. Thus, the dissemination of practices more closely connected to the purpose of ecotourism, such as the engagement of local populations, environmental interpretation, and nature conservation funded by tourism (Wearing & Neil, 2014; Martins, 2018; Fennell, 2022) will expand, but remain incipient and isolated (only a few outstanding cases).

4.2.1.3. Risks and points for intervention

Three critical points for intervention were identified:

- I. A creative diagnosis to identify resources in each destination seeking competitive and sustainability differentiation.

- II. The need to invest in training entrepreneurs and in facilitating entrepreneurship.
- III. The governance, focusing on delivering quality public policies, responsible business, and promoting new destinations, to avoid massification and damage to ecosystems.

Among the serious risks, ecotourism uncoordinated growth consequences such as environmental degradation and pollution, especially air from carbon emissions and waters from waste, require attention. Ecotourism is not able to present itself as a robust force to oppose perceptions that other economic sectors offer short-term greater financial gains, especially for those who favour low-investment and "high-return" practices. Another risk is the massification of ecotourism destinations close to major cities, with possible rapid degradation of these areas.

4.2.2 Brazil: Land of Ecotourism

4.2.2.1. Philosophy

The vigour of ecotourism entrepreneurs and confidence of policy makers benefit from the opportunities arising from Brazil's new economic dynamism, driven by a robust public-private governance and the avid demand of travellers in search of well-being, novelties, and giving back to communities through traditions and nature conservation. Ecotourism becomes a way of financing biodiversity regeneration.

4.2.2.2. Scenario description and objectives

The resumption of growth in the global economy, with solid investment flows to Brazil, drives a new and sustained cycle of economic growth - between 3 and 3.5% per year. Anchored in efficient public-private governance, policies, and result-oriented initiatives, this scenario envisions improvements in Brazilian household income, more qualified public investments, and simpler bureaucratic processes. It becomes safer and more lucrative to invest in Brazil.

Capital markets availability impacts on better infrastructure and communication, facilitating innovation and technological development. Tourism destinations have better means of access, most of them with quality communications and services constantly under improvement. With economic dynamism and effective socio-cultural policies, unemployment and inequalities are reduced.

Moreover, public security improves, and crime rates fall. Middle-class segments have more disposable income for leisure and travel, and the growing appreciation of self-care, well-being, and health stimulates proximity to nature. Ecotourism destinations are diversifying with

innovation, services expansion, and consolidation throughout the country's six biomes. Improving the qualification of professionals contributes to the dynamics of the sector.

New destinations have been consolidated, with high-value services and diverse activities. New businesses are created along 20,000 kilometres of long-distance trails (Omena & Bregolin, 2020; Menezes *et al.*, 2022; Rede Trilhas, n.d.), which have become safer and more integrated with local community services along the way. Movements indicate the sector decentralization, based on biodiversity and regeneration practices in areas where there was no previous tourism interest. Middle and upper-middle-income tourists from Brazil's urban areas gained confidence in Brazilian ecotourism services and reiterate visits internally more than travel overseas.

The increase in domestic and international tourists aligns with facilities that have incorporated new technologies, engaged with local communities and authorities, and sought efficient promotion mechanisms. Meanwhile, greater awareness of the ecological crisis and a larger presence of international tourists are fuelling new sustainability and regeneration practices, especially in the most degraded areas. Whether near or far from large and medium-sized centres, destinations are seeing sustainable businesses expand, and tourists travel especially to where they feel involved in nature conservation.

Modern concessions of protected areas, such as the Iguaçu National Park, which will receive over US\$100 million in private investment over the next three decades (Fernandes, 2022), have become a reference in public-private management of nature reserves, expanding throughout the country in large or small units. Conservation science is increasingly aligning with best tourism practices, supporting ecotourism over other forms of land use. Concessions in Brazilian protected areas are getting closer to impact the national GDP by approximately US\$10 billion, generating one million jobs (Instituto Semeia, 2021). Ecotourism becomes an agent capable of providing high returns on investments made in nature conservation and regeneration. Brazil's potential as the world's third best destination in natural resources will not be fully realised, but it will never have come so close.

This is a scenario of significant growth in the flow of tourists seeking quality and principles-led ecotourism. Efficient promotion policies meet ecotourism marketing best practices and, therefore, communicate well with experienced travellers. Emerging destinations grow and contribute to diversifying tourism offerings, bringing with them sustainability-driven business models. Ecotourism activities deliver economic returns and fund nature conservation and biodiversity regeneration more widely. This is the scenario with the greatest dissemination of practices aligned with the principles of ecotourism - inclusion of communities,

environmental education, and conservation of nature (Wearing & Neil, 2014; Fennell, 2022; Cobbinah, 2015).

4.2.2.3. Risks and points for intervention

Three critical points for intervention were identified:

- I. The major obstacle for this scenario to flourish is the qualification of ecotourism professionals.
- II. Investments in infrastructure for access and communication (essential to ensuring diversification).
- III. Adoption of sustainable and regenerative practices as new business models, maintaining the wealth of ecotourism destinations and attracting experienced travellers.

The major risk lies in overtourism at nature destinations close to large consumer markets or destinations with international reputation among nature lovers. The bottlenecks to sustained growth are (i) lack of qualified workforce; (ii) insufficient infrastructure to support the growing poles; (iii) poor adoption of sustainability practices into business models; (iv) financial difficulties with business models in which ecotourism finances nature regeneration.

4.2.3 Many Oases

4.2.3.1. Philosophy

Low economic growth is a major challenge for the development of ecotourism attractions in Many Oases, requiring a great amount of capacity on the part of entrepreneurs, combined with good governance, in order to develop and maintain quality some destinations tourism chain. In these locations, ecotourism may finance nature conservation, but under the heavy efforts of individual passionate entrepreneurs.

4.2.3.2. Scenario description and objectives

The world remains unstable, thus hindering economic growth to a slow pace. Brazil's economy perpetuates the pattern of the last 40 years: grow, stagnate, and decline at a stop-and-go pace, with an average of 1 to 1.5% GDP growth per year. Light advances in governance deliveries are disturbing, with public policies lacking continuity and results, alongside malfunctioning public-private partnerships. Influenced by legal uncertainties, private investments are not convinced to expand. Credit is scarce for small and medium entrepreneurs (the vast majority in the ecotourism sector). However, this is not the case for large companies, which are rare in ecotourism but central to Many Oases.

Despite instability, improvement processes persist. Partnerships with research centres provide knowledge and, even with difficulties in financing studies, contribute to innovations. Enterprises, especially small and medium-sized, find it difficult to absorb these innovations, with a few exceptions: ecotourism safety operation, plant-based gastronomy, and sustainability/ecosystems regeneration initiatives. Destination access infrastructure and services, as well as public safety, improve very slowly.

Criminality persists, though ecotourism is restricted to localities that manage to show minimum rates in this regard. Ecotourism is making better progress with the commitment of locals in some areas, mainly towards the improvement of quality services and infrastructure. The fastest-growing ecotourism venues are those targeted at high-income segments and those close to major consumer urban centres, attracting nature lovers with abundant to medium income resources. Destinations also attract the well-being seekers and the elderly, looking for calm and relaxation practices within nature.

No major ecotourism projects are launched to build destinations from zero, but there are improvements in the tourism chains around matured areas. Examples are nature refuges or lodges, where the communities in surrounding areas get involved to make the traveller's interaction more authentic, via gastronomy, handicraft workshops, and wellness services (e.g., The Caiman Refuge in Pantanal or the Cristalino Lodge in the Amazon).

The scenario indicates that this direction is not enough to fulfil Brazil's biodiversity potential. There are great efforts made by local governance in which anchor-enterprises manage to attract high-income tourists, national and international. Sustainability and nature conservation practices through ecotourism are restricted to the oases, which endeavour to ensure occupancy in shoulder seasons.

Despite few, there are entrepreneurs dedicated to nature conservation. Ecotourism grows concentrated in areas close to consumer markets, with the strengthening of only few more distant centres, where quality abounds in great scenic landscapes, luxury hospitality or innovative experiences. These destinations should continue to attract domestic and, to a lesser extent, international visitors, especially niche-driven such as bird watchers or biomes explorers like the Amazon seekers.

4.2.3.3. Risks and points for intervention

Two critical points for intervention were identified:

- I. Improved governance to diversify supply and enhance the quality of services within the supply chain.

II. Availability of credit and microcredit for small entrepreneurs operating in oases regions.

The major risk is that without significant growth and ecotourism diversification, environmental degradation would increase. Economic benefits generated by ecotourism would remain restricted and concentrated with a small group of entrepreneurs and communities able to adapt to the demands of certain consumer niches.

4.2.4 Slowly, About to Stop

4.2.4.1. Philosophy

Low economic growth and the existence of only few entrepreneurs and creative professionals in the ecotourism sector hinder the growth of ecotourism and its diversification. There is no funding available, nor profits directed to nature conservation through ecotourism.

4.2.4.2. Scenario description and objectives

The world remains unstable, reflecting global warming and financial crisis, with implications on Brazil's economy (GDP growing no more than 1% per year). Energy and transportation costs remain high, with limited capacity for investments in low emissions solutions, inhibiting travel growth especially over long distances. Volume short-distance trips are mainly made by middle or lower-middle-income families, which imposes limits on entrepreneurs who need to undertake commercially driven viable actions that do not facilitate sustainability nor innovations in business models.

The weak economic dynamism does not attract investment to ecotourism neither credit is accessible to the few efficient businesses of the sector. Demand pressing for improvements in destinations is insufficient or isolated, therefore keeping their preferences for familiar places. As concentration of visits to few destinations persists, massification and environmental degradation are likely to overshadow ecotourism benefits.

Brazil continues to be a country with considerable criminality rates. Its infrastructure and communications are growing slowly. The value of well-being and health continues to grow, but not sufficiently to give nature connectivity and ecotourism a decisive boost. A prevailing inefficient governance influences this mediocre growth.

Local populations engage with tourism activities in a few places only. Innovative technologies or sustainability initiatives are not widespread. Vulnerability impacts of climate change are felt as protection and adaptation programmes to communities and territories are not implemented. Few destinations flourish to the extent that they manage to attract middle and

upper-middle class tourists with parsimonious sustainability practices. Growing biodiversity loss added to plateaued average qualifications of tourist guides make activities like wildlife watching less interesting.

Brazil's potential in terms of natural resources and their interaction with tourism remains underutilized. There is no sustainable growth of new businesses in this environment. The difficulties vary from poor governance to impacts caused by drought, fire or floods - more frequently events and without the appropriate actions to minimise their consequences.

This is the scenario with the slowest ecotourism growth, where it only moves up within a certain added value niche, coming mainly from working-age individuals from urban centres who carry out stressful routines, make comfortable livings and care for well-being and travel. Most of the incipient and developing ecotourism hubs across the country do not flourish. The purpose of ecotourism becomes increasingly unattainable for the largest flow of travellers interested in contact with nature within a limited budget availability.

4.2.4.3. Risks and points for intervention

Two critical points for intervention were identified:

- I. The promotion of accessible forms of ecotourism, especially around cities.
- II. Investment in entrepreneurs and professionals training by the public and private sectors.

This scenario presents two major risks: (i) failure to take advantage of opportunities due to a lack of efficient policies and entrepreneurship facilities, opening up space to environmental degradation activities; and (ii) the massification of existing destinations, with negative impacts on nature, while democratic access to quality natural spaces is limited.

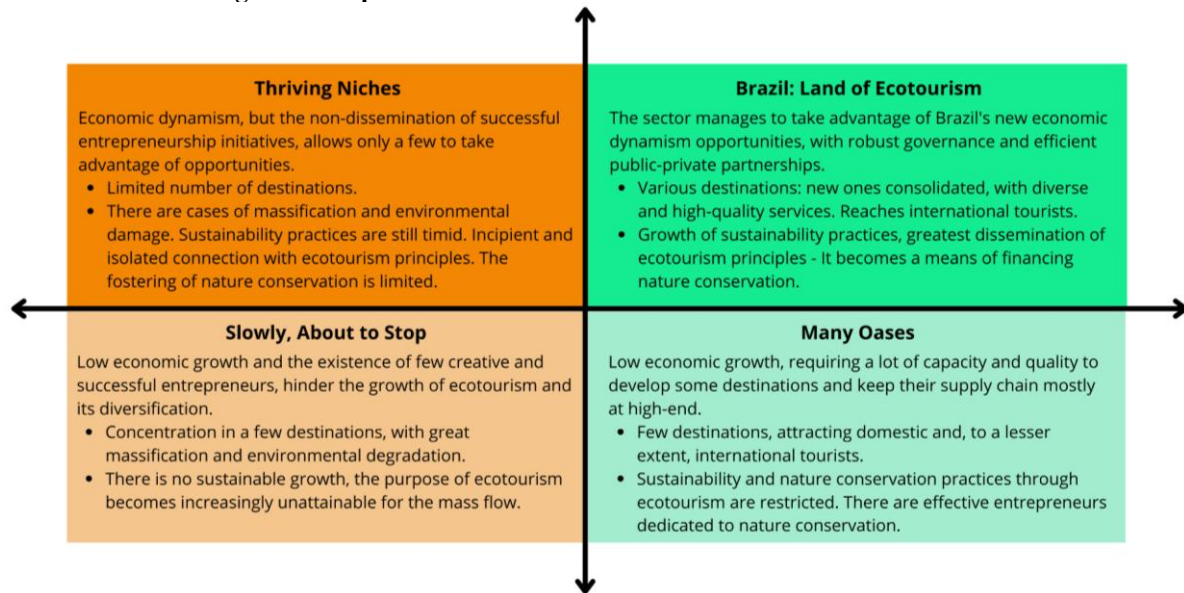
4.3. *Empirical framework*

The empirical framework (Figure 2) presents the outcomes of the scenarios, with a focus on ecotourism principles and sustainability strengthening. It demonstrates how scenario planning can be used as a theory builder and as an empirical modelling for ecotourism futures. The four scenarios are based on two key vectors: the dynamism of the national economy and the capacity of ecotourism stakeholders to undertake diversification initiatives, which may or may not increase their capacity to develop opportunities offered by each context.

The first vector allows growth, at different rates, of social groups with disposable income for travelling and enjoying new experiences, while the second indicates the degree to which they take advantage of the opportunities that arise from this economic dynamism. The

economic factor was also highlighted in previous tourism research as a key future driver (Frost *et al.*, 2014; Komasi *et al.*, 2022).

Figure 2. Empirical framework of the future of ecotourism in Brazil



Source: Authors (2023)

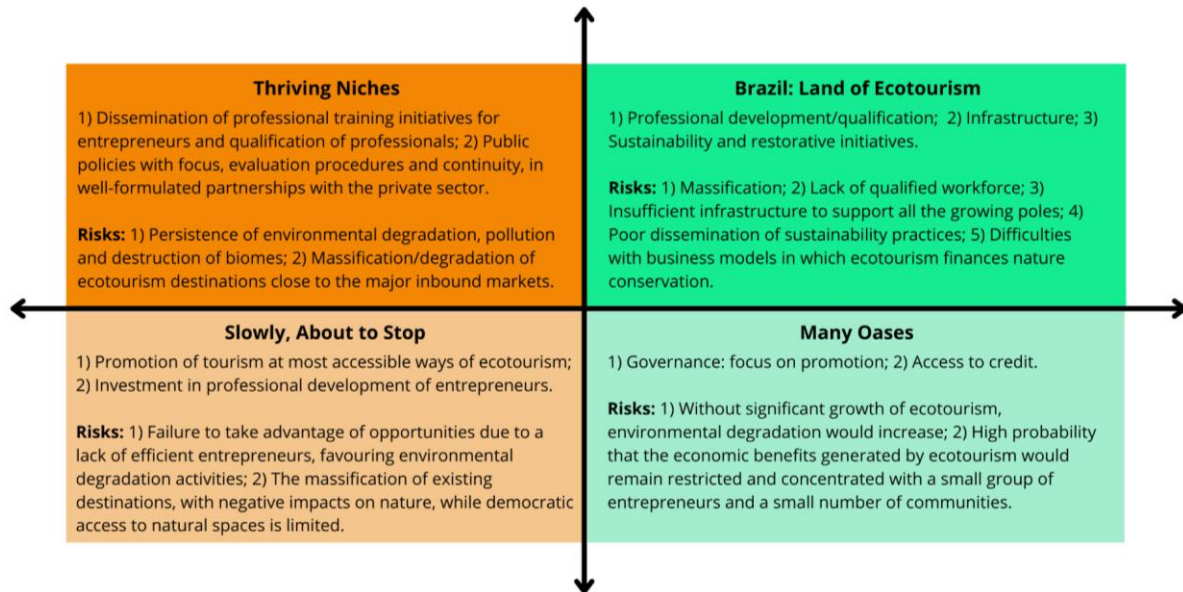
The mutual interdependence of the economic and sociocultural dimensions of ecotourism and nature conservation (Das & Chatterjee, 2015) are essential in this debate. Considering that the participation and empowerment of communities are key factors (Silva, 2013; Das & Chatterjee, 2015), an important and transversal future condition that impacts the four scenarios is governance. The articulation and partnerships among stakeholders (Gössling *et al.*, 2012; Ernst & van Riemsdijk, 2013) are essential for the management, investment, and promotion of ecotourism and nature conservation, supported by focused, consistent public policies and efficient initiatives. Governance will be successful if actions are of high quality, stimulating the development and the diversification of ecotourism.

This diversification is essential to avoid concentration and massification of activities, with harmful consequences for the environment, the local communities, and the principles of ecotourism itself. Governance has a key role in avoiding the risk of uneven distribution of profits, conflict mediation and cooperation. Effective environmental and sociocultural sustainability actions, plus diversification, are essential to avoid the paradox of ecotourism (growth x conservation), likewise the discussed case of Costa Rica (Van Tassell & Daniel, 2006).

Two future drivers that slightly vary but are fundamental to the scenarios are: the valuing of health, well-being, and nature; and the demographic ageing of the population - also

key drivers in other studies (Frost *et al.*, 2014). The first driver relates to the growing awareness of the ecological crisis and the need to seek greater balance in increasingly stressful routines, especially in large urban centres. The second highlights the demographic transition that the country is experiencing, with segments of the population having more free time and financial resources.

Figure 3. Scenario points for intervention and risks



Source: Authors (2023)

As most of the scenarios present the risk of causing negative impacts and environmental degradation (Figure 3), the authors finally highlight the importance of constantly approximating ecotourism future practices with its original and conceptual principles, including its relevance as an effective tool for ecosystems conservation, community empowerment, and the preservation of destinations' cultural aspects (Das & Chatterjee, 2015; Cobbinah, 2015; Fennel, 2022).

5. Conclusions

Applying the future scenarios approach, the authors could identify the most important variables and stakeholders in the future trajectory of ecotourism in Brazil, also reflecting its sustainable development in Latin America. In addition to the four scenarios designed, 18 international and domestic drivers that can shape the future of Brazilian ecotourism were addressed, involving issues such as behaviour, technological resources, scientific research, capital availability, and decision-making within governance bodies.

The four scenarios have common elements. All of them grow, although at different rates. Moreover, they all have risks, with certain shared critical points for intervention. However, this study seeks to encourage the *Brazil: Land of Ecotourism* scenario, which enables the pursuit of the most promising opportunities, albeit unevenly across the territory. Additionally, it is the scenario that most disseminates practices aligned with the principles of ecotourism and sustainability, establishing ecotourism as the cornerstone of sustainable tourism - it regenerates nature, creates benefits to the local communities, and boosts responsible entrepreneurship along destinations.

The theoretical implications lie, first, in the study's theoretical and methodological innovation, marked by the extensive participation of experts from diverse fields and nationalities. This research contributes to the literature on futures studies and ecotourism, offering valuable insights from a Latam country perspective. The 18 future drivers expand possibilities for other regions' analysis on key issues regarding ecotourism. The authors present a series of reflections on the uncertainty of ecotourism principles (theory and practice) and on sustainability in its different dimensions (environmental and sociocultural), represented by the benefits and negative impacts of ecotourism on local communities, governance, and local conflicts.

Practical implications emerge from the possibility of guiding strategic present decisions aiming to tackle future problems, to capture opportunities, and to restrict threats. Additionally, it contributes to the construction of public policies (e.g., focused on qualification, human-nature connections, finance conservation, regeneration, and community empowerment) that can mitigate the risks and critical points outlined before. Finally, it helps build ways of increasing resilience in destinations operating in a volatile, uncertain, complex, and ambiguous (VUCA) world.

One of the main limitations is the need to generalize the object of analysis within the scenario approach, since Brazil is a large territory that contains major differences between regions (e.g. cultural and social differences). Another limitation was the need to align with experts on the differences between nature-based tourism and ecotourism, a point on which not everyone agreed. Despite the diversity, the perspective of urban specialists prevails, with possible underrepresentation of traditional populations. The results showed growth as a central paradigm, which may be a contradiction for the 'strong sustainability' point of view, considering the paradox regarding environmental conservation issues and the discussion from post-development or degrowth theories. Thus, future research could investigate the strategic

actions needed to promote a more sustainable and inclusive scenario for both Brazil and Latin American destinations.

Acknowledgments

The authors would like to thank the team of *Sebrae Mato Grosso do Sul* and the *Polo Sebrae de Ecoturismo* for their support during the research, especially XXXX, XXXX, XXXX, and XXXX.

Declaration of interest statement

The authors report there are no competing interests to declare.

Funding details

This work was supported by *Polo Sebrae de Ecoturismo* (Sebrae Ecotourism Hub).

References

- ABETA. (n.d.). *Aventura Segura [Safe Adventure]*. <https://abeta.tur.br/pt/aventura-segura/>
- ABETA. (2010). *Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil*. ABETA.
- Barros, S. M., & Penha, D. H. M. de la. (Eds.). (1994). *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Embratur.
- Belfort, A., & Porto, C. (2003). *Análise e construção de cenários*. Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão.
- Bremner, C. (2021, July 6). *Sustainable Tourism Critical to Recovery in Latin America*. Euromonitor. <https://www.euromonitor.com/article/sustainable-tourism-critical-to-recovery-in-latin-america>
- Cobbinah, P. B. (2015). Contextualising the meaning of ecotourism. *Tourism Management Perspectives*, 16, 179–189. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.07.015>
- Cyrus, C., & Pratt, K. (2023) *Ecotourism Index: The best holiday destinations for nature lovers*. Forbes. <https://www.forbes.com/uk/advisor/travel-insurance/ecotourism-destinations/>
- Das, M., & Chatterjee, B. (2015). Ecotourism: A panacea or a predicament?. *Tourism Management Perspectives*, 14, 3-16. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.01.002>
- Enger, A., Sandvik, K., & Iversen, E. K. (2015). Developing scenarios for the Norwegian travel industry 2025. *Journal of Tourism Futures*, 1(1), 6-18. <https://doi.org/10.1108/JTF-12-2014-0018>

Ernst, K., & van Riemsdijk, M. (2013). Climate change scenario planning in Alaska's national parks: Stakeholder involvement in the decision-making process. *Applied Geography*, 45, 22-28. <http://dx.doi.org/10.1016/j.apgeog.2013.08.004>

Fennell, D. A. (2022). *Handbook of Ecotourism*. Routledge.

Fernandes, V. (2022). *Parque Nacional do Iguaçu receberá investimento de R\$ 600 milhões*. Panrotas. https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2022/07/parque-nacional-do-iguacu-recebera-investimento-de-r-600-milhoes_190762.html

Fonseca, J. M. A. A., Melo, S. M. C. de, & Carvalho, W. G. de. (2018). O Ecoturismo como alternativa sustentável para gestão da RPPN Catedral do Jalapão (TO). *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 11(1), 9-31. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2018.v11.6663>

Franco, M., Franco, J. L. de A., & Cunha, A. (2021). Ecoturismo, Conservação da Natureza e Deep Ecology: uma Reflexão sobre o Turismo como Experiência de Ampliação da Consciência. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 10(2), 97-115. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i2.p97-115>

Frost, W., Laing, J., & Beeton, S. (2014). The Future of Nature-Based Tourism in the Asia-Pacific Region. *Journal of Travel Research*, 53(6), 721-732. <https://doi.org/10.1177/0047287513517421>

Godet, M. (1991). *From Anticipation to Action: A Handbook of Strategic Prospective*. Unesco Publishing.

Gössling, S., Hall, C. M., Ekström, F., Engeset, A., & Aall, C. (2012). Transition management: A tool for implementing sustainable tourism scenarios?. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(6), 899-916. <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.699062>

ICMBio. (2018, November 11). *Edital de Concessão para o Itatiaia é publicado*. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/edital-de-concessao-para-o-itatiaia-e-publicado>

Instituto Semeia. (2021). *Parques como vetores de desenvolvimento para o Brasil*. <https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/parques-como-vetores-de-desenvolvimento-para-o-brasil-2021/>

Komasi, H., Zolfani, S. H., & Cavallaro, F. (2022). The COVID-19 Pandemic and Nature-Based Tourism, Scenario Planning Approach (Case Study of Nature-Based Tourism in Iran). *Sustainability*, 14(7), 3954. <https://doi.org/10.3390/su14073954>

Mader, R. (2002). Latin American Ecotourism: What is it?. *Current Issues in Tourism*, 5(3-4), 272-279. <http://dx.doi.org/10.1080/13683500208667923>

Maranhão, C. H. S., & Azevedo, F. F. A. (2019). Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 12(1), 9-35. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2019.v12.6714>

- Martins, A. (2018, December 6). *Prêmio Nacional do Turismo 2018: conheça as iniciativas vencedoras*. Ministério do Turismo. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/premio-nacional-do-turismo-2018-conheca-as-iniciativas-vencedoras>
- Martins, P. C., & Silva, C. A. da. (2019). Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo?. *Revista Turismo em Análise*, 29(3), 487–505. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i3p487-505>
- Matheus, F. S., & Raimundo, S. (2017). The results of ecotourism policies in protected areas in Brazil and Canada. *Brazilian Journal of Tourism Research*, 11(3), 454-479. <https://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1336>
- Menezes, P. C. C., Souza, T. V. S. B., & Folmann, A. C. (2022). Brazilian Trails Network and Connectivity, Putting a Recreation Infrastructure to Work for Conservation Gains. *Tourism Planning & Development*, 19(3), 227-234. <https://doi.org/10.1080/21568316.2021.1917448>
- Ministério do Turismo. (2010). *Ecoturismo: orientações básicas*. Ministério do Turismo.
- Moriarty, J. P. (2012). Theorising scenario analysis to improve future perspective planning in tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(6), 779-800. <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.673619>
- Myers, N., Mittermeier, R., Mittermeier, C., Fonseca, G. A. B. da, & Kent, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403, 853–858. <https://doi.org/10.1038/35002501>
- Neiman, Z., & Mendonça, R. (2005). *Ecoturismo no Brasil*. Manole.
- Omena, M. T., & Bregolin, M. (2020). The Importance of Regional Trails for the Viability of the Brazilian Long Trails Network. *Ambiente & Sociedade*, 23. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190053r2vu2020L5AO>
- Pegas, F. de V., & Castley, J. G. (2014). Ecotourism as a conservation tool and its adoption by private protected areas in Brazil. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(4), 604-625. <https://doi.org/10.1080/09669582.2013.875550>
- Pinto, M. J. A. (2021). *The past, present, and future of tourism education in Brazil in the context of COVID-19* [Master's thesis, Federal University of Paraná]. Acervo Digital da UFPR. <https://hdl.handle.net/1884/72815>
- Pires, P. S. (1998). A dimensão conceitual do ecoturismo. *Turismo - Visão e Ação*, 1(1), 75–92. <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1392>
- Porto, C., Nascimento, E. P., Aguiar, E., Ventura, R., & Buarque, S. C. (2005). *Quatro cenários para o Brasil (2005-2007)*. Garamond.
- Postma, A. (2014). The Future of Visitor Attractions in The Netherlands. *Tourism Recreation Research*, 39(3), 437-452. <https://doi.org/10.1080/02508281.2014.11087010>

- Postma, A. (2015). Investigating scenario planning – a European tourism perspective. *Journal of Tourism Futures*, 1(1), 46-52. <https://doi.org/10.1108/JTF-12-2014-0020>
- Rede Trilhas. (n.d.). *A Rede Trilhas e as UCs*. <http://www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/rede-trilhas/a-rede-trilhas-e-as-ucs>
- Schwartz, P. (2005). *The art of the Long View: planning for the future in an uncertain World*. Crown Business.
- Scott, D., & Gössling, S. (2015). What could the next 40 years hold for global tourism?. *Tourism Recreation Research*, 40(3), 269-285. <https://doi.org/10.1080/02508281.2015.1075739>
- Silva, L. (2013). How ecotourism works at the community-level: the case of whale-watching in the Azores. *Current Issues in Tourism*, 18(3), 196–211. <https://doi.org/10.1080/13683500.2013.786027>
- Thapa, K., King, D., Banhalmi-Zakar, Z., & Diedrich, A. (2022). Nature-based tourism in protected areas: a systematic review of socio-economic benefits and costs to local people. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 29(7), 625-640. <https://doi.org/10.1080/13504509.2022.2073616>
- The International Ecotourism Society. (n.d.). *What Is Ecotourism?*. <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>
- UN Tourism. (n.d.) *Ecotourism and protected areas*. <https://www.unwto.org/sustainable-development/ecotourism-and-protected-areas>
- Van Der Heijden, K. (1996). *Scenarios: The Art of Strategic Conversation*. John Wiley & Sons Ltd.
- Van Tassell, D. H., & Daniel, S. K. (2006). The Paradox of Ecotourism in Costa Rica: Can Economic Development and Environmental Preservation Co-Exist?. *Delaware Review of Latin American Studies*, 7(2), 1-10. <http://udspace.udel.edu/handle/19716/19566>
- Yeoman, I., & McMahon-Beattie, U. (2014). New Zealand Tourism: Which Direction Would it Take?. *Tourism Recreation Research*, 39(3), 415-435. <https://doi.org/10.1080/02508281.2014.11087009>
- Yeoman, I., & McMahon-Beattie, U. (2023). Future past of tourism: critical reflection's on the rise of tourism futures. *Tourism Geographies*, 1-17. <https://doi.org/10.1080/14616688.2023.2270937>
- Yeoman, I., Postma, A., & Hartman, S. (2022). Scenarios for New Zealand tourism: a COVID-19 response. *Journal of Tourism Futures*, 8(2), 177-193. <https://doi.org/10.1108/JTF-07-2021-0180>
- Wearing, S., & Neil, J. (2014). *Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades*. Manole.

World Economic Forum. (2020). *Latin America's Tourism Industry Must Address Long-Standing Shortfalls to Bounce Back after COVID-19*. <https://www.weforum.org/press/2020/07/latin-america-s-tourism-industry-must-address-long-standing-shortfalls-to-bounce-back-after-covid-19/>

World Economic Forum. (2022). *Travel & Tourism Development Index 2021: Rebuilding for a Sustainable and Resilient Future*. <https://www.weforum.org/publications/travel-and-tourism-development-index-2021/>

Appendix A. Experts

Table A.1. Representatives of 49 institutions/companies

Gender	Institution/Company	Workshops
Male	Adventure Travel Trade Association (ATTA)	3, 4
Female	Amplia Mundo	All
Male	Amplia Mundo	All
Female	Amplia Mundo	All
Male	Ank Brasil	3
Female	Appana	1, 2
Male	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA)	1, 2
Female	Bahia Travel Operadora e Consolidação	3
Female	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	2, 4
Female	Bionúcleo	All
Male	Bionúcleo	1, 2, 3
Female	Brazilian Luxury Travel Association (BLTA)	4
Female	Casa Firjan Lab de Tendências	1, 3, 4
Male	Consultoria Leonardo Seabra	3
Female	Consultoria Marta Poggi	1
Male	Consultoria Thiago Akira	1
Female	EMBRATUR	1, 2, 3
Male	EMBRATUR	1, 3
Female	EXXAS Smart City Bureau	2
Male	EXXAS Smart City Bureau	2, 3
Female	Fundação Grupo Boticário	All
Male	Grupo Rio da Prata	All
Male	Indígena Macuxi	3
Female	Instituto Federal de Brasília (IFB)	1, 2, 3
Female	Instituto Mamede	2, 3
Male	Instituto Semeia	1, 2, 3
Female	Lab Turismo	1, 2, 4
Male	Lab Turismo	1, 4
Male	Lab Turismo	1, 4
Male	Lab Turismo	1
Female	Lab Turismo	4
Female	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	All
Female	Ministério do Turismo	2, 3
Male	Natural Extremo	1, 2
Male	O2eco	3
Male	PNUMA/ONU	3
Female	Polo Iguassu	1, 2, 3
Male	Pure Brasil	1, 2
Female	Quadro Consultoria	All
Male	SEBRAE AM	3, 4
Male	SEBRAE AM	2
Female	SEBRAE ES	1

Female	SEBRAE MA	1
Female	SEBRAE MS	All
Male	SEBRAE MS	4
Female	SEBRAE MS	1, 3, 4
Male	SEBRAE MS	1, 3, 4
Male	SEBRAE MS	
Male	SEBRAE MS	All
Male	SEBRAE MS	1, 4
Female	SEBRAE MT	4
Female	SEBRAE Nacional	1
Male	SEBRAE SC	2
Male	SEBRAE SP	4
Female	SPRINT Dados	1, 2, 4
Male	Três Arquitetura	All
Female	Turismo & Conservación Consultores - Costa Rica	1
Female	Turismo 360	1
Male	Turismo 360	1
Female	Turismo 360	1
Female	Turismo 360	1, 4
Female	Turismo 360	1
Male	Universidade de Brasília (UnB)	All
Female	Universidade de Brasília (UnB)	4
Male	Universidade de Brasília (UnB)	All
Female	Universidade de São Paulo (USP)	1
Male	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	1, 3
Female	Universidade Estadual do Amazonas (UEAM)	2
Female	Viajar Verde	1, 3, 4
Male	Victoria University of Wellington	1, 4
Female	Vonát Consultoria & Treinamentos	All

Source: Authors (2022)

Note: Some experts belonged to the same institution/company therefore the numbers differed

Appendix B. Future drivers

Table B.1. Brief description of the 18 Brazilian ecotourism future drivers

Futures drivers	Brief description
Military, health, and financial security	The world is experiencing serious uncertainties in three areas: health (COVID-19 pandemic), military (wars between Russia and Ukraine or Palestina and Israel) and finance (since the 2008 crisis). These events affect global economic dynamics.
Global ecological crisis	Three aspects of this crisis: climate change, loss of biodiversity and pollution, - considering the awareness of the harmful impacts on nature caused by the industrial economic model (18th/19th centuries) and the fossil fuels (20th century).
Dynamics of the Brazilian economy	A country's economic dynamism combines several variables in international and domestic contexts. This is a high uncertainty key future driver since the flow of tourists increases in circumstances of economic growth - and vice versa.
Valorisation of health, well-being and nature	Increase in concerns and care about health and well-being, as well as a greater value for nature, is reflected in the necessity to spend more time outdoors. Travelling to enjoy more peaceful, relaxing and healthy activities/destinations is on the rise.
Energy and transport costs	The financial, health and war crises have caused disruption in the global value chain, influencing the rise in energy and transport prices. These costs have a negative impact on tourism, particularly in transportation, accommodation and gastronomy.
Demographic transition	In the future, Brazil's population will be older, slightly more urban and in decline. Changes should gradually impact ecotourism development: urban residents tend to seek more contact with nature, and the elderly generally have more time to travel.
Technological innovations	Technology and innovation impact the mode of production and lifestyle of all humans. The uncertainty lies in what new technologies will have an impact on ecotourism, and what is the capacity of Brazilian entrepreneurs to absorb them.
Governance of ecotourism	There is a lack of efficient, continuous, articulated and mobilising public policies focused on ecotourism in Brazil. Good governance could improve the quality and quantity of ecotourism services in the country, attracting more visitors.
Credit and investments in ecotourism	Considering that most ecotourism companies in Brazil are micro or small, credit and investment could have an extraordinary impact on the evolution of ecotourism. However, Brazil's microcredit system is deficient, expensive, and bureaucratic.
Access infrastructure and services in ecotourism destinations	Investments in infrastructure (e.g., access, communication, clean energy, sanitation and workforce) are essential to allow ecotourism destinations to flourish and consolidate. The uncertainty lies in maintaining or expanding this investment.
Public safety of tourist destinations	Safety is an important factor in the travel decision-making process. However, Brazil has high levels of crime and violence. This is a serious obstacle to increasing ecotourism flows, as well as the frequency of accidents in nature destinations.
Qualification of the labour force	The low qualification level of the Brazilian workforce in the tourism sector is an obstacle to ecotourism development. Overcoming this obstacle is a major challenge, as it contributes to a negative image of the sector, and it limits the opportunities.
Engagement of local authorities and populations	The local inhabitants' engagement in tourism provides added value to destinations, since they share their local knowledge and lend authenticity to tourism activities. This future driver is directly related to the sociocultural sustainability dimension.
Adoption of sustainable and regenerative practices in destinations	As the ecological crisis intensifies, the pressure on businesses and governments to adopt sustainable practices increases. Although still incipient, currently more verbal than practical, Brazilian ecotourism destinations tend to adopt some practices.
Demand for quality at Brazilian ecotourism destinations	The diversity of tourist profiles influences the way they appreciate and enjoy nature.. Some of these visitors are highly demanding, pressuring destinations to improve and diversify the services offered, which has a positive impact on attracting tourists.

Tension between concentration and decentralisation	The tendency towards massification of some destinations, a result of concentrated demand, might degrade nature and thus the ecotourism attractions themselves. If diversification is consistent, concentration may decrease, otherwise it persists.
Attractiveness and diversification of ecotourism destinations	The flow of ecotourists is growing steadily. This growth will be smaller or larger depending on the economic dynamism of the destinations and the ability to respond to demand through distinctive and quality offers.
Conflict over land use	Brazil is characterised by the disorderly occupation of its territory, compromising the reproduction of the country's natural capital. If this event continues to expand, it is likely to conflict with the expansion of ecotourism.

Source: Authors (2022)

Appendix C. Workshop exercises

Fig. C.1. Workshop 01 exercise - Vectors (Google forms)

Workshop 01 exercise of the study “Scenarios for Ecotourism in Brazil 2035”. Date: 13/10/2022. If you are using your cell phone to answer, we recommend turning the device horizontally. Answer time: 5 minutes.
Question 1 What are the 05 (FIVE) main vectors affecting the development of ecotourism in Brazil by 2035, based on your knowledge and the presentation? *The vectors are variables and trends that can influence the growth or decline in the flow or importance of ecotourism; stimulate the creation of new demands and supply modalities, increase the concentration or deconcentration of ecotourism in Brazil. In short, its future. <ol style="list-style-type: none">1. Global insecurity (wars, pandemics, financial crisis, etc.)2. Ecological crisis awareness, with greater visibility and action against the impacts of climate change3. Income available for leisure4. Population living in large urban spaces5. Connectivity in the country (5G, new applications, internet of things) impacting business, including in the tourism sector6. Cost of transportation to tourist destinations (air, road, etc.)7. More consistent and efficient public governance for ecotourism8. Local authorities and populations engagement9. Health, well-being and mindfulness10. Tourist destination infrastructure11. Credit and investment in tourist destinations12. Tourist destinations and offers closest to the tourist's place of residence13. Other
Question 2 Which of the following behavioral trends do you think will grow the most? Lines: <ol style="list-style-type: none">1. Search for unique activities and experiences in nature (experience lovers)2. Search for (active) adventure tourism in nature (adventurers)3. Search for rest and relaxation in nature (relaxation seekers)4. Search for new nature tourism offers, isolated areas and long-distance trails5. Search for environmentally engaged (regenerative) tourism Columns: Grow less Grow moderately Grow more
Question 3 Do you have any additional comments for us?
Question 4 Name (optional)

Source: Authors (2022)

Appendix C. Workshop exercises

Fig. C.2. Workshop 02 exercise - Diagnosis (Google forms)

<p>Workshop 02 exercise of the study “Scenarios for Ecotourism in Brazil 2035”.</p> <p>Date: 24/10/2022.</p> <p>Your participation is valuable! The real builders of the Scenarios for Ecotourism in Brazil 2035 are you, the invited experts.</p> <p>If you are using a cell phone, we recommend turning it horizontally.</p> <p>Response time: approximately 15 minutes.</p>
<p>Question 1</p> <p>Do you agree or disagree that these are the most important characteristics of Ecotourism in Brazil?</p> <p>Lines:</p> <ol style="list-style-type: none">1. The country's great potential (megabiodiversity and abundant natural resources)2. Visitor flow still small compared to potential3. Dynamic and growing sector: more territories, more tourists and more revenue4. Growth of proximity tourism (travel over short distances)5. Demand: concentration of visitor flows in a small number of locations6. Inconsistent and discontinuous public policies7. Difficulty accessing credit for private investments8. Majority of high-income and educated tourists9. Predominant consumer behavior: search for the image of nature rather than interaction with nature10. Lack of training in the ecotourism sector <p>Columns:</p> <p>Agree</p> <p>Disagree</p> <p>Question 2</p> <p>What other relevant characteristics should be included in the diagnosis of Brazilian ecotourism? Name one to five (please limit yourself to the 5 most important):</p> <p>Question 3</p> <p>Considering the UN Sustainable Development Goals, which of the following statements do you agree with?</p> <ol style="list-style-type: none">1. The SDGs are being applied in depth and across Brazil, through public policies2. The SDGs are being applied in depth and across Brazil, through private initiatives3. The SDGs are being applied in a fragmented and superficial way in Brazil, through public policies4. The SDGs are being applied in a fragmented and superficial way in Brazil, through private initiatives5. There is a lot of talk and little practice when it comes to implementing the SDGs in Brazilian ecotourism <p>Question 4</p> <p>Among the main sustainable Ecotourism practices in the world, which are the most applicable in the short and medium term to Ecotourism in Brazil?</p> <ol style="list-style-type: none">1. Rational use of water (rainwater harvesting, reuse, etc.)2. Proper disposal and treatment of solid waste (reduction, recycling, reuse, composting, etc.)3. Circular economy4. Renewable energy5. Reducing greenhouse gas emissions6. Low-carbon economy7. Ecosystem regeneration8. Disposal/replacement of single-use plastics9. Environmental education practices with tourists and the local community10. Other <p>Question 5</p> <p>Name (optional)</p>

Source: Authors (2022)

Appendix C. Workshop exercises

Fig. C.3. Workshop 03 exercise - Trends (Mentimeter)

Workshop 03 exercise of the study “Scenarios for Ecotourism in Brazil 2035”.
Date: 26/10/2022.

Question 1

Rank the following trends from most to least important:

1. Sensitivity to climate change and increase in sustainable practices
2. Valuing health and well-being
3. Growth in the tourist flow, with reduced concentration in a few destinations
4. Improving infrastructure and services in nature destinations
5. High energy and transportation costs
6. Unstable world, tending towards stability
7. Growing urbanization, globally and regionally
8. More diversified ecotourism offers
9. Local populations and authorities’ engagement
10. Demand for governance and efficient public policies
11. Greater use of technology and science in ecotourism
12. Increased income for leisure and well-being

Question 2

What other trends would you like to add?

Source: Authors (2022)

Appendix C. Workshop exercises

Fig. C.4. Workshop 04 exercise - Scenarios (Google forms)

<p>Workshop 04 exercise of the study “Scenarios for Ecotourism in Brazil 2035”.</p> <p>Date: 14/11/2022.</p> <p>Your participation is valuable! The real builders of the Scenarios for Ecotourism in Brazil 2035 are you, the invited experts.</p> <p>If you are using a cell phone, we recommend turning it horizontally.</p> <p>Response time: approximately 10 minutes.</p>
<p>Question 1</p> <p>Are there any of the 17 drivers that are not relevant?</p> <p>All are relevant</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Global security 2. Ecological crisis 3. Dynamics of the Brazilian economy 4. Valuing health, well-being and nature 5. High energy and transportation costs 6. Demographic transition 7. Technological innovations in ecotourism 8. Governance in ecotourism 9. Credit and investment 10. Infrastructure and services to/from destinations 11. Public and specific security 12. Workforce qualification 13. Local populations and authorities’ engagement 14. Tension between concentration and decentralization 15. Adoption of sustainable/regenerative practices 16. Demand for quality 17. Flow, attractiveness and diversification <p>Question 2</p> <p>Are there any drivers that are not present in the 17 mapped? Which ones?</p> <p>* If there are no extra drivers, answer with N/A</p> <p>Question 3</p> <p>How feasible are the scenarios?</p> <p>* Where: 1 - Not very feasible and 5 - Very feasible</p> <p>Lines: S1 – Thriving niches; S2 – Brazil: Land of ecotourism; S3 – Many oasis; S4 – Slowly, about to stop</p> <p>Columns: 1 – 2 – 3 – 4 – 5</p> <p>Question 4</p> <p>How coherent are the scenarios?</p> <p>* Where: 1 - Not very coherent and 5 - Very coherent</p> <p>Lines: S1 – Thriving niches; S2 – Brazil: Land of ecotourism; S3 – Many oasis; S4 – Slowly, about to stop</p> <p>Columns: 1 – 2 – 3 – 4 – 5</p> <p>Question 5</p> <p>What is inconsistent about the scenarios? (Optional)</p> <p>Question 6</p> <p>Do you think there could be another more interesting scenario to work on? (Optional)</p>

Source: Authors (2022)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

As reflexões desta tese se enlaçam na crítica que desafia o mito do crescimento sem limites. O primeiro artigo inaugura a trilha ao evidenciar as fissuras do desenvolvimento — inclusive o sustentável — e ao posicionar o pós-desenvolvimento como horizonte fértil de alternativas plurais. O segundo artigo aprofunda essa vertente, mapeando a vastidão das 415 proposições e práticas que, apesar de suas contradições, mostram que há mundos em gestação para além do paradigma econômico dominante. Juntas, essas duas publicações formam a base teórica e o radar conceitual que sustenta a tese. Essa base se desdobra empiricamente no terceiro artigo, que interroga a promessa da sustentabilidade no fenômeno turístico através do caso da Costa Rica — referência no imaginário latino-americano. Aqui, as proposições pós-desenvolvimentistas servem de lente para questionar até que ponto esse fenômeno realmente rompe com o paradigma do crescimento. O quarto artigo fecha o ciclo abrindo futuros: ao construir cenários prospectivos para o ecoturismo brasileiro, ele projeta caminhos possíveis para 2035, ainda que evidencie que a lógica do crescimento contínuo é a que ainda se sobressai.

O início do século XXI é marcado pela ideologia do crescimento e pelas crises socioambientais. Assim, ideias para adiar o fim do mundo (KRENAC, 2019) são mais do que necessárias, considerando que o último artigo aponta que as expectativas dominantes são de crescimento contínuo: aumento de viagens, aumento de fluxo, aumento de CO₂ na atmosfera, aumento de degradação ambiental e resistência à distribuição das riquezas provenientes da atividade turística com os nativos dos destinos. Isso impede as atividades turísticas de avançarem na sustentabilidade, de incorporarem propostas genuínas da sustentabilidade forte. Nota-se que a natureza econômica da atividade é que se coloca em primeiro lugar, que subordina todas as outras dimensões. O domínio da lógica econômica no turismo, não apenas subordina as outras dimensões, as transforma, comprometendo suas respectivas lógicas. Há um duplo processo: de subordinação e de desvirtuamento.

Portanto, evidencia-se a contradição entre o foco em crescimento e as perspectivas do pós-desenvolvimento. Muitas vezes o turismo convencional é disseminado como instrumento de desenvolvimento, sem tomar em consideração seus efeitos nocivos sobre a Natureza e os humanos. O estudo de caso da Costa Rica reforçou essas contradições: embora internacionalmente reconhecida por políticas de sustentabilidade, o fenômeno turístico do país ainda revela traços da lógica desenvolvimentista, sobretudo pela pressão do setor imobiliário e pela busca incessante de crescimento. Assim, como o pós-desenvolvimento propõe a crítica à lógica desenvolvimentista, uma das relações do pós-desenvolvimento com o turismo é a de

crítica ao turismo convencional e ao turismo dito sustentável como instrumento de puro crescimento econômico. O pós-desenvolvimento e suas proposições fornecem insumos para a análise crítica dos diferentes tipos de turismo. E um dos pontos centrais da crítica do pós-desenvolvimento está na produção de carbono pelo turismo, alimentando o modelo econômico vigente – intensivo na produção de CO₂ – que ameaça seu próprio futuro e o da humanidade.

O(s) turismo(s) é(são) um fenômeno integrado com as diferentes dimensões da sociedade, da vida cotidiana, especialmente do tempo livre. Não é desassociado, por isso, em geral, o diálogo com as proposições pós-desenvolvimentistas é tão importante - principalmente porque as proposições são diversas o suficiente para implementação de reformas sistêmicas. Aqui, lembramos que o turismo é um fenômeno diverso, por isso não podemos empregá-lo (ou entendê-lo) no singular.

Para além da rejeição clara e contundente do modelo de economia baseado no simples crescimento econômico, em geral as alternativas pós-desenvolvimentistas também rejeitam soluções homogeneizadoras ou universalizantes. Valorizam-se as práticas locais, a diversidade, a singularidade dos territórios e das culturas. O Pós-desenvolvimento, como vimos, é eivado de experiências pequenas e locais. Ainda que o somatório de experiências locais não seja capaz de criar um mundo novo, essas experiências podem ser capazes de dar visibilidade e, muitas vezes, de induzirem outras comunidades a seguir caminhos similares, ou de se mobilizarem para buscar e imaginar outros presentes e futuros possíveis, para além do modelo dominante. Não nos iludamos, porém, a transição demanda tempo. E muito tempo quando se trata de lógicas econômicas e suas ideologias dominantes, como a do crescimento que define nossa episteme intelectual. Tem pertinências as anotações de autores como Latouche ao afirmar que a verdadeira ideologia da sociedade moderna não é o liberalismo e muito menos o socialismo, mas a ideologia de crescimento, que nos impede de pensar qualquer situação que não seja na sua lógica: como governar sem prometer o crescimento do PIB, das riquezas, do emprego etc.

Concluiu-se que o pós-desenvolvimento é propositivo, com ampla variedade, abrangência e diversidade de proposições em diferentes dimensões, temas e categorias. A pesquisa evidenciou proposições muito distintas, que variam em especificidade e alcance, indo de ideias mais pragmáticas a outras de caráter mais utópico. Algumas delas dialogam, em maior ou menor grau, com o modelo econômico vigente, demonstrando que o pós-desenvolvimento, na sua totalidade, não se configura como uma negação absoluta do desenvolvimento capitalista.

Dentre essa diversidade de proposições, foi possível identificar muitas que se relacionam com o turismo de forma direta e indireta. Diretamente, registraram-se dez proposições: (i) a criação de limites ao turismo de massa e às viagens baseadas em combustíveis

fósseis; (ii) o foco no turismo de base comunitária (TBC); (iii) a educação turística (formação crítica de turistas, guias e comunidades); (iv) o turismo alternativo (ecoturismo, cultural, regenerativo); (v) a promoção do turismo lento (*slow tourism*); (vi) o planejamento espacial detalhado (ordenamento territorial para a sustentabilidade no turismo); (vii) a moratória sobre empreendimentos turísticos (limitar expansão predatória); (viii) a priorização do direito de viver em detrimento do direito de viajar; (ix) a propriedade cooperativa local (gestão comunitária de empreendimentos turísticos), além do (X) uso multifuncional do território (produção agrícola, turismo de base comunitária, projetos educativos, culturais e de saúde, voluntariado).

Por outro lado, indiretamente, foram identificadas proposições que não citam turismo, mas influenciam fortemente as suas cadeias produtivas, a experiência do visitante ou a organização dos destinos, quais sejam, proposições ligadas a seis temas (a. Produção de alimentos e gastronomia local; b. Cultura, identidades e modos de vida; c. Infraestrutura e mobilidade; d. Economia solidária e governança local; e. Energia e clima; f. Saúde, bem-estar e espiritualidade), conforme quadro a seguir. Essas proposições reconfiguram o ambiente em que o fenômeno turístico acontece, fornecendo bases estruturais para turismos mais pós-desenvolvimentistas, ou seja, efetivamente sustentáveis.

Quadro 1. Proposições dos pós-desenvolvimentistas e suas relações indiretas com o turismo

Tema	Proposições Pós-desenvolvimentistas	Relação com o turismo
Produção de alimentos e gastronomia local	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura familiar e agroecologia • Agroflorestas e soberania alimentar • Consumo local e sazonal • Movimento <i>Slow Food</i> • Combate ao desperdício 	Fortalece a oferta gastronômica, o turismo rural e de experiências; cria circuitos curtos de abastecimento para restaurantes e hospedagens.
Cultura, identidades e modos de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização de saberes indígenas e tradicionais • Reconexão com a Terra e espiritualidade • Interculturalidade e convivencialidade • Resgate comunitário 	Enriquece produtos turísticos culturais ou vivências; amplia o protagonismo das comunidades anfitriãs e a autenticidade das experiências.
Infraestrutura e mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Relocalizar atividades econômicas • Transporte ativo (caminhar, bicicleta) • Fortalecimento do transporte público • Limitação da mobilidade baseada em combustíveis fósseis • Incentivo a cidades pequenas e autossuficientes • <i>Retrofit</i> (revitalização de uma construção antiga) e bioconstrução 	Reduz a pegada de carbono de deslocamentos turísticos; promove destinos acessíveis, seguros e de baixo impacto ambiental.
Economia solidária e governança local	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativas e moedas sociais • Propriedade comunitária • Redistribuição de terras 	Garante que a renda do turismo permaneça nas comunidades; cria modelos de gestão compartilhada de atrativos e serviços.

	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão territorial • Democracia participativa 	
Energia e clima	<ul style="list-style-type: none"> • Transição para energias renováveis • Soberania energética comunitária • Redução de emissões e de extração de recursos 	Diminui impactos de hospedagens, transporte e eventos; favorece certificações de turismo de baixo carbono.
Saúde, bem-estar e espiritualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde integral e práticas tradicionais • Estilos de vida simples e autossuficientes • Busca de autoconhecimento 	Impulsiona nichos como turismo de bem-estar, retiros espirituais e experiências terapêuticas.

Observa-se, assim, que as relações com o turismo perpassam pelo fortalecimento da oferta, a criação de circuitos curtos de abastecimento, o enriquecimento cultural de produtos turísticos, a ampliação do protagonismo das comunidades anfitriãs e a autenticidade das experiências. Além da redução da pegada de carbono de deslocamentos turísticos e da ascensão de destinos de baixo impacto ambiental. No viés econômico, estimula-se que a renda do turismo permaneça nas comunidades e cria-se modelos de gestão compartilhada de atrativos e serviços.

Ao analisar o estudo de caso da Costa Rica, conclui-se que, em geral, a atual sustentabilidade no turismo neste destino não deixa de ser permeada pela lógica desenvolvimentista. Contudo, alguns avanços foram notados, como a valorização do turismo de Natureza, a repulsão ao *overtourism*, e o clamor pela criação de limites ao turismo de massa.

No mundo atual, nota-se, o nascimento de um movimento decrescentista no turismo, com maior valorização dos produtos locais e do turismo de proximidade. Assim como uma tendência de os turistas escolherem destinos de menor deslocamento e, conseqüentemente, de menor gasto de CO₂. Observa-se que independentemente de as pessoas conhecerem o pós-desenvolvimento, concordarem com as ideias de decrescimento, muitas tomam decisões atualmente dentro da lógica que inspira esses movimentos sociais e intelectuais. No entanto, não há dados suficientes para demonstrar a trajetória futura dessas decisões, se elas irão se esparramar no tecido social ou ficarem restritos a guetos sociais e territoriais.

Dentre as limitações de pesquisa, a primeira trata sobre o levantamento de publicações em apenas três idiomas, logo recomenda-se que pesquisas futuras expandam esse levantamento. Por outro lado, a pesquisa e uso da literatura gris não foi aprofundada. Por isso, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem esse material e percorram o aprofundamento e compreensão das formas de implementação e operacionalização das proposições pós-desenvolvimentistas, assim como a realização de outras formas de classificação das proposições, por exemplo, quanto à materialidade, especificidade e aplicabilidade em diferentes escalas.

Outra sugestão é a ampliação dos estudos de casos, com uso de metodologias que permitam sua comparabilidade. O método utilizado no terceiro artigo, que permitiu mapear a diversidade de propostas do Pós-desenvolvimento, tende a fragmentar a perspectiva dos trabalhos analisados, dificultando uma compreensão mais aprofundada sobre o contexto em que foram elaboradas ou das sinergias, interações ou contradições entre essas proposições. Lacuna que se apresenta como um desafio a pesquisa futura, assim como a realização de novos estudos de caso, de forma a permitir a comparabilidade entre eles.

Pode parecer utopia, mas com o conteúdo analisado durante o doutorado é possível imaginar formas de turismos que contemplem cada vez mais as proposições diretas e indiretas do pós-desenvolvimento, para além das práticas de sustentabilidade já disseminadas no mercado (ex.: redução do uso de plásticos de uso único, resíduos sólidos tendo suas destinações corretas, energia utilizada apenas de fontes limpas, valorização do acolhimento, residentes dos destinos participando ativamente das decisões que lhes concernem em suas comunidades).

As proposições podem contribuir mais para o processo de transição na medida em que se transformem em políticas públicas. Em um cenário de emergência climática e crise ecológica, a formulação de políticas públicas – por exemplo – para realocação das atividades ou para o incentivo ao consumo local e sazonal podem reduzir a pegada de carbono e a emissão de gases de efeito estufa contribuindo para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. Além disso, possibilita fortalecer a gastronomia local e o turismo rural. Essa redução dos deslocamentos de mercadorias induz um movimento para a sustentabilidade forte.

A criação de limites à expansão predatória do turismo também depende da formulação de políticas públicas específicas, direcionadas à gestão da demanda e da oferta turísticas locais. Assim, o pós-desenvolvimento não prescreve um modelo único, mas inspira políticas locais, plurais e territoriais, capazes de transformar os diferentes tipos de turismo em campos de experimentação de outros mundos possíveis.

A transição de um modelo econômico para outro começa de pequenas mudanças, as quais podem se expandir e virem a se tornar dominantes. A lista de iniciativas transformadoras (ou ‘soluções’) está posta, o desafio para sua implementação é ideológico, político e financeiro. Assim, o pós-desenvolvimento se revela não apenas como crítica, mas como horizonte de ação, proporcionando caminhos concretos para os diferentes tipos de turismos frente às crises socioambientais do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA. **Aventura Segura [Safe Adventure]**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://abeta.tur.br/pt/aventura-segura/>. Acesso em: 6 out. 2025.

ABETA. Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil. Brasília: **ABETA**, 2010.

ABREU, M. M.; PEZARICO, G. O Bem Viver e a agricultura familiar: reflexões preliminares para compreender implicações da técnica e trabalho. **Revista Grifos**, n. 48, p. 167–182, 2020.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, [s. l.], v. 52, n. 2, 2015.

ACOSTA, Alberto. **O bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante & Editora Autonomia Literária, 2016.

AGOSTINHO, A. Post-development: unveiling clues for a possible future. In: ZIAI, A. (org.). **Exploring Post-development, theory and practice, problems and perspectives**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo de base comunitária e bem viver**: estratégias de desenvolvimento e redução das desigualdades. [s. l.], p. 58–73, 2018.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 40, p. 231–251, 2017.

ALCÂNTARA, L.C.S.; CARRANZA, L. M. V. . Bem viver e pós-desenvolvimento a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, p. 233-254, 2024.

ALMEIDA, Márcio Lino de. **O que é a economia verde?** : mapeando a disputa pelo conceito. [s. l.], p. 110, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34496> .

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

ANA – Associação Nacional de Agroecologia. Carta Política do II ENA. Encontro Nacional de Agroecologia, 2006. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/download/carta-politica-do-ii-ena/>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

ASSIS, D. N. C. DE. Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem-Viver! Mulheres contra hegemônicas pensando uma nova forma de ser e existir. **Albuquerque: Revista de História**, v. 13, n. 26, p. 33–46, set. 2021.

ÁVILA, Carolina Álvarez. Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir: marchando entre la política, lo político y lo ontológicamente diverso en Argentina, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.76814>

ÁVILA ROMERO, Agustín. Hacia un diálogo de alternativas entre la economía solidaria y la economía social: El buen vivir como horizonte descolonial. **Cooperativismo & Desarrollo**, [S. l.], v. 26, n. 112, 2017. DOI: 10.16925/co.v25i112.2033.

AZZELINI, D. **O movimento autogestionário mundial: uma perspectiva marxista**. São Paulo: Lutas anticapital, 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: **Edições 70**, 2011.

BARROS, S. M.; PENHA, D. H. M. de la (org.). *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Embratur, 1994.

BECK, U. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BELFORT, A.; PORTO, C. *Análise e construção de cenários*. Rio de Janeiro: Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão, 2003.

BELING, Adrián E. South-North Synergies for a “civilizational transition” toward sustainability: Dialogue of knowledges among buen vivir, degrowth, and human development. **Revista Colombiana de Sociologia**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 279–300, 2019.

BENALCÁZAR, P. C.; ROSA, F. J. U. DE L. The institutionalized buen vivir: A new hegemonic political paradigm for Ecuador. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 1, 2021.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutschka M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo - Visão e Ação**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 430–457, 2017.

BISHT, A. Sand futures: Post-growth alternatives for mineral aggregate consumption and distribution in the global south. **Ecological Economics**, jan. 2022.

BLASO, V.; CINCOTTO JR, S. Convivialidade, porque sonhos não envelhecem. **Revista BIS**, ano 12, n. 53, p. 45-47, 2021.

BOCCATO-FRANCO, A. A.; NASCIMENTO, E. P. do. Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergências. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 21, p. 43-56, 2013.

BOISVERT, R. Convivialism: a philosophical manifesto. **The Pluraliste**, v. 5, n. 2, p. 57-68, 2010.

BOULDING, Kenneth E. The economics of the coming spaceship earth. **Environmental Quality in A Growing Economy: Essays from the Sixth RFF Forum**, [s. l.], v. 3, p. 1–20, 2013.

BRAMWELL, Bill. Actors, power, and discourses of growth limits. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 957–978, 2006.

BRASIL, F. S.; BRASIL, M. S. Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipacao**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 93–104, 2014.

BRASILEIRO, I.; BOUÇAS, D.; COSTA, H.; ALVARES, D. (org.). Turismo, Sustentabilidade e COVID-19: entre incertezas e esperanças (p. 4-9). – Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade – LETS/UnB, 2022. 367 p.: Il. – (Coleção Travessias). Disponível em: <<https://lets.etc.br>> . Acesso em: 13/08/2025.

BREMNER, C. Sustainable Tourism Critical to Recovery in Latin America. *Euromonitor*, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/article/sustainable-tourism-critical-to-recovery-in-latin-america>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **The Brundtland Report: “Our Common Future”**. FGV. Rio de Janeiro: 1988.

BURGOS, Andrés; MERTENS, Frédéric. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, El Sauzal, v. 13, n. 1, p. 57–71, 2015.

CAILLÉ, A. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 26-56, 2001.

_____. O Convivialismo: uma ideia nova para evitar a catástrofe. **Instituto Humanistas Unisinos**, v. 11, 2013.

CAMPAGNA, C.; GUEVARA, D.; LE BOEUF, B. Sustainable development as deus ex machina. **Biological Conservation**, v. 209, p. 54-61, 2017.

CARSON, Raquel. **Primavera Silenciosa - Rachel Carson - Pt.Pdf**. [S. l.: s. n.], 1969.

CASTELLS, M. **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

CAVALCANTI, C. A concepção de desenvolvimento do Butão: uma aplicação inédita dos princípios da economia ecológica. **Ciência e Ambiente**, n. 50, p. 5-16, 2015.

CAVE, Jenny; DREDGE, Dianne. Regenerative tourism needs diverse economic practices. **Tourism Geographies**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 503–513, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1768434>.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senac, 2010.

CECHIN, Andrei. Fundamento Central da Economia Ecológica. **Economia do Meio Ambiente**, [s. l.], n. Janeiro 2009, p. 462, 2018.

CLARK, W. C.; HARLEY, A. G. Sustainability Science: Towards Synthesis. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 45, p. 331-386, 2020.

COBBINAH, P. B. Contextualising the meaning of ecotourism. *Tourism Management Perspectives*, v. 16, p. 179–189, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.07.015>.

COTTERELL, Debbie *et al.* Overcommitted to tourism and under committed to sustainability: the urgency of teaching “strong sustainability” in tourism courses. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 7, p. 882–902, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1545777>.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. Doctrines of development. London; New York: Routledge, 2005.

COWIE, R. H.; BOUCHET, P.; FONTAINE, B. The Sixth Mass Extinction: fact, fiction or speculation? **Biological Reviews**, v. 92, n. 2, p. 640-663, abr. 2022.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007-. ISSN 1098-6596.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, S. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. **Iberoamerican Journal of Development Studies**, v. 5, n. 2, p. 30–57, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L. Good Living Goals. A proposal for the construction of a global trans-development. **Alternautas**, v. 6, n. 2, p. 71–87, 2019.

CYRUS, C.; PRATT, K. Ecotourism Index: The best holiday destinations for nature lovers. *Forbes*, 2023. Disponível em: <https://www.forbes.com/uk/advisor/travel-insurance/ecotourism-destinations/>. Acesso em: 6 out. 2025.

DALY, H.E., Beyond growth: the economics of sustainable development. **Beacon press**. 1997.

DALY, Herman E. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DEFINIÇÕES , PRINCÍPIOS , [s. l.], 2002.

DAS, M.; CHATTERJEE, B. Ecotourism: A panacea or a predicament?. *Tourism Management Perspectives*, v. 14, p. 3-16, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.01.002>.

DEMARIA, Federico *et al.* What is degrowth? from an activist slogan to a social movement. **Environmental Values**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 191–215, 2013.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. 4th ed. **Thousand Oaks: Sage**, 2011.

DIAMOND, Jared. **Collapse – how societies choose to fail or succeed**. New York: Norton, 2005.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, p. 230–255, 2021.

DINERSTEIN, A. C.; DENEULIN, S. Hope Movements: Naming Mobilization in a Post-development World. **Development and Change**, v. 43, n. 2, p. 585–602, mar. 2012.

DOURADO, N. P. Territorialidade camponesa e o bem viver agroecológico. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 41 Ago., p. 212–241, set. 2021.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development – historical roots of the concept. **Environmental Sciences**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 83–96, 2006.

DUNLAP, Alezander *et al.* Post-Development and Degrowth: Volume 1. **Tvergastein. Interdisciplinary Journal of the environment**, [s. l.], v. 1, 2021.

DUNLAP, Alezander; RUELAS, Alejandro; SØYLAND, Lisa. Debates in Post-development and degrowth. **Tvergastein. Interdisciplinary Journal of the environment**, [s. l.], v. 2, p. 229, 2023.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

EHRLICH, P. **The population Bomb**. California: A Sierra Club Ballantine Book, 1970.

ENGER, A.; SANDVIK, K.; IVERSEN, E. K. Developing scenarios for the Norwegian travel industry 2025. *Journal of Tourism Futures*, v. 1, n. 1, p. 6-18, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-12-2014-0018>.

ENRIQUEZ, Maria Amélia e GOMES, Gisella Colares. Justiça distributiva e eficiência econômica { uma perspectiva ecológica-econômica dos condicionantes do desacoplamento, p. 235-252 In Léna, Philippe e Nascimento, Elimar Pinheiro do. *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ERNST, K.; VAN RIEMSDIJK, M. Climate change scenario planning in Alaska's national parks: Stakeholder involvement in the decision-making process. *Applied Geography*, v. 45, p. 22-28, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.apgeog.2013.08.004>.

ESCOBAR, Arturo. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. **Sustainability Science**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 451–462, 2015.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, [s. l.], p. 133–168, 2005.

ESCOBAR, Arturo. “Post-development” as concept and social practice. **Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives**, [s. l.], p. 18–31, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Reframing civilization(s): from critique to transitions. **Globalizations**, [s. l.], p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2021.2002673>.

ESCOBAR, Arturo. Transiciones: a space for research and design for transitions to the pluriverse. **Design Philosophy Papers**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 13–23, 2015.

EVERINGHAM, Phoebe; CHASSAGNE, Natasha. Post COVID-19 ecological and social reset: moving away from capitalist growth models towards tourism as Buen Vivir. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. ..., 2020. DOI: 10.1080/14616688.2020.1762119.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2001 (5ª edição)

FBES – **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Carta de Princípios da Economia Solidária. 2005. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FENNELL, D. A. *Handbook of Ecotourism*. London: Routledge, 2022.

FERNANDES, V. Parque Nacional do Iguaçu receberá investimento de R\$ 600 milhões. *Panrotas*, 2022. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2022/07/parque-nacional-do-iguacu-recebera-investimento-de-r-600-milhoes_190762.html. Acesso em: 6 out. 2025.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico1. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113–144, dez. 2017.

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território: por caminhos da revolução dos povos do Brasil**. Arataca (Ba): Teia dos povos, 2021.

FITZPATRICK, N.; PARRIQUE, T.; COSME, I. Exploring degrowth policy proposals: A systematic mapping with thematic synthesis. **Journal of Cleaner Production**, v. 365, n. June, 2022.

FLETCHER, Robert *et al.* Tourism and degrowth: an emerging agenda for research and praxis. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1745–1763, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1679822>.

FONSECA, J. M. A. A.; MELO, S. M. C. de; CARVALHO, W. G. de. O Ecoturismo como alternativa sustentável para gestão da RPPN Catedral do Jalapão (TO). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 11, n. 1, p. 9-31, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2018.v11.6663>.

FONSECA, R. A. A. *et al.* Por outros modos de bem viver: o pluriverso de alternativas. **E-cadernos CES**, n. 38, dez. 2022.

FOUKSMAN, E.; KLEIN, E. Radical transformation or technological intervention? Two paths for universal basic income. **World Development**, v. 122, p. 492–500, out. 2019.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, v. 7, p. 155–174, 2007.

- FRANCO, M.; FRANCO, J. L. de A.; CUNHA, A. Ecoturismo, Conservação da Natureza e Deep Ecology: uma Reflexão sobre o Turismo como Experiência de Ampliação da Consciência. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 10, n. 2, p. 97-115, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i2.p97-115>.
- FREI BETO. **Gustavo Gutiérrez, pai da teologia da libertação**. Instituto Humanitas Unisinos, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/611080-gustavo-gutierrez-pai-da-teologia-da-libertacao>>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- FROST, W.; LAING, J.; BEETON, S. The Future of Nature-Based Tourism in the Asia-Pacific Region. *Journal of Travel Research*, v. 53, n. 6, p. 721-732, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0047287513517421>.
- FRIGGERI, F. P. Good Living and Indoamerican Socialism: An Epistemic-Political Search. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, v. 36, n. 105, p. 1–17, 2021.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento: entropia, ecologia e economia**. São Paulo: Senac, 2013.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- GERBER, J.-F.; RAINA, R. S. Post-Growth in the Global South-Some Reflections-India and Bhutan. **Ecological Economics**, p. 353–358, 2018.
- GERVAZIO, W. *et al.* Sustentabilidade e bem viver segundo os agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Paulo, na Amazônia norte mato-grossense, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, 2022.
- GIBSON-GRAHAM, J. Katherine. Diverse economies: Performative practices for “other worlds”. **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 32, n. 5, p. 613–632, 2008.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. Surplus possibilities: postdevelopment and community economies. **Singapore Journal of Tropical Geography Lecture Series**, v. 26, n.1, p. 4-26, 2005.
- GILDING, P. **A grande ruptura: como a crise climática vai acabar com o consumo e criar um novo mundo**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.
- GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GODET, M. *From Anticipation to Action: A Handbook of Strategic Prospective*. Paris: Unesco Publishing, 1991.
- GORZ, A. **Ecologie et politique**. Paris: Galilée, 1975.
- GÖSSLING, S.; HALL, C. M.; EKSTRÖM, F.; ENGESET, A.; AALL, C. Transition management: A tool for implementing sustainable tourism scenarios?. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 20, n. 6, p. 899-916, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.699062>.

GSTC - GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL. *Costa Rica – CST Standard (GSTC-Recognized Standard)*. 2020. Disponível em: <https://www.gstc.org/costa-rica-cst-standard-gstc-recognized-standard/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Transitions to Post-Extractivism: Directions, Options, Areas of Action. **Beyond Development: Alternative Visions From Latin America**, [s. l.], p. 165–189, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. “Buen Vivir: Today’s tomorrow”, **Development**, v. 54, n. 4, p. 441-7, 2011.

GUERRA, D. A. DE P. X. F. *et al.* Elementos do Bem Viver dos Povos Indígenas Brasileiros. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, p. e3112541072, abr. 2023.

HALL, C Michael. Sustainable Tourism Beyond BAU (Brundtland as Usual): Shifting From Paradoxical to Relational Thinking?. **Frontiers in Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 1, n. June, 2022.

HANAČEK, Ksenija *et al.* Ecological economics and degrowth: Proposing a future research agenda from the margins. **Ecological Economics**, [s. l.], v. 169, n. March 2019, 2020.

HEAD, Brian W. *et al.* Wicked problems in public policy. **Public policy**, v. 3, n. 2, p. 101, 2008.

HICKEL, Jason *et al.* **Degrowth can work - here’s how science can help**. [S. l.: s. n.], 2022.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. *et al.* Good Living Goals An alternative proposal to the Sustainable Development Goals. **Iberoamerican Journal of Development Studies**, v. 8, n. 1, p. 6–57, 2019.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya *et al.* Degrowing tourism: rethinking tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1926–1944, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1601732>.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya. More than an “industry”: The forgotten power of tourism as a social force. **Tourism Management**, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 1192–1208, 2006.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. No Title. **Tourism Management Perspectives**, [s. l.], v. null, n. null, p. null, 2017.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya. Sustainable tourism: Sustaining tourism or something more?. **Tourism Management Perspectives**, [s. l.], v. 25, n. October, p. 157–160, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tmp.2017.11.017>.

HIGGINS-DESBIOLLES, Freya. The “war over tourism”: challenges to sustainable tourism in the tourism academy after COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 551–569, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1803334>.

HONEY, M. Ecotourism and sustainable development: who owns paradise? 2. ed. Washington, DC: **Island Press**, 2008.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O’BRIEN, Geoff. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 38–52, 2005.

ICE – INSTITUTO COSTARRICENSE DE ELECTRICIDAD. *Matriz eléctrica costarricense: generación renovable alcanza 99% en 2023*. San José, 2023. Disponível em: <https://www.grupoice.com>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ICMBIO. Edital de Concessão para o Itatiaia é publicado. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/edital-de-concessao-para-o-itatiaia-e-publicado>. Acesso em: 6 out. 2025.

ICT – INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO. *Certificado de Sostenibilidad Turística (CST)*. San José, 2024. Disponível em: <https://www.ict.go.cr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ICT – INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO. *Programa Bandera Azul Ecológica*. San José, 2024. Disponível em: <https://www.ict.go.cr/es/servicios/programas/programa-bandera-azul-ecologica.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Sintra: Editora Europa-América, 1973. Disponível em: <<http://library.lol/main/47196EE79A74E40BF81E4B52D91289A3>>.

INEC. *Costa Rica en cifras 2024*. 2024. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/ijhdt/ewcc/>. Acesso em 26 de dezembro de 2024.

INSTITUTO SEMEIA. *Parques como vetores de desenvolvimento para o Brasil*. São Paulo: Instituto Semeia, 2021. Disponível em: <https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/parques-como-vetores-de-desenvolvimento-para-o-brasil-2021/>. Acesso em: 6 out. 2025.

INTERNATIONALE CONVIVIALISTE. **Second manifeste convivialiste: pour un monde post-néolibérale**. Paris: Actes du Sud, 2020.

JACKSON, Tim. Prosperidade sem Crescimento: Vida Boa em um Planeta Finito. **Planeta Sustentável**, [s. l.], p. 239, 2013.

JOHANISOVA, N.; CRABTREE, T.; FRANKOVÁ, E. Social enterprises and non-market capitals: a path to degrowth? **Journal of Cleaner Production**, v. 38, p. 7–16, 2012.

KAHLAU, C.; SCHNEIDER, A. H.; SOUZA-LIMA, J. E. DE. Tecnologia Social como Alternativa ao Desenvolvimento: indagações sobre Ciência. Tecnologia e Sociedade. **R. Tecnol. Soc**, 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts>

KALLIS, G. In defence of degrowth. Elsevier, **Ecological Economics**, v. 70, p. 873–880, 2011.

KAUL, S.; AKBULUT, B.; DEMARIA, F.; GERBER, J.-F. Alternatives to sustainable development: what can we learn from the pluriverse in practice? **Sustainability Science**, v. 17, p. 1149–1158, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

- KOLBERT, E. **A Sexta Extinção: uma história não natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- KOMASI, H.; ZOLFANI, S. H.; CAVALLARO, F. The COVID-19 Pandemic and Nature-Based Tourism, Scenario Planning Approach (Case Study of Nature-Based Tourism in Iran). *Sustainability*, v. 14, n. 7, p. 3954, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14073954>.
- KOPNINA, H., Washington, H., Taylor, B. *et al.* Anthropocentrism: More than Just a Misunderstood Problem. *J Agric Environ Ethics* 31, 109–127, 2018.
- KOTHARI, Ashish; *et al.* **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. Editora Eled. São Paulo: [s. n.], 2021.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- KUENEN, Lola. **From overtourism to under-tourism – and back?** 2022. [s. l.], 2022.
- LACERDA, Paulo Henrique Ferreira; CAVALCANTE, Mariana Magalhães; ANDRADE-MATOS, Mariana Bueno de. A Teoria da Complexidade de Edgar Morin nos Estudos de Turismo. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 16, n. 4, 2024. DOI: 10.18226/21789061.v16i4p1054. Disponível em: <https://sou.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/13224>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: [s. n.], 2009.
- LATOUCHE, S. **Le pari de la décroissance**. França: Fayard, 2006.
- _____. **La apuesta por el decrecimiento: ¿Cómo salir del imaginário dominante?** 2. ed. Barcelona: Icaria, 2009.
- _____. **La abundância frugal como arte de vivir**. Vilassar del Dart: El viejo Topo, 2021.
- LEÃO, A. L. M. D. S.; FERREIRA, B. R. T.; GOMES, V. P. D. M. Um “elefante branco” nas dunas de Natal? Uma análise pós-desenvolvimentista dos discursos acerca da construção da Arena das Dunas. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 4, p. 659–687, jul. 2016.
- LECHAT, N. M. P.; RITTER, C.; LEMES, F. R. M.; SCHIRMER, T. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Civitas. Revista de Ciências Sociais*, v. 7, p. 175–194, 2007.
- LEMONS, W. G. D. S.; BELLO, E. Bem-viver e comum: alternativas do constitucionalismo econômico e ecológico latino-americano ao modelo capitalista de produtivismo extrativista. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 10, n. 2, p. 158–184, maio 2019.
- LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LOVELOCK, J. As Eras de Gaia: a biografia da nossa Terra viva. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

LÖWY, M. O que é o ecosocialismo? São Paulo: Cortez, 2022.

_____. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecosocialista, p. 147-156. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade sem crescimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MACÍAS, P. G. G. Sumak Kawsay: Una cosmovisión desde el sur con sentido de justicia bio-social. **Anuario Iberoamericano de Derecho Internacional Penal**, v. 5, p. 138–156, maio 2017.

MADER, R. Latin American Ecotourism: What is it?. *Current Issues in Tourism*, v. 5, n. 3-4, p. 272–279, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13683500208667923>.

MADRUGA, L. A. Os povos indígenas e o Estado brasileiro: reflexões sobre o conceito de desenvolvimento e as propostas do bem viver. **Diálogo**, n. 41, p. 25, ago. 2019.

MARANHÃO, C. H. S.; AZEVEDO, F. F. A. Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 12, n. 1, p. 9-35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2019.v12.6714>.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUARDT, Bernd. Historia de la sostenibilidad. Un concepto medioambiental en la historia de Europa central (1000-2006). **Historia Crítica**, [s. l.], n. 32, p. 172–197, 2006.

MARQUES, Nayara Rodrigues; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Alternativas ao crescimento econômico sem limites: proposições e práticas do pós-desenvolvimento. **Mercartor**. 2025.

MARQUES, Nayara Rodrigues; ARAÚJO, Renata Camargo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Alternativas ao desenvolvimento sustentável: o pós-desenvolvimento. In **Introdução ao desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2025.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: Tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 433–459, 2015.

MARTINEZ-ALIER, J.; PASCUAL, U.; VIVIEN, F.; ZACCAI, E. Sustainable de-growth: mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological Economics**, v. 69, p. 1741–1747, 2010.

MARTINS, P. H. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 163-196, 2017.

_____. **Políticas da dádiva**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2023.

MARTINS, A. Prêmio Nacional do Turismo 2018: conheça as iniciativas vencedoras. *Ministério do Turismo*, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/premio-nacional-do-turismo-2018-conheca-as-iniciativas-vencedoras>. Acesso em: 6 out. 2025.

MARTINS, P. C.; SILVA, C. A. da. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo?. *Revista Turismo em Análise*, v. 29, n. 3, p. 487–505, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i3p487-505>.

MARTINS, P. H. Bien Vivir, uma metáfora que libera a experiência sensível dos Direitos Coletivos na Saúde. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, v. 6, n. 16, p. 12–23, 2014.

MASARO, L. O grande medo do colapso. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 9, n. 3, p. 247-272, dez. 2021.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. The results of ecotourism policies in protected areas in Brazil and Canada. *Brazilian Journal of Tourism Research*, v. 11, n. 3, p. 454-479, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1336>.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. *Limites do Crescimento*. São Paulo: **Editora Perspectiva**, 1972.

MEADOWS, D. *Il faut mettre fin à la croissance incontrôlée, le cancer de la société*. **Le Monde**, abr. 2022.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, [s. l.], v. 18, n. 6, p. 493–520, 1998.

MENEZES, P. C. C.; SOUZA, T. V. S. B.; FOLMANN, A. C. Brazilian Trails Network and Connectivity, Putting a Recreation Infrastructure to Work for Conservation Gains. *Tourism Planning & Development*, v. 19, n. 3, p. 227-234, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/21568316.2021.1917448>.

MENSAH, Justice. Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review, *Cogent Social Sciences*, 5:1, 1653531, 2019. DOI: 10.1080/23311886.2019.1653531

MEZA-SÁNCHEZ, N. Certificaciones de Sostenibilidad Turística: los casos de Costa Rica y España. *Revista Tecnología En Marcha*, 30(5), 63–72, 2017. <https://doi.org/10.18845/tm.v30i5.3225>

MILANO, Claudio. Overtourism, Social Unrest and Tourismphobia. A controversial debate. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 551–564, 2018.

MILANO, Claudio; KOENS, Ko. The paradox of tourism extremes. Excesses and restraints in times of COVID-19. **Current Issues in Tourism**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 219–231, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13683500.2021.1908967>.

MILANO, Claudio; NOVELLI, Marina; CHEER, Joseph M. Overtourism and degrowth: a social movements perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1857–1875, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1650054>.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOORE, J. Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: **Elefante**, 2022.

MORIN, E. **Vers l’abîme?** Paris: L’Herne, 2007.

MORIN, E. La voie. Pour l’avenir de l’humanité. Paris: Fayard, 2011. (A via para o futuro da humanidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013).

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª edição. Brasil: Editora Sulina, 2011.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. — Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIARTY, J. P. Theorising scenario analysis to improve future perspective planning in tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 20, n. 6, p. 779–800, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.673619>.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.; MITTERMEIER, C.; FONSECA, G. A. B. da; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853–858, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1038/35002501>.

NAESS, A.; ROTHENBERG, D. Vers l’écologie profonde. Marseille: Wildproject, 2009.

NASCIMENTO, E. P. do. Convivialismo: que bicho é este? **Revista Será?**, v.15, 2021.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Um mundo de riscos e desafios – Conquistar a sustentabilidade, reinventar a democracia e eliminar a nova exclusão social**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2020.

NASCIMENTO, E. P. do; TASSO, J. P. F. Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições. **Paper do NAEA**, v. 28, n. 1, 2019.

NAVARRO-DRAZICH, D.; CHRISTEL, L. G.; GERIQUE, A.; GRIMM, I.; RENDÓN, M. L.; ALCÂNTARA, L. S.; ABRAHAM, Y.; CONDE, M. R.; SIMÓN, C. Climate change and

tourism in South and Central America, **Journal of Sustainable Tourism**, 2023. DOI: 10.1080/09669582.2023.2210783

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

NETTO, Alexandre Panosso; OLIVEIRA, J. Laize Soares; SEVERINI, Valéria Ferraz. Do overtourism à estagnação. Reflexões sobre a pandemia do Coronavírus e o turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 26–43, 2020.

NEUMAYER, Eric. Weak versus Strong Sustainability. **Weak versus Strong Sustainability**, [s. l.], 2013.

NIRMAL, P.; ROCHELEAU, D. Decolonizing degrowth in the post-development convergence: Questions, experiences, and proposals from two Indigenous territories. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 2, n. 3, p. 465–492, set. 2019.

NISBET, R. Social Change and History: Aspects of the Western Theory of Development. New York: Oxford University Press, 1969.

NUNES, B. F.; MARTINS, P. H. Apresentação: dádiva e solidariedades urbanas. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1 e 2, p. 9–23, 2001.

OMENA, M. T.; BREGOLIN, M. The Importance of Regional Trails for the Viability of the Brazilian Long Trails Network. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190053r2vu2020L5AO>.

O'NEILL, Daniel W *et al.* A good life for all within planetary boundaries. **Nature Sustainability**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 88–95, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41893-018-0021-4>>.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

ONU TURISMO. Organização Mundial do Turismo. **Sustainable development**. 2008. Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development>

PEGAS, F. de V.; CASTLEY, J. G. Ecotourism as a conservation tool and its adoption by private protected areas in Brazil. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 4, p. 604–625, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2013.875550>.

PEÑA FORERO, Elcy Del Pilar. Una aproximación del Buen Vivir y el Turismo Rural como Alternativas de Desarrollo del Municipio de Cajamarca, Colombia. **Compendium**, [s. l.], v. 23, n. 44, p. 1–28, 2020.

PIAIA, E.; WEDIG, J. K. O bem-viver Kaingang como contraponto à colonialidade e ao desenvolvimento. **Polis (Santiago)**, v. 21, n. 62, abr. 2022.

PINKER, S. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

PINTO, M. J. A. The past, present, and future of tourism education in Brazil in the context of COVID-19. 2021. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/72815>. Acesso em: 6 out. 2025.

PIRES, P. S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo - Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 75–92, 1998. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1392>. Acesso em: 6 out. 2025.

PORTO, C.; NASCIMENTO, E. P.; AGUIAR, E.; VENTURA, R.; BUARQUE, S. C. Quatro cenários para o Brasil (2005-2007). Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

POSTMA, A. The Future of Visitor Attractions in The Netherlands. **Tourism Recreation Research**, v. 39, n. 3, p. 437-452, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2014.11087010>.

POSTMA, A. Investigating scenario planning – a European tourism perspective. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 1, p. 46-52, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-12-2014-0020>.

POZZEBON, M.; FONTENELLE, I. A. Fostering the post-development debate: the Latin American concept of tecnologia social. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1750–1769, set. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de desenvolvimento humano (RDH-PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 1990**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>.

QUINTERO, Pablo. Suma Qamaña, Suma Jakaña, Qamir Qamaña: debates Aymara sobre o Bem Viver na Bolívia. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 112–131, jan./jun. 2018.

RAWORTH, K. **Economia donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987-2005): An oxymoron comes of age. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 212–227, 2005.

REDE TRILHAS. *A Rede Trilhas e as UCs*. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <http://www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/rede-trilhas/a-rede-trilhas-e-as-ucs>. Acesso em: 6 out. 2025.

REES, W. E. End game: the economy as eco-catastrophe and what needs to change. **Real World Economics Review**, n. 87, p. 132-148, 2019.

REZENDE FILHO, Mozart Fazito. Futuro do Turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 6–16, 2020.

RIPPLE, W. J.; WOLF, C.; NEWSOME, T. M.; GALETTI, M.; ALAMGIR, M.; CRIST, E.; MAHMOUD, M. I.; LAURANCE, W. F. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. **BioScience**, v. 67, n. 12, p. 1026–1028, 2017.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* A safe operation space for humanity. **Nature**, [s. l.], v. 461, n. September, p. 472–475, 2009.

ROCKSTRÖM, J. **10 years to transform the future of humanity or destabilize the planet.** TED Talk, 10 out. 2020. Disponível em: https://www.ted.com/talks/johan_rockstrom_10_years_to_transform_the_future_of_humanity_or_destabilize_the_planet.

ROCKSTRÖM, J., Gupta, J., Qin, D. *et al.* Safe and just Earth system boundaries. **Nature** 619, 102–111, 2023. <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>

RODRIGUES, Osvaldino Marra. Vista do Pensamento, proposição e mundo: notas de um rascunho sobre o Tratado Lógico-Filosófico. **Revista Opinião Filosófica**, Jul/Dez. de 2010, n. 02, v.01, p. 151-160.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto.** Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUTTENBERG, Tara. Alternatives to Development in Surfing Tourism: A Diverse Economies Approach Alternatives to Development in Surfing Tourism: A Diverse Economies Approach. **Tourism Planning & Development**, [s. l.], p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21568316.2022.2077420>.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, A. B. (2023). **A terra dá, a terra quer.** Brasília: UBU.

SANTOS, L. C. R. *et al.* Agroecologia: saberes e práticas locais como componentes do Bem Viver. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, p. 1–22, 2017.

SANTOS *et al.*, **Introdução ao desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2025.

SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTINEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability: introduction to this special issue. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, p. 511–518, abr. 2010.

SCHNEIDER, F.; BAYON, D.; FLIPO, F. Decrecimiento: 10 preguntas para comprenderlo y debatirlo. Mataró: Editor El Viejo Topo, 2011.

SCHWARTZ, P. **The Art of the Long View: planning for the future in an uncertain world.** New York: Crown Business, 2005.

SCOTT, D.; GÖSSLING, S. What could the next 40 years hold for global tourism?. **Tourism Recreation Research**, v. 40, n. 3, p. 269-285, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2015.1075739>.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia de Bolso, 2010.

SEVILLA GUSMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, p. 35-45, 2001.

_____. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, p. 18–28, 2002.

SHARPLEY, Richard. Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 28, n. 11, p. 1932–1946, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1779732>.

SILVA, L. How ecotourism works at the community-level: the case of whale-watching in the Azores. **Current Issues in Tourism**, v. 18, n. 3, p. 196–211, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2013.786027>.

SINAC – SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN. **Estadísticas de cobertura protegida 2023**. San José, 2024. Disponível em: <https://www.sinac.go.cr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMIL, V. **Grand Transitions: How the Modern World Was Made**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

SODRÉ, M. T.; HESPAÑHOL, R. A. DE M. Limites do pós-desenvolvimento na crítica ao desenvolvimento. **Mercator**, v. 21, n. 1, p. 1–11, jun. 2022.

SOLON, P. **Alternativas sistêmicas**. São Paulo: Elefante, 2019.

SOTO, D. P. El buen vivir como racionalidad económica alternativa-2019. **Analecta Política**, v. 9, n. 17, p. 277–298, 2019.

SPANGENBERG, Joachim H. Sustainability science: A review, an analysis and some empirical lessons. **Environmental Conservation**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 275–287, 2011.

STEFFEN, W.; ROCKSTRÖM, J.; RICHARDSON, K. et al. Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. **PNAS**, v. 15, n. 33, p. 8252-8259, 2018.

STEFFEN, Will *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, [s. l.], v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1259855>.

STEFFEN, Will *et al.* The trajectory of the anthropocene: The great acceleration. **Anthropocene Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015.

TALEB, N. N. **A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável**. 19. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2008.

TASSO, Paulo Faria; PINHEIRO, Elimar. Mandala da sustentabilidade no turismo : um instrumento crítico e propositivo. *In: TURISMO, SUSTENTABILIDADE E COVID-19 ENTRE INCERTEZAS E ESPERANÇAS*. Brasília: [s. n.], 2022.

TASSO, João Paulo Faria; SILVA, David Leonardo Bouças da; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Mandala da Sustentabilidade no Turismo: um instrumento crítico e propositivo. **Mercator** (Fortaleza), v. 23, e23008, p. 1–16, 2024. DOI: 10.4215/rm2024.e23008.

THAPA, K.; KING, D.; BANHALMI-ZAKAR, Z.; DIEDRICH, A. Nature-based tourism in protected areas: a systematic review of socio-economic benefits and costs to local people. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 29, n. 7, p. 625–640, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504509.2022.2073616>.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is Ecotourism?** [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em: 6 out. 2025.

THEYS, Jacques; GUIMONT, Clémence. « Nous n ’ avons jamais été “ soutenables ” : pourquoi revisiter aujourd ’ hui la notion de durabilité forte ? ». [s. l.], v. 10, n. im, p. 0–25, 2019.

THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. **BMC Med. Res. Methodol**, v. 8, n. 1, p. 1–10, 2008. <https://doi.org/10.1186/1471-2288-8-45>.

TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews: Using the Past and Present to Explore the Future. **Human Resource Development Review**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 404–428, 2016.

TRAVELPULSE. How Costa Rica is Leading the Way in Sustainable Tourism. **TravelPulse**, 2023 (aproximadamente). Disponível em: <https://www.travelpulse.com/news/destinations/how-costa-rica-is-leading-the-way-in-sustainable-tourism>. Acesso em: 09 jun. 2025.

TREJOS, B.; CHIANG, L.-H. N.; HUANG, W.-C. Support Networks for Community-Based Tourism in Rural Costa Rica. **The Open Area Studies Journal**, v. 1, n. 1, p. 16-25, 2008. DOI: 10.2174/1874914300801010016.

TZEKOU, E. E.; GRITZAS, G. The interconnection between ecology and direct democracy in alternative food networks. **Partecipazione e Conflitto**, v. 16, n. 1, p. 138–159, 2023.

UN TOURISM. Ecotourism and protected areas. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development/ecotourism-and-protected-areas>. Acesso em: 6 out. 2025.

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Costa Rica’s Blue Flag Ecological Program: a model for integrated sustainable development. Nairobi, 2012. Disponível em: <https://www.unep.org>. Acesso em: 3 jun. 2025.

VALDIVIELSO, Joaquín; MORANTA, Joan. The social construction of the tourism degrowth discourse in the Balearic Islands. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1876–1892, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1660670>.

VAN DER HEIJDEN, K. *Scenarios: The Art of Strategic Conversation*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, 1996.

VAN GRIETHUYSEN, P. Bona diagnosis, bona curatio: how property economics clarifies the degrowth debate. **Ecological Economics**, v. 84, p. 262–269, 2012.

VAN TASSELL, D. H.; DANIEL, S. K. The Paradox of Ecotourism in Costa Rica: Can Economic Development and Environmental Preservation Co-Exist?. **Delaware Review of Latin American Studies**, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2006. Disponível em: <http://udspace.udel.edu/handle/19716/19566>. Acesso em: 6 out. 2025.

VARGAS, Rodrigo Cuevas; ZUÑIGA, Christian Henríquez; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer. Community-based tourism: The good living perspective as an alternative to development in Latin America and the Abya Yala. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 54, p. 167–183, 2020.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. A primeira utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. XX, n. 2, p. 233–252, 2017.

_____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010.

VENTURIN, E.; DESIDÉRIO, S. S.; SOGLIO, F. K. D. Agroecologia e Bem viver: promovendo saúde coletiva. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 1, p. 264–280, mar. 2023.

VICENCIO MURILLO, Yessica; BRINGAS RÁBAGO, Nora L. Conflictos entre la conservación y el turismo en áreas naturales protegidas: el buen vivir como aspiración para Bahía de los Ángeles. **Teoría y Praxis**, [s. l.], v. 9, n. Especial, Marzo 2014, p. 49–73, 2014.

VISIT COSTA RICA. Sustainability. **Visit Costa Rica**. Disponível em: <https://www.visitcostarica.com/sustainability> . Acesso em: 6 jun. 2025.

YEOMAN, I.; McMAHON-BEATTIE, U. New Zealand Tourism: Which Direction Would it Take?. **Tourism Recreation Research**, v. 39, n. 3, p. 415-435, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2014.11087009>.

YEOMAN, I.; McMAHON-BEATTIE, U. Future past of tourism: critical reflection's on the rise of tourism futures. **Tourism Geographies**, p. 1-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616688.2023.2270937>.

YEOMAN, I.; POSTMA, A.; HARTMAN, S. Scenarios for New Zealand tourism: a COVID-19 response. **Journal of Tourism Futures**, v. 8, n. 2, p. 177-193, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-07-2021-0180>.

WALLACE-WELLS, D. **A Terra inabitável: uma história do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2014.

WEHRDEN, H., C. LUEDERITZ, J. LEVENTON, AND S. RUSSEL. 2017. “Methodological challenges in sustainability science: A call for method plurality, procedural rigour, and longitudinal research.” **Challenges in Sustainability** 5(1): 35–42. Disponível em: <<https://doi.org/10.12924/cis2017.05010035>>.

WEIZSÄCKER, E. U. von; WIJLMAN, A. **Come on!:** capitalism, short-termism, population and the destruction of the Planet – A Report to the Club of Rome. Springer, 2018.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987.

WORLD ECONOMIC FORUM. Latin America’s Tourism Industry Must Address Long-Standing Shortfalls to Bounce Back after COVID-19. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/press/2020/07/latin-america-s-tourism-industry-must-address-long-standing-shortfalls-to-bounce-back-after-covid-19/>. Acesso em: 6 out. 2025.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Travel & Tourism Development Index 2021:** Rebuilding for a Sustainable and Resilient Future. 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/travel-and-tourism-development-index-2021/>. Acesso em: 6 out. 2025.

ZIAI, A. **Exploring Post-development:** Theory and Practice, Problems and Perspectives. [s.l.] Routledge, 2007.

APÊNDICES

O apêndice reúne os resumos dos cinco artigos e capítulos de livro que foram escritos simultâneos à pesquisa desta tese, ao longo do tempo de doutoramento no CDS (2021 a 2025) e publicados entre 2022 e 2024. São publicações que, embora não estejam no foco da tese, com ela dialogam de forma diferenciada.

I. ANÁLISE DE DISCURSOS APLICADA A CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Capítulo de livro (2022)

FAZITO, Mozart.; MARQUES, Nayara. Análise de discursos aplicada a conflitos socioambientais em contextos de desenvolvimento turístico. In. BRASILEIRO, I.; BOUÇAS, D.; COSTA, H.; ALVARES, D. (org.). **Turismo, Sustentabilidade e COVID-19: entre incertezas e esperanças** (p. 292-308). – Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade – LETS/UnB, 2022. 367 p.: Il. – (Coleção Travessias). Disponível em: <https://lets.etc.br>. Acesso em: 08 ago. 2024.

Resumo

Em um mundo de crises e conflitos, diferentes autores propõem que pesquisas acadêmicas aprofundem suas análises para além dos paradigmas dominantes da contemporaneidade. Este artigo teórico-metodológico revisa o estado da arte da aplicação da análise de discurso inspirada em Foucault no estudo de crises ou conflitos socioambientais em contextos de desenvolvimento turístico. A partir de uma diversidade de procedimentos e técnicas, propõe-se um método detalhado capaz de compreender com profundidade os processos de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento e de expor suas relações de poder. Assim, são valorizadas diferentes perspectivas que podem ser invisibilizadas na pesquisa tradicional de turismo. Sugere-se que a pandemia da COVID-19 proporcionou a reconstrução de um outro turismo em nível global, mais saudável e rico, mas cujo processo tende a ser manipulado em direção ao retorno do turismo ao que era, com seus problemas e mazelas, em nome de interesses empresariais de grupos de poder, e que nos distancia da civilização. Conclui-se que a metodologia de análise aqui proposta é capaz de expor esse processo e contribuir para um turismo mais capaz de expandir a humanidade e o cuidado com o planeta.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Turismo; Análise de Discurso Foucaultiana; Turismo Crítico; Políticas Públicas.

II. PLÁSTICOS DE USO ÚNICO NO TURISMO COSTEIRO: UM DEBATE URGENTE

Capítulo de livro (2022)

COSTA, Helena; GIL, Jaqueline; NASCIMENTO, Elimar; TURRA, Alexander; BOUÇAS, David; MARQUES, Nayara; SOUTO, Júlia. Plásticos de uso único no turismo costeiro: um debate urgente. In. BRASILEIRO, I.; BOUÇAS, D.; COSTA, H.; ALVARES, D. (org.). **Turismo, Sustentabilidade e COVID-19: entre incertezas e esperanças** (p. 237-260). – Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade – LETS/UnB, 2022. 367 p.: Il. – (Coleção Travessias). Disponível em: <https://lets.etc.br>. Acesso em: 08 ago. 2024.

Resumo

O capítulo aborda a poluição por plásticos de uso único no litoral brasileiro e nos oceanos, refletindo sobre o posicionamento do setor de turismo diante deste desafio global contemporâneo e urgente. O turismo tem duplo papel em relação à poluição plástica: é tanto gerador quanto afetado. São expostos o olhar internacional e a perspectiva brasileira sobre as iniciativas para enfrentar a questão. É central na análise a pesquisa de campo realizada com 84 entrevistas a atores relevantes do turismo brasileiro, em 11 praias situadas em 6 UFs. Os resultados mostram que o tema dos plásticos de uso único não habita a agenda prioritária do setor de turismo brasileiro. Há evidências de maior atenção ao tema internacionalmente do que nacionalmente. Existem avanços, apesar de ações ainda limitadas frente às dimensões do problema, à extensão do litoral brasileiro e à dependência do turismo de recursos naturais litorâneos. Predominou o entendimento de que o turista brasileiro tende a ser pouco exigente quanto à poluição plástica das praias e não exerce suficiente pressão para gerar mudanças. São ainda poucas alternativas comercialmente viáveis para substituição ou reciclagem dos plásticos, e é limitada a ação do setor público na produção de conhecimento, na adoção e na implementação de políticas públicas eficientes. Um dos maiores desafios é superar a produção econômica linear para avançar rumo à circularidade no uso dos plásticos, indicada como o caminho eficaz para atacar o problema, acelerado pela pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Plásticos de Uso Único; Turismo; Litoral; Pandemia da COVID-19; Brasil.

III. SUSTENTABILIDADE INCLUSÃO E RESILIÊNCIA NOS PLANOS ESTADUAIS DE RETOMADA DO TURISMO APÓS A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Capítulo de livro (2022)

LUNAS, Maria Cristiane Fernandes da Silva; LUNAS, José Roberto da Silva; MARQUES, Nayara Rodrigues. Sustentabilidade, inclusão e resiliência nos planos estaduais de retomada do turismo após a pandemia da COVID-19 no Brasil. In. BRASILEIRO, I.; BOUÇAS, D.; COSTA, H.; ALVARES, D. (org.). **Turismo, Sustentabilidade e COVID-19: entre incertezas e esperanças** (p. 216-236). – Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade – LETS/UnB, 2022. 367 p.: Il. – (Coleção Travessias). Disponível em: <https://lets.etc.br>. Acesso em: 08 ago. 2024.

Resumo

O setor de turismo foi, e continuará sendo um dos mais impactados com os desdobramentos da pandemia da COVID-19 nos próximos anos. Situações de crise global permitem duros aprendizados que requerem ações de planejamento e gestão integradas com os mais diversos atores interessados. Embora a proposta de gestão nacional seja pautada num sistema descentralizado, o setor de turismo no Brasil mantém uma estrutura de gestão cujas diretrizes são centralizadas no Governo Federal, mas com forte atuação dos governos estaduais no planejamento e gestão das ações. Este trabalho visa analisar se as diretrizes e ações dos governos federal e estaduais, em seus planos de retomadas a partir da COVID-19, incorporaram requisitos preconizados por organismos internacionais e instituições representativas, tidas como fundamentais para o enfrentamento da crise atual enquanto, ao mesmo tempo, procuram preparar os sistemas turísticos para crises futuras. Para isso, adotou-se método qualitativo, por meio de pesquisa exploratória, para a análise de dez documentos estaduais orientadores da retomada do turismo pós-pandemia, além de planos nacionais e internacionais. Verifica-se que os planos de retomada dos governos estaduais, de maneira geral, pautaram-se apenas na recuperação econômica do setor de turismo, através de ações emergenciais de curto prazo, sem, contudo, alinhar-se diretamente com estratégias globais divulgadas pela OMT.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Inclusão; Resiliência; Turismo; Planos Estaduais.

IV. AGENDA CLIMÁTICA E O TURISMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE ADAPTAÇÃO FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Artigo publicado (2023)

GIL, Jaqueline.; MARQUES, Nayara Rodrigues.; ANDRADE, Gabrielle Nunes. Agenda climática e o turismo no Brasil: contribuições para políticas públicas de adaptação frente às mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 17, p. 2759 , 2023. DOI: 10.7784/rbtur.v17.2759. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2759>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Resumo

O turismo contribui para o aquecimento global e é impactado pelas mudanças climáticas, sendo um dos setores vulneráveis ao clima, aos impactos nas infraestruturas das cidades, dependente de serviços ecossistêmicos e da conservação de bens culturais e naturais. Diretrizes internacionais e políticas nacionais para mitigação e adaptação às mudanças climáticas no turismo são estratégias essenciais para evitar desastres, promover justiça climática e, também, para oferecer suporte político e econômico às iniciativas locais e liderar o engajamento do setor privado. Este artigo analisa as principais políticas nacionais de mudanças climáticas e as políticas de turismo no Brasil, tendo como pano de fundo as diretrizes internacionais sobre turismo e mudanças climáticas no período de 2003 a 2022. Constatou-se que existe um baixo nível de integração entre as políticas climáticas e as políticas de turismo, o que reflete no não engajamento do setor nas questões climáticas e na falta de protagonismo do Brasil nos diálogos internacionais sobre mudanças climáticas e turismo.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Política setorial; Turismo; Diretrizes internacionais.

V. VOZES DO BRASIL PROFUNDO

Artigo publicado (2024)

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro.; MARQUES, Nayara Rodrigues. Vozes do Brasil Profundo. **REALIS: Revista de Estudo AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v. 14 n. 01, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2179-7501.2024.261526> Acesso em: 18 dez. 2024.

Resumo

Fatos recentes chamaram a atenção da opinião pública brasileira para a organização dos quilombos e a sua articulação com povos indígenas, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, entre outros. Discute-se aqui esta organização a partir de dois livros a respeito do tema: *Por Terra e território* de Joelson Ferreira e Erahsto Felício e *A terra dá, a terra quer* de Antônio Bispo do Santos. Destaca-se a proposição do movimento Teia dos Povos, presente em 11 estados brasileiros, que recusa o jogo político, guarda uma relação cuidadosa com o mercado e aproximações mínimas com o Estado. Nossa interpretação é que as proposições dos dois livros, incluído o movimento da Teia dos Povos, se enquadram nas iniciativas denominadas de pós-desenvolvimentistas, em que coletivos humanos buscam uma autonomia em relação às instituições da modernidade, a revalorização das identidades culturais e se propõem a (re)criar uma relação menos antropocêntrica entre humanos e natureza.

Palavras-chave: Iniciativas populares; teia dos povos; pós-desenvolvimento; quilombos.